www.correiobraziliense.com.br
LONDRES, 1808, HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA. BRASÍLIA, 1960, ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SEGUNDA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2023 NÚMERO 21.924 • 32 PÁGINAS • R$ 4,00

O boxe é brasileiro

A baiana Beatriz Iasmim Ferreira conquistou o bicampeonato mundial, ontem, em Nova Deli, na Índia, ao vencer a colombiana Angie Valdez em três assaltos. PÁGINA 19

IBA/Divulgação

Sete vezes campeão

Ciclista brasileiense Abraão Azevedo (E) venceu a prova mais dura do mountain bike mundial, ao lado do companheiro Bart Brentjens.

PÁGINA 18

Instagram/Reprodução

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

A "voz mais livre" se calou

Jorge Amado definiu a voz e Vinicius de Moraes, a personalidade de Juca Chaves, o "Menestrel Maldito". O compositor de modinhas, cantor e humorista morreu aos 84 anos.

PÁGINA 6

Contrações do parto em imagens 3D

Nova tecnologia produz, em tempo real, mapas que detalham movimentos do útero nos momentos finais da gravidez. PÁGINA 12

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Último ensaio da Paixão de Cristo

Tudo pronto para a apresentação da Via Sacra, no Morro da Capelinha, em Planaltina. O papel principal será vivido pelo ator Marcelo Ramos (foto).

PÁGINA 16

Ceilândia, uma cidade que se reinventa todo dia

Com mais de 350 mil habitantes, a região administrativa completa 52 anos mostrando a força empreendedora nos diversos setores, como o econômico, que a torna independente da capital federal. "Hoje, você não precisa sair de Ceilândia para comprar absolutamente nada", diz o vice-presidente financeiro da associação comercial, Clemilton Saraiva. O mercado imobiliário é considerado promissor e com espaço para crescer. O aniversário ocorre em meio a uma repaginada na cidade, com obras de infraestrutura, como a primeira etapa da revitalização da Avenida Hélio Prates. Moradores falam do orgulho de viver na área mais populosa do DF.

Minervino Júnior/CB/D.A Press

PÁGINAS 13 E 14

Ações solidárias ganham as telonas

Produções brasileiras destacam iniciativas pautadas em bons exemplos de soluções práticas para problemas sociais. PÁGINA 22

Diversão&Arte
A SOLIDARIEDADE... BATE NA

Enchente histórica

Chuvas intensas, ontem, isolam cidades no Acre e Amazonas. Em Rio Branco, cerca de 32 mil pessoas foram atingidas. PÁGINA 6

Morto a pauladas

Segundo a polícia, Aurélio Barbosa, 20 anos, assassinou Wilson Carneiro, 61, por ciúmes da companheira. PÁGINA 15

William Anacleto/Estadão Conteúdo

Crime em campo / Torcedor do Internacional invade o gramado com uma criança no colo para agredir jogadores adversários. Ao menos um atleta foi atingido. PÁGINA 20

A vida na Faixa de Gaza

» RODRIGO CRAVEIRO

Os estampidos dos tiros e o barulho dos drones são constantes na rotina de quem vive ao Sul de Israel. A 7,5km da região, moradores contam como é viver no kibbutz onde 60% dos 950 habitantes são brasileiros. PÁGINA 9

Sem viagem e com muitos problemas

Ao adiar a visita à China, presidente Lula terá de lidar com crise do Congresso e o imbróglio da âncora fiscal. PÁGINA 2

ISSN 1809-2661
9 771808 266028

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

GOVERNO / Após o adiamento da visita de Estado à China, presidente tem que reorganizar a agenda e enfrentar assuntos que, antes, tinha postergado somente para o mês que vem, como o anúncio do novo marco fiscal

Sem viajar, Lula fica no olho do furacão

» VICTOR CORREIA
» ROSANA HESSEL

Com o adiamento da viagem de Estado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à China, o Palácio do Planalto e os gabinetes dos ministros que iriam com o chefe do Executivo ao país asiático estão quebrando a cabeça para reorganizar a agenda desta semana. Além disso, o petista não conseguiu se distanciar dos problemas domésticos e, agora, vai ter que encarar de frente dois assuntos espinhosos que estão gerando uma crise institucional: o cabo de guerra armado no Congresso entre os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e o do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sobre a tramitação das Medidas Provisórias (MPs) e o desenho do novo arcabouço fiscal, que não tem consenso dentro do governo.

O cardiologista Roberto Kalil, que atende Lula, disse que o estado de saúde do presidente é bom e, apesar da pneumonia, ele deve trabalhar normalmente nesta semana, "apenas com alguns cuidados para auxiliar na recuperação". Portanto, a doença do chefe do Executivo será o menor dos percalços ao longo da semana, que deverá estar recheada de assuntos espinhosos e sujeita a turbulências. O ônus de criar um ministério grande para incluir aliados de partidos que ainda não estão completamente comprometidos com o novo governo é um deles. A fogueira de vaidades está acesa e, internamente, ministros que acabam tendo mais destaque na mídia são alvo de ataques de petistas. Os alvos preferidos do momento são os ministros Flávio Dino, da Justiça, e Fernando Haddad, da Fazenda, que nunca foi considerado um "petista raiz" e, segundo nota publicada no jornal *O Globo*, foi elogiado a empresários, nos bastidores, pelo ex-ministro da Economia, Paulo Guedes. Esses ataques estão ficando evidentes e Lula precisará aparar com conversas ao pé do ouvido dos apoiadores.

Arcabouço

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, sinalizou que Lula pretende aproveitar a semana para acertar os detalhes da proposta da nova regra fiscal que substituirá o teto de gastos — emenda constitucional que limita o aumento de despesas pela inflação anterior aprovada no fim de 2016 mas que, desde 2019, sofre alterações, deteriorando a credibilidade do arcabouço atual. "O presidente queria organizar, na volta da China, mais duas reuniões com ministros. Certamente o debate da nova regra fiscal vai tomar a semana, com discussões lideradas pelo ministro Fernando Haddad, da Fazenda", declarou Padilha a jornalistas, após visitar Lula no Palácio do Alvorada, no sábado. Contudo, o ministro não soube precisar quando será divulgado o novo marco fiscal.

> **Lula nunca teve que administrar um país com restrição fiscal. Agora, a conversa é diferente"**
>
> ***Benito Salomão***
> *Economista e professor da UFU*

Haddad tentou antecipar a divulgação do arcabouço fiscal para antes da viagem à China —, a fim de dar um sinal de que estava preocupado em reequilibrar as contas públicas a fim de recuperar a credibilidade junto ao mercado e ao Banco Central —, sem sucesso. Lula, contudo, preferiu postergar o anúncio para abril, quando retomasse da China, pois ainda não há um consenso sobre o assunto no governo sob o argumento de que Haddad precisaria estar aqui no Brasil para explicar a proposta. Diante da indefinição sobre que tipo de âncora fiscal o governo pretende enviar ao Congresso, o Banco Central, que vinha sofrendo pressões de Lula, de seus ministros e de apoiadores para baixar os juros na marra, decidiu manter manteve a taxa básica da economia (Selic) em 13,75% ao ano, na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), na quarta-feira. E, ainda deu um recado duro ao governo ao deixar a porta aberta para uma nova alta dos juros em vez de queda, caso as pressões inflacionárias persistem.

A expectativa é que o governo acelere a conclusão do arcabouço. Integrantes da Fazenda estimam que é possível apresentar o texto ainda nesta semana, mas a medida ainda pode sofrer alterações e precisa ser aprovada pelo presidente. Na sexta-feira, Haddad declarou que a área técnica do ministério já havia fechado a proposta. "Está tudo em ordem. Agora vamos voltar para o presidente, com as perguntas que ele fez, e é só marcar a data. A palavra final é sempre do presidente", disse.

Reprodução

Após cancelar viagem à China e ficar no país, a pneumonia deverá ser o menor dos problemas do presidente Lula ao longo da semana

O marco fiscal, contudo, precisará ser enviado ao Congresso Nacional para deliberação dos parlamentares, que poderão fazer alterações na proposta que precisará ser aprovada logo para ser incluída no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), cujo prazo de envio ao Legislativo vence em 15 de abril. Segundo Padilha, que será o responsável pela negociação da matéria junto ao Parlamento, o ambiente no Congresso é "extremamente positivo". Ainda não há uma sinalização forte sobre os detalhes do desenho da nova regra fiscal. Em linhas gerais, a partir do que foi declarado publicamente, Haddad quer zerar o deficit primário das contas públicas até 2024, o que requer um aperto forte nos gastos. Porém, o ministro também disse que a medida acomodará uma recomposição nos investimentos em áreas importantes, especialmente a Saúde e a Educação.

Esses dois objetivos não são compatíveis sem que o governo aponte que despesas pretende cortar, caso contrário, o aumento da carga tributária será inevitável, o que será péssimo para a imagem de um governo que ainda sequer completou 100 dias. Aliás, esse é um dos motivos para a demora na apresentação do marco é justamente o embate interno na base aliada.

O governo tenta sinalizar que ambos os lados estarão contemplados. "A nova regra vai impor limitações fiscais, mas sem reduzir o tamanho do Estado", afirmou a ministra da Gestão e Inovação do Serviço Público, Esther Dweck.

O economista Benito Salomão, professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), acredita que a discussão do novo arcabouço fiscal seria desnecessária se os governos respeitassem as regras existentes. Na avaliação dele, o governo perde tempo com a narrativa de que o teto de gastos. "O Brasil não precisa de uma nova regra fiscal. O país precisa de políticos que cumpram as regras"atuais. Com a narrativa de que o teto é inexequível e os ataques ao BC, o novo governo está criando uma crise para ele próprio", alertou. "O que parece é que o governo está absolutamente perdido e ainda não começou de fato, porque Lula nunca teve que administrar um país com restrição fiscal. Agora, a conversa é diferente. Ele precisa saber o que ele realmente pode entregar diante dos limites orçamentários", acrescentou.

Vespeiro no Congresso

O embate entre Lira e Pacheco no Congresso sobre o rito das MPs é outro vespeiro em que Lula não vai conseguir escapar nesta semana. O presidente da Câmara defende a manutenção do rito estabelecido durante a pandemia, segundo o qual a Câmara vota primeiro a medida e depois a envia ao Senado. Pacheco, porém, quer o estabelecimento de comissões mistas para a votação, como era feito anteriormente, retomando a força do Senado. (**Leia mais na pág.3**)

Nesse cabo de guerra do Congresso, várias medidas importantes, como a da nova estrutura do governo, estão paradas desde o início do ano e correm o risco de caducar se não forem aprovadas no Congresso em 120 dias. Na sexta-feira, mesmo doente, o petista recebeu Lira no Alvorada para tentar contornar a questão. Nos próximos dias, ele deve se encontrar com Pacheco.

O presidente do Senado determinou, na sexta, a retomada das comissões, o que foi classificado por Lira como uma "truculência". Lira anunciou que serão votadas as 13 MPs restantes do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) nesta semana. Entre as medidas de Lula, incluem-se os programas Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família e Mais Médicos. O presidente da Câmara também ameaça travar a indicação dos nomes para compor as comissões mistas, caso não haja acordo entre as duas Casas.

Ao mesmo tempo, o governo corre contra o tempo para apresentar um balanço dos primeiros 100 dias e corre o risco de apresentar resultados fracos e programas requentados para não aparecer de mãos abanando. Nesta semana, em Brasília, acontece ainda a Marcha dos Prefeitos, com presença confirmada do vice-presidente e ministro da Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB).

Divulgação/Ministério da Agricultura e Pecuária

Ministro Carlos Fávaro manteve agenda de compromissos na China

Acordos com chineses serão adiados

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, afirmou, ontem, que a assinatura dos 20 acordos de cooperação entre os governos brasileiro e chinês será adiada. Os tratados seriam firmados durante a visita de Estado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à China, adiada por recomendação médica. Fávaro, porém, disse esperar que a nova visita ocorra em breve.

"Quando o governo chinês estiver preparado, estiver com agenda disponível, certamente será remarcado e a gente retorna para dar sequência à assinatura de todos os acordos", disse o ministro a jornalistas, na China. Fávaro está no país asiático desde a última segunda e é o único integrante do primeiro escalão que acabou cumprindo agenda com os chineses.

Questionado sobre possíveis prejuízos que o adiamento da viagem de Lula poderia causar, o ministro frisou que se trata de uma questão de saúde. "Não tem nada mais importante do que o presidente estar bem restabelecido, e todos os acordos que seriam assinados na terça o serão em poucos dias, logo na sequência. Não vejo grandes problemas. Não vai deixar de ter bons resultados", declarou.

Fávaro confirmou que empresários que estão no país asiático defendem a visita de Lula em maio, quando ocorre a maior feira de alimentos do país. Fávaro frisou, no entanto, que o martelo será batido pela China. "Nós não podemos dizer 'ah, em maio nós vamos aqui'. Quem define a agenda é o governo chinês. Nós vamos ter cautela, assim que o presidente Lula estiver restabelecido, a gente comunica."

Apesar do adiamento dos trabalhos governamentais, a agenda empresarial segue normalmente e, na quarta-feira, serão anunciados acordos do setor privado, o que foi classificado pelo ministro como "uma melhora da relação comercial".

Cerca de 240 empresários foram a Pequim acompanhar a comitiva presidencial, sendo mais de 110 do agronegócio. Entre os representantes do setor estão os irmãos Joesley e Wesley Batista, do grupo J&F, que controla o frigorífico JBS, e Marcos Molina, da BRF. Ao ser questionado sobre a relação de Lula com o agronegócio, um dos setores mais alinhados ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o ministro disse que a comitiva de empresários é sinal de que a relação é boa. "O presidente Lula tem dito que respeita muito a posição democrática de cada um para escolher seu candidato. Aqueles que entenderem que a eleição acabou e quiserem trabalhar pelos próximos quatro anos pelo agronegócio serão muito bem-vindos."

Hoje, em Pequim, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), em parceria com organizações chinesas, realiza um evento com empresas dos dois países e contribuir para a transição para uma economia de baixo carbono. **(VC)**

CONGRESSO / Governo não interfere na estratégia articulada por Renan Calheiros e se aproxima do presidente do Senado Federal no embate com Arthur Lira pelo controle da tramitação de medidas provisórias

Digital do Planalto na crise das MPs

» VINICIUS DORIA

A disputa entre os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pelo controle do rito de tramitação de medidas provisórias (MP), inclui o Palácio do Planalto. Oficialmente, o Executivo considera essa uma questão interna das duas Casas do Congresso Nacional. A decisão de Pacheco de ressuscitar as comissões mistas que avaliam a matéria — com apoio de todas as lideranças no Senado, incluindo as legendas de oposição — representa o mais grave revés de Lira desde que perdeu o controle do chamado orçamento secreto.

Político mais poderoso ao longo dos quatro anos de mandato de Jair Bolsonaro (PL-RJ), o deputado alagoano luta para manter seu protagonismo no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) amparado na influência que exerce sobre o Centrão, bloco parlamentar majoritário de centro-direita que se alimenta de recursos liberados sob a forma de emendas ao Orçamento da União, rigorosamente controladas pelo presidente da Câmara.

O **Correio** apurou com diversas fontes — informações corroboradas pelos fatos dos últimos dias — que o governo atuou diretamente para enfraquecer o poder de Arthur Lira, antes de se ver como refém do presidente da Câmara em votações importantes, como ocorreu com o governo anterior. A ala palaciana que pregava uma política de conciliação, apoiada por parte da bancada de deputados federais, já vinha perdendo força nas últimas semanas, mas a necessidade de aprovar 13 medidas provisórias baixadas pelo presidente Lula logo após a posse, em janeiro — entre elas as que reestruturam a Esplanada dos Ministérios, o novo Bolsa Família e o relançamento do Minha casa, minha vida —, exigiu uma tomada de posição. Uma reunião que durou cerca de três horas, fora da agenda pública, entre o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e o líder da Maioria no Senado e inimigo número um de Lira, Renan Calheiros (MDB-AL), na última terça-feira, no Palácio do Planalto, selou a estratégia.

A questão de ordem apresentada por Renan, um dia depois, no Plenário do Senado, estava pronta havia três semanas, mas o governo ainda esperava negociar uma solução consensual para o rito das MPs, com uma proposta de divisão entre as duas casas sobre o início da tramitação. Com a posição inflexível de Arthur Lira em manter o trâmite extraordinário que vigorava desde a pandemia, de análise das MPs diretamente pelo Plenário e com relator indicado pelo próprio presidente da Câmara, os líderes da bancada governista no Senado convenceram Rodrigo Pacheco de que não dava mais para adiar a retomada dos ritos previstos na Constituição, o que significava revogar o acordo de tramitação firmado na pandemia e reabilitar as comissões mistas, formadas por 12 deputados federais e 12 senadores. Como estavam em jogo prerrogativas constitucionais do Senado, não foi difícil convencer os partidos, incluindo os da oposição, a avalizar a questão de ordem.

A decisão do Senado, formalizada por Pacheco na última quinta-feira, escancarou a crise. No dia seguinte, mesmo com o presidente da República diagnosticado com broncopneumonia, Lira foi pessoalmente ao Palácio do Planalto. O chefe do Executivo havia reunido horas antes o Conselho Político do governo para avaliar a crise. Os dois se encontraram por cerca de uma hora, e o presidente da Câmara reafirmou que o Planalto terá dificuldade para aprovar as medidas provisórias que estão na fila. Por enquanto, a decisão do Palácio é deixar que o próprio Congresso resolva o imbróglio.

Discutindo a relação

Lira aposta na suposta fragilidade da base aliada do Planalto. No dia 6, disse, na Associação Comercial de São Paulo, que "o governo ainda não tem uma base consistente nem na Câmara nem no Senado para enfrentar matérias de maioria simples, quanto mais matéria de quórum constitucional". No caso das comissões mistas para análise de MPs, porém, a situação não seria tão desconfortável, principalmente no Senado. De acordo com a divisão de forças no Plenário, o bloco majoritário "Democracia", formado por MDB, União Brasil, Podemos, PDT, PSDB e Rede, indicaria cinco dos 13 membros do colegiado (12 titulares e um suplente). O bloco "Resistência Democrática", com PSD, PT e PSB, mais quatro. Os dois blocos de oposição, com PL, PP e Republicanos, teriam quatro assentos apenas.

Fortalecida na formação do governo Lula e capitaneada pelo líder da Maioria, Renan Calheiros, e pelo líder do MDB, Eduardo Braga (AM) — com a anuência discreta do líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA) —, a bancada de senadores da base aliada aumentou a pressão para enfraquecer a posição de Lira. Incomodado, o presidente da Câmara passou a explicitar sua insatisfação com o movimento dos senadores governistas. Um dos gestos foi recusar o convite do presidente Lula para integrar, ao lado de Pacheco, a delegação brasileira que iria à China, no sábado — a viagem foi desmarcada por causa da doença que acometeu o chefe do Executivo.

Pacheco ainda tentou uma última rodada de negociação, ao aceitar um convite para um almoço privado com Lira na residência oficial do presidente da Câmara. Segundo apurou o **Correio** com mais de uma fonte, o encontro foi "um fiasco". Pacheco foi embora sem almoçar.

Ação e reação

Arthur Lira sentiu o golpe. Logo após Renan Calheiros apresentar a questão de ordem à Mesa do Senado, na noite de quarta-feira, o presidente da Câmara deixou seu gabinete e seguiu para o carro oficial. Antes de embarcar, a reportagem do **Correio** perguntou como ele avaliou a questão de ordem. Irritado, respondeu com outra pergunta: "Você acha que o Senado é sozinho, que o Senado pode decidir só?".

No dia seguinte, o presidente do Senado anunciou a decisão de retomar o rito de tramitação previsto na Constituição, com apoio de todos os partidos com assento na Casa. "Encerrada a pandemia, felizmente, não havendo mais o estado de emergência, revogado inclusive pelo Poder Executivo, havia a necessidade, obviamente, da retomada da ordem constitucional e do cumprimento da Constituição no rito das medidas provisórias, isso com uma obviedade muito grande", declarou o presidente do Senado ao anunciar a decisão da Mesa. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner, um dos petistas mais influentes da base governista, sintetizou: "Mesmo estando frustrados por não ter tido o acordo, fomos unânimes no acolhimento da questão de ordem feita. E que se proclame a instalação das comissões", disse o senador.

Em uma inusual entrevista coletiva no Salão Verde, convocada simultaneamente à que o presidente do Senado concedia, poucos metros adiante, no Salão Azul, sobre a decisão anunciada em Plenário, Arthur Lira desafiou Pacheco. Disse que a decisão foi "truculenta" e ameaçou: "Essa questão de ordem cedida, pelo que eu entendi, na reunião de líderes, não vai andar um milímetro na Câmara dos Deputados, e o prejuízo vai ser para o governo atual". É nesse clima que o presidente Lula, mesmo convalescendo da pneumonia, tentará arbitrar, nesta semana, uma saída negociada antes que se expirem os prazos de validade das MPs estratégicas.

Agencia Senado

"Encerrada a pandemia, felizmente, não havendo mais o estado de emergência, havia a necessidade da retomada da ordem constitucional no rito das medidas provisórias, isso com uma obviedade muito grande"

Rodrigo Pacheco, *presidente do Senado*

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

"Essa questão de ordem cedida, pelo que eu entendi, na reunião de líderes, não vai andar um milímetro na Câmara dos Deputados, e o prejuízo vai ser para o governo atual"

Arthur Lira, *presidente da Câmara dos Deputados*

Cronologia da guerra das MPs

6 DE MAIO
- Lira diz em São Paulo que o governo "ainda não tem uma base consistente nem na Câmara nem no Senado para enfrentar matérias de maioria simples, quanto mais matéria de quórum constitucional".

21 DE MAIO
- Lira recusa convite de Lula para integrar a delegação brasileira que iria à China.
- Ministro Alexandre Padilha se reúne, no Palácio do Planalto, com o líder da Maioria no Senado, Renan Calheiros, para avaliar as alternativas de tramitação das medidas provisórias do governo.

22 DE MAIO
- Arthur Lira e Rodrigo Pacheco se reúnem na residência oficial do presidente da Câmara para uma última (e frustrada) tentativa de acordo.
- Renan Calheiros apresenta, no Plenário do Senado, a questão de ordem para restabelecer as comissões mistas de análise das MPs, com apoio da maioria governista.

23 DE MAIO
- Rodrigo Pacheco acata a questão de ordem, com apoio de todos os partidos no Senado, inclusive os da oposição, e declara, em entrevista, que a decisão é de uma "obviedade muito grande".
- Arthur Lira convoca entrevista coletiva e diz que decisão do Senado é "truculenta".

24 DE MAIO
- Com diagnóstico de broncopneumonia, o presidente Lula reúne o Conselho Político no Palácio da Alvorada para discutir a crise institucional no Congresso, que pode pôr em risco a aprovação de medidas provisórias de interesse do governo.
- Arthur Lira vai ao Palácio da Alvorada para conversar com o presidente e expôr sua insatisfação com a mudança no rito de tramitação das MPs.

Disputa de pesos-pesados alagoanos

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Renan Calheiros acumula cacife para enfrentar seu principal inimigo

A crise entre os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tem um personagem-chave e uma disputa política originada em Alagoas que transbordou para o cenário nacional ainda na eleição presidencial de 2022. Principal adversário político de Lira na seara alagoana, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) acumula poder desde que Luiz Inácio Lula da Silva enterrou o sonho de reeleição de Jair Bolsonaro (PL), que contava com o apoio irrestrito do presidente da Câmara e principal líder do Centrão. Lira foi reeleito deputado federal e manteve em Brasília o ringue da peleja.

Na montagem do governo, Renan emplacou o filho no comando do Ministério dos Transportes. Ex-governador de Alagoas e senador eleito, Renan Filho (MDB) comanda uma das pastas com maior poder de investimentos da Esplanada dos Ministérios. No Senado, Renan pai foi indicado para a Liderança da Maioria, o que dá a ele palanque e espaço para negociar temas de interesse do presidente Lula. É com esse cacife que o ex-presidente do Senado enfrenta o adversário Arthur Lira.

Os embates se dão quase que diariamente, em declarações ácidas tanto no Congresso quanto nas redes sociais. No dia 22, Calheiros chamou Lira de "tiranete" em sua conta no Twitter, ao escrever que o adversário "quer rasgar a Constituição". Lira respondeu na mesma postagem que "o bom da liberdade de expressão é que permite até os bobos se manifestarem, embora, no geral, se comportem de maneira ridícula, panfletária e incendiária".

Ao chamar Renan para uma conversa no Palácio do Planalto, na semana passada, o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, traçou os cenários possíveis para a crise que pode afetar a tramitação de medidas provisórias essenciais para o governo, como as que criam ministérios e reeditam os programas Bolsa Família e Minha casa, minha vida. Ele recebeu do senador a garantia de que, se as comissões mistas forem instaladas, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que também preside o Congresso Nacional, tem a prerrogativa de indicar os deputados do colegiado caso Lira se negue a fazer as indicações.

Histórico de brigas

Essa não é a primeira vez que Renan Calheiros enfrenta um presidente da Câmara dos Deputados. Quando presidiu o Senado pela segunda vez, entre 2013 e 2017, o parlamentar alagoano antagonizou com o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que era do mesmo partido, o MDB, diversas vezes. Renan via com preocupação a determinação de Cunha em fazer avançar o processo de impeachment contra a então presidente Dilma Rousseff e acusava o presidente da Câmara de "tumultuar" o processo legislativo. Depois do impeachment, Eduardo Cunha acabou enfrentando, ele próprio, um processo de cassação por ter mentido na CPI que apurava corrupção na Petrobras, investigada no âmbito da Operação Lava-Jato. O deputado fluminense perdeu o mandato em setembro de 2016, um mês depois de o Congresso tirar Dilma Rousseff da Presidência da República. (**VD**)

REGALIA / Mesmo reeleitos pelo Distrito Federal, três deputados receberam o benefício para se instalar na capital do país

39 mil de ajuda para mudança

» KELLY HEKALLY
ESPECIAL PARA O CORREIO

Os três deputados federais que se reelegeram em 2022 pelo Distrito Federal receberam, este ano, a ajuda de custo entregue pela Câmara para despesas de fim e começo de mandato. Embora com nova nomenclatura, a ajuda de custo substituiu o benefício anterior, denominado auxílio-mudança, extinto por ato da Mesa Diretora em 2020. O documento mirou reeleitos, mas não suspendeu, de fato, o pagamento do adicional. O motivo é simples, a nova verba tem a mesma função do penduricalho anterior. "O benefício é pago ao parlamentar no início e no fim do mandato para compensar as despesas com mudança e transporte, e equivale ao valor mensal da remuneração", explica o site da Casa.

No total, 57% dos 513 deputados da atual legislatura foram reeleitos. Na prática, a continuidade do auxílio-mudança, oficialmente ajuda de custo, foi legitimada por duas decisões: a de 2020 e a de 2022. Esta aponta que é "devida aos membros do Congresso Nacional, no início e no final do mandato, ajuda de custo equivalente ao valor do subsídio" e prevê que compete aos respectivos órgãos a regulação do benefício, a ser pago com "dotações orçamentárias próprias". O recurso individual tem o valor bruto de aproximadamente R$ 39,3 mil, para cada congressista da Casa. Com a dedução do Imposto de Renda (IR), o total cai para cerca de R$ 28,5 mil. Como o valor é o mesmo do salário do deputado, ao final de 2026, a ajuda de custo, bruta, vai superar R$ 46,3 mil, salário do deputado em 1º de fevereiro de 2025.

No DF, Bia Kicis (PL), Erika Kokay (PT) e Julio Cesar Ribeiro (Republicanos) embolsaram o benefício, embora tenham sido reeleitos. O recurso, automático e pago no primeiro e no último salário do mandato, pode ser devolvido ou doado. Os gabinetes de Bia Kicis, Erika Kokay e Julio Cesar foram procurados pelo **Correio** para que esclarecessem o uso da segunda ajuda de custo, já que, em tese, moram no DF e não precisam realizar mudança para exercer suas atividades legislativas. A equipe da deputada do PL não deu retorno até o fechamento desta edição. A da petista informou que o valor foi dividido em partes iguais e doado às instituições Creche São Vicente de Paula e Associação Social e Cultural E-ducar.

A ajuda de custo imediatamente anterior, bem como a recebida no começo de 2019, ainda como auxílio-mudança, também foram doadas, informou o gabinete da parlamentar. No caso do deputado do Republicanos, além dos recebimentos confirmados à reportagem por sua equipe, há o acúmulo do apartamento funcional que está, segundo o site da Câmara, em seu nome, embora Julio Cesar esteja licenciado do mandato para exercer o cargo de secretário de Esportes no DF. O prazo para a entrega do apartamento termina no próximo dia 7. Procurado por telefone para informar se está utilizando, de fato, a unidade e quando irá devolvê-la, o gestor não atendeu. Sobre a ajuda de custo, a assessoria se comprometeu a dar retorno, entretanto não o fez, também até o fechamento desta reportagem.

> "O benefício é pago ao parlamentar no início e no fim do mandato para compensar as despesas com mudança e transporte, e equivale ao valor mensal da remuneração"
>
> ***Portal da Câmara dos Deputados***

Antônio Cruz/Agência Brasil

Em 2020, o auxílio-mudança foi extinto dando lugar a um novo benefício, a ajuda de custo. Embora com nova nomenclatura, finalidade da verba paga aos parlamentares é a mesma

Imóveis funcionais

Ato em vigência, assinado pela quarta secretaria, impõe as regras de uso dos apartamentos funcionais e afirma explicitamente que o deputado "responsável pelo imóvel, ao deixar de exercer efetivamente o mandato, deverá devolvê-lo à Coordenação de Habitação da Câmara dos Deputados, no prazo de 30 (trinta) dias". Todos os 513 parlamentares da Casa têm o direito de pleitear imóveis funcionais. A quantidade, porém, de 432 unidades, está abaixo do necessário. Aos que não foram agraciados, é concedido o auxílio-moradia de até R$ 4.253. O ato de 2020 também retirou dos eleitos pelo DF a ajuda de custo, porém, como o pagamento é automático, o dinheiro foi repassado aos outros cinco deputados, embora o decreto de 2022 não tenha informado que revogou o ato da presidência da Câmara de 2020.

Verbas adicionais

As despesas com deputados se estendem do salário a diárias de viagens internacionais, para além da ajuda de custo.

***Salários pagos entre 2023 e 2025 a membros do Congresso Nacional**
R$ 39.293,32 a partir de 1º de janeiro de 2023
R$ 41.650,92 a partir de 1º de abril de 2023
R$ 44.008,52 a partir de 1º de fevereiro de 2024
R$ 46.366,19 a partir de 1º de fevereiro de 2025

***Apartamentos funcionais**
A Câmara dos Deputados tem 432 apartamentos, localizados na 302 Norte (nove blocos); 202 Norte (quatro blocos); 311 Sul (três blocos); e 111 Sul (dois blocos). O parlamentar deve estar em efetivo exercício do mandato para ter direito ao apartamento funcional.

***Auxílio-moradia**
O auxílio-moradia é pago a parlamentares não contemplados com imóvel funcional. O valor é de até R$ 4.253 e poderá ser creditado em espécie, sujeito a desconto de IR, ou por reembolso de despesa. Em 2023, o gasto de todos os deputados com auxílio-moradia foi de aproximadamente R$ 1,3 milhão.

***Cota**
A Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (Ceap) custeia as despesas do mandato, como passagens aéreas e conta de celular. Algumas são reembolsadas, como as despesas com os Correios, e outras são pagas por débito automático, como a compra de passagens. Em 2023, o gasto de todos os deputados com cota foi de pouco mais de R$ 13 milhões. O valor mensal atual da cota por UF é de R$ 36,582,46.

***Verba de gabinete**
Cada deputado tem R$ 118.376,13 por mês para pagar salários de até 25 secretários parlamentares, que trabalham para o mandato em Brasília ou nos estados. Eles são contratados diretamente pelos deputados, com salários de R$ 1.408,11 a R$ 16.640,22. Encargos trabalhistas como 13º, férias e auxílio-alimentação dos secretários parlamentares não são cobertos pela verba de gabinete, e sim com recursos da Câmara. Em 2023, o gasto de todos os deputados com verba de gabinete foi de cerca de R$ 49,5 milhões.

***Viagens oficiais**
O deputado tem direito a receber diárias quando viaja em missão oficial. Em deslocamentos nacionais, o valor é de R$ 524, já nas viagens internacionais, é de US$ 391 para países da América do Sul e de US$ 428 para outros países. Em 2023, o gasto de todos os deputados com viagens oficiais foi de R$ 525,5 mil, aproximadamente.

ROBERTO BRANT

"O PRINCIPAL PROBLEMA DO PAÍS É O BAIXO CRESCIMENTO, QUE ESTÁ SE TORNANDO UM TRAÇO PERMANENTE DA ECONOMIA BRASILEIRA"

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

Uma viagem ainda sem destino

Depois de quase três meses da posse ninguém sabe exatamente para onde vai nos levar o governo Lula. Afora algumas iniciativas simbólicas no caminho certo, principalmente no campo da cultura e dos valores humanos, não há qualquer indício de que metas o governo pretende alcançar no campo econômico e no campo social, salvo algumas generalidades sem a devida consistência.

Em praticamente nenhuma área é possível detectar sinais de que grandes planos estão em preparação e que, em breve, o país será surpreendido com bons projetos e iniciativas destinadas a enfrentar com realismo e efetividade os infinitos problemas do país. É preciso ressalvar, por dever de justiça, que o Ministério da Fazenda não merece ser nivelado ao restante do governo, pois parece que está tentando de construir um arcabouço fiscal que concilie a necessidade de investimentos públicos e a solvência de longo prazo da dívida. Se vai chegar a um bom termo ainda é difícil saber, pois terá que resistir à leviandade do seu partido e à impaciência do próprio presidente.

O principal problema do país é o baixo crescimento, que está se tornando um traço permanente da economia brasileira. Esta situação é incompreensível dado que temos abundância de recursos reais e não sofremos nenhuma limitação externa, como aconteceu durante todo o nosso passado. Nenhum país do mundo, talvez com exceção dos Estados Unidos, desenvolveu-se sem a liderança do Estado. A única resposta razoável ao enigma da nossa pobreza é o mal funcionamento da política. Por isto, parece claro que precisaríamos de liderança política de alta qualidade para inspirar os consensos necessários e guiar o processo.

Neste sentido, a discussão sobre os juros da dívida e a necessidade de um espaço fiscal para investimentos que elevem a produtividade da economia tem toda a razão de ser neste momento. No entanto, a forma desastrada e contraproducente como vem sendo tratada a questão pelo presidente Lula e pelo seu partido é incompreensível. Esta é uma questão de fundo e não um motivo de bate-boca. O método escolhido apenas gera instabilidade nos mercados e não resolve nada.

Os juros no Brasil estão fora do lugar, não só agora, mas há muito tempo. Utilizando dados oficiais do FMI podemos verificar de que maneira nesta matéria o Brasil é um ponto fora da curva. Entre 2012 e 2019 o déficit público nos países ricos foi em média 3,2% ao ano, do qual 50% resultaram de excesso de gastos em relação à receita e 50% devido aos juros da dívida pública. Nos países emergentes como o nosso, o déficit médio foi de 3,3%, sendo 55% por excesso de gastos e 45% devido aos juros. No Brasil as coisas foram totalmente diferentes: nosso déficit médio foi de 6,7%, resultado de um déficit primário de 0,7% ao ano e 5,7% dos juros da dívida. Não chegamos onde chegamos por excesso de gastos, mas por excesso de juros.

Tanto nos Estados Unidos quanto na União Europeia a autoridade monetária tem autonomia, mas as políticas fiscal e monetária dialogam entre si, pois do contrário teríamos duas forças em sentido contrário paralisando a economia e os negócios, o que seria um absurdo. Teremos que fazer o mesmo aqui, pois nosso desequilíbrio fiscal decorre fundamentalmente do custo da dívida e não será resolvido somente com redução de gastos, até mesmo porque os únicos gastos que acabamos cortando são os investimentos públicos, que estão próximos de zero.

Este diálogo não é conversa de botequim ou discurso eleitoral. É um diálogo com os setores da sociedade numa busca ordenada de pontos em comum visando construir credibilidade. Um governo no qual se confia e que apresenta uma proposta de trajetória de longo prazo viável, pode começar aumentando a dívida para criar crescimento e na sequência, com mais renda e recursos fiscais, reverter a tendência.

O governo Lula visivelmente não tem maioria na sociedade e não vai controlar o Congresso automaticamente. Sua única saída não será o grito, mas sim a entrega do único resultado que as pessoas desejam: oportunidade e prosperidade. Para isto é preciso juízo.

TERRAS INDÍGENAS / Presidente do STF sinaliza, pela segunda vez, que tema pode voltar à pauta ainda este semestre. Ação chegou à Corte no final de 2016 e já passou por movimentações, inclusive de relatorias

A novela do marco temporal

» KELLY HEKALLY
ESPECIAL PARA O **CORREIO**

Ministério da Defesa

Pauta é polêmica e simboliza disputa entre o poder de setores que movimentam a economia, como a mineração e o agronegócio, e os indígenas

Lacuna legislativa fez nascer o que hoje pode ser apontada como a maior preocupação dos indígenas: a proteção de seus territórios. A pauta é polêmica e simboliza uma disputa entre o poder de setores que movimentam a economia, como a mineração e o agronegócio, e os indígenas. A insegurança de etnias foi fomentada nos últimos quatro anos, entre 2019 e 2022, com a flexibilização de leis para atender a setores que exploram o meio ambiente à revelia da lei.

O escândalo da crise dos Yanomamis, revelado ao mundo em janeiro deste ano, põe pressão nas autoridades públicas para que indígenas saiam favorecidos nesta queda de braço, desproporcional. Na semana passada, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, sinalizou pela segunda vez em sua gestão que vai retomar a discussão sobre o chamado marco temporal, apontando que seria ainda neste semestre. A tese, se aprovada pelo pleno, vai subtrair terras onde populações indígenas estão enraizadas.

A tendência é de que o STF, enquanto "protetor de minorias" e guardião da Constituição, chegue, ainda que sem unanimidade, ao consenso de refutar o marco temporal. A decisão da presidente acontece cerca de um mês após o relator da ação, Edson Fachin, movimentar novamente o processo em seu gabinete, o que indica intenção da Corte de levar a discussão adiante. Há cerca de 15 dias, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em visita à região Norte, defendeu que a demarcação de terras indígenas é urgente e afirmou que já havia requerido ao Ministério dos Povos Originários (MPI) e à Fundação Nacional do Índio (Funai) o total da área habilitada à demarcação.

Procurados pelo **Correio**, o órgão e a pasta federal não informaram a extensão territorial e nem se havia data de repasse do dado ao Palácio do Planalto. Fachin discorda da tese do marco legal, posicionando-se pelo entendimento de fragilização dos grupos minoritários caso o marco seja aprovado por seus pares. Como relator, o ministro pode mudar seu voto, mas as chances são remotas. Em sete anos de tramitação no Supremo, a ação sofreu intensas movimentações, entre 2017 e 2022, porém sem conclusão.

Em 2019, ao se manifestar, a Procuradoria Geral da República (PGR), quando chefiada por Raquel Dodge, defendeu que a "proteção da posse permanente dos povos indígenas sobre suas terras de ocupação tradicional não se sujeita a um marco temporal de ocupação". Citando a Constituição, a PGR acrescentou que é reconhecido aos índios direitos originários sobre essas terras, com identificação e delimitação a ser realizada por meio de estudo antropológico, que "é capaz, por si só, de atestar a tradicionalidade da ocupação segundo os parâmetros constitucionalmente fixados".

Substituto de Raquel Dodge, Augusto Aras não foi notificado a se manifestar. Em 2020, Fachin publicou liminar determinando que a Fundação Nacional do Índio (Funai), autora da ação, se abstivesse de "rever todo e qualquer procedimento administrativo de demarcação de terra indígena". No julgamento iniciado, de fato, em 2021, Nunes Marques votou contra Fachin. Nunes Marques é um dos dois ministros indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), favorável à exploração em larga escala de áreas protegidas ambientalmente. Foi em sua gestão que o garimpo voltou a ter maior liberdade de atuação.

Sem levar a plenário

A discussão sobre a demarcação de terras, intrínseca ao debate do marco temporal, corre a passos lentos no Congresso Nacional desde, pelo menos, a segunda metade do ano de 2022. O Projeto de Lei 490 (PL 490/07), escopo principal no ambiente parlamentar, transfere do Poder Executivo ao Legislativo a competência para realizar demarcações de terras indígenas.

Segundo o texto, que busca alterar o Estatuto do Índio, a delimitação será feita mediante aprovação de lei na Câmara dos Deputados e no Senado. Poucos meses antes do início do julgamento da ação no STF, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou a proposição junto à mudanças do relator, deputado federal Arthur Maia (União Brasil-BA), de maneira a deixar o PL pronto para plenário, para onde, contudo, a proposição nunca foi. O silêncio do Congresso e a inação do governo federal põem no colo dos ministros o peso de decidir.

Para o presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, Paulo Paim (PT-RS), o perfil do governo Lula torna o ambiente favorável para uma decisão em prol dos indígenas. "Muito se fala, mas as terras não são efetivamente demarcadas. São um direito hereditário, algo que está assegurado com princípios da Constituição. Acho que o Brasil e o Judiciário têm uma posição avançada sobre isso. O mundo todo está olhando para cá. Vejo que mudanças políticas humanitárias estão na ordem do dia."

Com pensamento parcialmente semelhante ao do colega, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) vê o momento como oportuno a uma decisão favorável aos indígenas, mas faz ressalvas sobre o que intitula de concentração de poder no Supremo. "Há muitos problemas relacionados a isso. Daqui a pouco, o marco será o descobrimento do Brasil? É uma preocupação. Precisa haver um olhar diferente, mas também dar oportunidade para que todos falem."

CHUVAS / Ministros sobrevoam áreas alagadas pelo transbordamento do Rio Acre, que corta a capital do estado. Milhares de moradores tiveram que deixar suas casas. Governo federal libera verba de emergência

Enchente histórica isola cidades no Norte

» TAINÁ ANDRADE

Os ministros do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, e a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, visitaram ontem Acre e Amazonas, estados afetados por chuvas intensas que atingiram a Região Norte no fim de semana. A grande precipitação de água em pouco tempo deixou centenas de desabrigados.

Entre as medidas anunciadas pelas autoridades, Marina destacou a discussão com o governo federal para que 1.038 municípios em todo o país ganhem o status de estado de emergência climática permanente. A ideia é que recebam uma ação contínua de reestruturação.

"Nós temos 1.038 municípios onde sabemos que é recorrente a possibilidade desses eventos extremos associados à mudança do clima. Você não muda uma realidade, a estrutura de uma cidade que precisa revisitar plano diretor, o código de postura, fazer intervenção de drenagem e remoção de população da noite para o dia. É preciso uma ação conjunta, governo federal e estadual, senão a gente não vai dar conta", explicou a ministra, durante coletiva em Manaus.

No Acre, na madrugada de sábado para domingo, o governo decretou situação de emergência em Rio Branco por causa das chuvas. Não houve mortes, mas cerca de 32 mil pessoas foram atingidas, em 48 bairros da capital do estado. Além de Rio Branco, as cidades de Epitaciolândia, Assis Brasil e Brasiléia, as quais têm trechos cortados pelos rios da bacia Rio Acre, foram prejudicadas por enxurradas e enchentes. O nível do Rio Acre subiu mais de sete metros e, até o final do dia de ontem, ainda não havia baixado, deixando a Defesa Civil em estado de alerta.

"Para agilizar a assistência do governo federal aos municípios atingidos, nós trouxemos para Rio Branco técnicos da Defesa Civil Nacional. Eles vão auxiliar os gestores municipais a preencherem os formulários para o reconhecimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública. Também ajudarão a realizar os planos de trabalho para a solicitação de recursos federais para assistência humanitária, restabelecimento de vias públicas, pontes e, até mesmo, reconstrução das casas das pessoas atingidas pelo desastre", reforçou Góes.

> "Para agilizar a assistência do governo federal aos municípios atingidos, nós trouxemos para Rio Branco técnicos da Defesa Civil Nacional"
>
> **Waldez Góes**, *ministro do Desenvolvimento Regional*

Pedro Devani/ Secom

Na capital do Acre, cerca de 32 mil pessoas foram atingidas, em 48 bairros. As cidades de Epitaciolândia, Assis Brasil e Brasiléia também foram afetadas

Já em Manaus, o episódio de sábado é o segundo de grande impacto à população, registrado desde o início de março, ocasionado pelas chuvas torrenciais. No sábado, mais de 11 casas foram arrastadas pela correnteza do Igarapé do 40, na Zona Sul da capital amazonense. Também ocorreram inundações em diversos pontos da cidade. Ontem, os moradores tiveram que contabilizar os prejuízos, tanto a eletrodomésticos quanto a veículos. Em protesto à ausência do poder público, chegaram a fechar uma avenida.

Na semana passada, oito pessoas morreram — entre elas duas crianças — e três foram resgatadas, após deslizamentos de terra em decorrência da alta precipitação. O evento ocorreu no bairro Jorge Teixeira, na Zona Leste, e deixou 11 casas soterradas. O prefeito de Manaus, David Almeida, justifica os estragos nas áreas pelo descarte de lixo feito de forma incorreta pela população. O acúmulo do lixo nos igarapés, segundo ele, faz com que formem-se represas devido ao entupimento dos bueiros, impedindo a passagem da água, que retorna e alaga os imóveis.

O ministro do Desenvolvimento Regional explicou que desde a primeira ocorrência há comunicação da prefeitura com o governo federal. Estão assistidos 1.500 municípios em situação de emergência. Os recursos repassados possibilitaram a retirada de 90 famílias da primeira área afetada, além da promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de direcionar a construção de cinco mil moradias pelo programa Minha Casa, Minha Vida para Manaus. Porém, com os novos episódios, há a necessidade de reavaliar o plano inicial, inclusive pensando em auxiliar no restabelecimento de limpeza, desobstrução e reconstrução.

"Na quarta-feira, enviaremos um técnico especialista só na área de plano para reconstrução, que priorizará a parte habitacional. Mesmo com o anúncio do presidente Lula sobre a construção de casas pelo programa Minha Casa, Minha Vida, a defesa pode entrar em situação de emergência construindo as casas que foram perdidas por inteiro. O prefeito vai indicar a área, apresentar o plano, e nós vamos repassar os recursos pela Defesa Civil diretamente à prefeitura", explicou.

SEGURANÇA PÚBLICA

Dos presídios, facções aterrorizam o país

» INGRID SOARES

Com registros de ataques de facções criminosas desde o dia 14, o Rio Grande do Norte contabilizou mais de 300 investidas que aterrorizaram a população e expuseram a fragilidade da segurança pública no estado e no país. Como consequência, a população sofreu com a suspensão de serviços públicos. Os atos seriam um protesto pela transferência de chefes do chamado "Sindicato do Crime" para fora do estado, além das condições precárias nas penitenciárias.

Na tentativa de conter os ataques, o policiamento foi reforçado com o envio de mais de 500 homens da Força Nacional, assim como policiais de outros estados. Embora os esforços, especialistas apontam que, em virtude das medidas insuficientes, os casos continuam a se repetir.

Mas os ataques coordenados por facções criminosas não se restringem ao Rio Grande do Norte. Há um vasto histórico em todo o Brasil. Em 2006, em São Paulo, o Primeiro Comando da Capital (PCC) desencadeou rebeliões em 74 penitenciárias, bem como atentados contra agentes de segurança, contabilizando 564 mortos. O motivo seria a transferência de 756 presos para a penitenciária 2, de Presidente Venceslau. Entre eles, o líder máximo da facção, Marcos Camacho, Marcola.

Em julho de 2016, a violência teve como mote a instalação de bloqueadores de sinal de celular em presídios, no Rio Grande do Norte. Os criminosos queimaram ônibus e dispararam contra prédios públicos. Em 2017, uma rebelião no presídio estadual de Alcaçuz, também na capital potiguar, culminou em 27 assassinatos.

Novos ataques foram ordenados pelo PCC, em junho de 2018. Desta vez, contra ônibus em Minas Gerais e, novamente, em Natal. Em janeiro de 2019, o Ceará sofreu com uma onda de terror em, pelo menos, 25 cidades.

Na última semana, outra ação autorizada pelo PCC foi descoberta pela Polícia Federal (PF). Criminosos planejavam atacar servidores e autoridades públicas. Entre os alvos, o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) e o promotor de Justiça Lincoln Gakiya. De acordo com a corporação, os atos poderiam ocorrer simultaneamente em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Paraná e Distrito Federal.

O ex-secretário Nacional de Segurança Pública coronel reformado da Polícia Militar de São Paulo (PM-SP) José Vicente da Silva aponta a ausência de uma política nacional de segurança como parte do problema.

JOSÉ ALDENIR/THENEWS2/ESTADÃO CONTEÚDO

Desde o dia 14, Rio Grande do Norte contabilizou mais de 300 ataques

Ele destaca que, mesmo com o envio de recursos, a aplicação das verbas fica comprometida se não houver coordenação. No dia 20, o ministro da Justiça Flávio Dino anunciou a destinação de mais de R$ 100 milhões em investimentos para o Rio Grande do Norte.

"O fundo nacional de segurança pública precisa estar inserido em um plano nacional, que não existe. Nós não temos, sequer, um rascunho do que pretende o governo federal no âmbito da segurança pública", explicou Silva.

Um segundo obstáculo elencado é o monitoramento das facções. "Os grandes insumos que empoderam as organizações criminosas são as drogas, o armamento, as munições, o contrabando e a pirataria. Tudo isso vem pelas fronteiras e irriga o país", salienta o ex-secretário, que teceu duras críticas ao novo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci 2). "Não vejo solução para nenhuma das questões pela inapetência do governo em produzir ao menos alguma carta de intenção para a segurança pública", completa.

No dia 22, o ministro Flávio Dino disse que se reunirá esta semana com os secretários estaduais de Segurança, a PF e a PRF. "Vamos atualizar a avaliação sobre a situação no país e debater mais medidas e propostas na área da Segurança Pública."

OBITUÁRIO

Juca Chaves, 84 anos

O humorista, cantor e compositor, Jurandyr Czaczkes Chaves, popularmente conhecido como Juca Chaves, faleceu aos 84 anos, em Salvador. Seu óbito foi confirmado às 22h30 de sábado. Ele estava internado havia 15 dias no Hospital São Rafael, em decorrência de problemas respiratórios. Ontem à tarde, o corpo foi cremado no Cemitério Bosque da Paz.

Juca deixou a esposa, Yara, com quem estava casado desde 1975, e as duas filhas, Maria Morena e Maria Clara.

Conhecido por "Menestrel Maldito", foi ícone da cultura, por causa do humor inteligente e irreverente, das músicas engajadas e do ativismo social. Era um crítico ferrenho da ditadura e tornou-se referência para diversas gerações. Em 2011, esteve em Brasília onde apresentou o stand-up *Finalmente em pé*.

Seu primeiro sucesso musical foi uma sátira a Juscelino Kubitschek, intitulada *Presidente Bossa Nova*. No Palácio do Planalto, cantou para o próprio JK, tendo a obra aprovada pelo então presidente. Após o episódio, a canção levou Juca a vender 500 mil cópias, garantindo ao artista um disco de ouro e a manutenção da canção nas rádios por um ano.

A filha de Juscelino, Maria Estela Kubitschek, prestou uma homenagem ao compositor, relembrando a canção e, em tom carinhoso, afirmou que ele foi responsável por "popularizar JK".

Rui Faquini/Divulgação

Artista faleceu na noite de sábado e foi cremado ontem, em Salvador

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

Bolsas
Na sexta-feira

0,92% São Paulo
0,41% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias

100.998 — 98.829
21/3 22/3 23/3 24/3

Dólar
Na sexta-feira
R$ 5,251
(- 0,74%)

Últimos	
20/março	5,243
21/março	5,245
22/março	5,237
23/março	5,290

Salário mínimo
R$ 1.302

Euro
Comercial, venda na sexta-feira
R$ 5,651

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,65%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62
Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84

» Entrevista | **MANUEL MUÑIZ** | REITOR DA IE UNIVERSITY

Professor afirma que as desigualdades sociais estão na base da enorme polarização política na região e alimentam o populismo. Forte presença da China nas principais economias amplia relações turbulentas com os EUA e a Europa

Dicotomias da AL

» VICENTE NUNES
CORRESPONDENTE

***Lisboa** — A forte presença da China na América Latina exigirá um esforço redobrado dos Estados Unidos e da Europa para manter a região fechada com a visão do Ocidente. Segundo o reitor da IE University, Manuel Muñiz, que foi vice-ministro do Exterior da Espanha, o fato de a maior parte dos países latinos se recusarem a endossar sanções à Rússia, após a invasão à Ucrânia, indica que norte-americanos e europeus não estão conseguindo estreitar os laços com essas nações.*

Ele acredita que, como maior economia latina, o Brasil terá papel fundamental na integração regional. A América Latina, porém, terá de se reencontrar com o crescimento econômico para distribuir renda. Na avaliação de Muñiz, as enormes desigualdades sociais são fontes constantes de tensão na região, que teve, nos cinco anos anteriores à pandemia do novo coronavírus, o pior desempenho da atividade em sete décadas. E, quando estava começando a se recuperar, foi atropelada pela grave crise sanitária. "Essa grande desigualdade social alimenta a polarização política e incentiva o populismo", assinala o professor de política, economia e relações internacionais.

Para o decano, com a recente guinada de parte da América Latina para a esquerda, em especial no Brasil e no Chile, essa corrente política não poderá falhar na promessa de melhoria de vida da população, sob o risco de causar mais turbulências. Ele também chama a atenção para que o Estado de direito prevaleça, assim como a segurança política e jurídica, para que os investidores se sintam confortáveis para destinar recursos que os países tanto necessitam, sobretudo, para melhorar a infraestrutura. A seguir, trechos da entrevista que Muñiz concedeu ao **Correio**, *a propósito da Cúpula Ibero-americana que aconteceu neste fim de semana na República Dominicana.*

IE University/ Divulgação

Como os países chegaram à Cúpula Ibero-americana depois de dois anos de pandemia?

Com grandes mudanças desde a última vez que se encontraram. No plano econômico: os últimos anos foram, de modo geral, difíceis para a região, com crescimento lento. Politicamente, houve terremotos que apontam para o desvio de vários países para a esquerda. Isso é particularmente verdade no Chile e no Brasil. E, por último, no plano geopolítico, o encontro ocorre num claro agravamento das relações entre os Estados Unidos, a Europa e a China. Dada a centralidade da China na economia regional, o aumento das tensões globais será um desafio para os países latino-americanos navegarem.

Quais são, hoje, os principais desafios da região?

Como há muitas décadas, o principal desafio é proporcionar um crescimento equitativo. Os cinco anos anteriores à covid-19 foram os piores em termos de desempenho econômico para a região das últimas sete décadas. E o impacto da pandemia foi muito significativo. A América Latina viu uma contração da atividade econômica em uma escala não vista em 100 anos. Ou seja, a pandemia atingiu uma economia que ainda estava em recuperação, enfrentando a quebra de um ciclo de commodities e lutando para melhorar a produtividade e ampliar a renda

Temos visto tanto governos de extrema direita quanto de extrema esquerda tomando o poder em vários países. Como avalia esse movimento? Quais suas consequências?

Acredito que o movimento à esquerda está enraizado na necessidade de construir sociedades mais equitativas. A região tem tido um desempenho misto, para dizer o mínimo, nesta frente. E isso alimentou claramente a polarização política. A grande questão é se essas novas lideranças de esquerda serão capazes de entregar resultados.

A América Latina sempre foi o paraíso dos populistas. Por que não consegue se livrar dessa praga?

Na minha opinião, as causas fundamentais do populismo latino-americano são a desigualdade social e a falta de uma classe média consolidada e segura. A falta de um instrumento eficiente para a distribuição de renda produz um enfraquecimento do centro do espectro político.

Do ponto de vista econômico, a América Latina tem se mostrado um fracasso. Cresce menos que a média das demais regiões. Por quê?

São muitas as razões para esta falta de crescimento. O desenvolvimento do capital humano é certamente um deles. A falta de infraestruturas em grandes partes da região e o nível modesto de integração econômica regional são outros fatores que contribuem para essa realidade. Mais: a instabilidade política, que produz, em alguns casos, a insegurança jurídica é, particularmente, crítica em alguns casos e desencoraja o investimento estrangeiro.

É possível mudar esse quadro desalentador? Como?

Sim, por meio de uma política clara e sustentada de combate às desigualdades sociais, investindo na educação e na infraestrutura, promovendo a integração regional e apoiando as instituições democráticas e o Estado de direito. São pontos que fazem uma imensa diferença.

Como os investidores veem a região? Há razão para tanta desconfiança? Por quê?

As questões relativas ao Estado de direito são generalizadas na América Latina. No caso dos investimentos originários da Espanha, houve casos de instrumentalização política. Isso é emblemático no México. É raro passar uma semana sem que a alta liderança do país ataque as empresas espanholas ou as suas atividades no país. Isso desencoraja o investimento internacional.

O que os investidores mais temem na região?

A erosão do Estado democrático de direito e a exposição ao risco político.

É possível pensar em uma América Latina mais próspera? Por quê?

Absolutamente, é possível. Mas é preciso um certo tipo de liderança política sustentada. A região tem recursos naturais e humanos extraordinários. Na minha opinião, não há nenhuma razão estrutural para que a América Latina não atinja níveis de rendimento per capita semelhantes aos que vemos na Europa ou nas economias do Leste Asiático.

Por que os Estados Unidos se mantêm de costas para a América Latina?

Esta é uma questão muito relevante. Os EUA não investiram tempo nem recursos suficientes na América Latina. Descobriu, agora, que a região não está disposta a, por exemplo, impor sanções à Rússia, apesar da pressão norte-americana e da Europa. A China, aliada da Rússia, é o principal parceiro comercial da maioria dos países latino-americanos e um dos maiores credores da região. E até mesmo um dos maiores investidores, inclusive no Brasil, diga-se de passagem. Tanto os EUA quanto a Europa precisam estar mais presentes na região, diplomática e economicamente. Se quisermos que a América Latina continue a fazer parte do Ocidente, temos de nos comprometer com ela.

Que papel tem o Brasil na integração regional?

Desempenha um papel fundamental. A integração regional simplesmente não ocorrerá a sério se o Brasil não fizer parte dela.

DEFASAGEM EDUCACIONAL

Jovens devem ter renda até 25% menor

» VICTOR CORREIA

Os efeitos da pandemia da covid-19 na formação de crianças e jovens pode gerar uma defasagem em suas vidas adultas, alerta o Banco Mundial (Bird). Levantamento recente da instituição multilateral mostra que pessoas que tinham menos de 25 anos em 2020, quando a doença se espalhou mundialmente, podem ter uma redução de até 25% em seus rendimentos no futuro.

O cenário mais preocupante é justamente entre as crianças menores, que sofreram com o fechamento das escolas em uma fase essencial para sua formação. No futuro, a defasagem pode gerar inclusive perdas econômicas para os países.

De acordo com o estudo, intitulado "Colapso e Recuperação: Como a pandemia da covid-19 deteriorou o capital humano e o que fazer a respeito", o deficit de aprendizado atinge especialmente os países de baixa e média renda, sendo o Brasil um dos mais afetados pela perda de empregos dos jovens.

O Banco Mundial destaca ainda que os países precisam investir em políticas públicas para recuperar o atraso, sugerindo ações emergenciais como adequar o ensino ao nível de aprendizagem dos alunos e estimular o acesso dos jovens ao mercado de trabalho.

Janela pequena

No estudo, o Banco Mundial alertou que a janela para mitigar o deficit educacional é pequena, e sugeriu uma longa lista de políticas públicas que devem ser adotadas pelos países. Entre as ações mais urgentes estão o apoio à campanha de vacinação e suplementação nutricional de crianças mais novas, aumentar o acesso à pré-escola e expandir os programas de transferência de renda para famílias vulneráveis.

"As pessoas com menos de 15 anos hoje, ou seja, as mais afetadas pela deterioração do capital humano, representarão mais de 90% da força de trabalho em idade ativa em 2050", afirma o economista chefe para Desenvolvimento Humano do Bird, um dos nomes que assinam o relatório. "Reverter o impacto da pandemia sobre elas e investir em seu futuro deve ser a prioridade mais alta para os governos. Caso contrário, esses cortes representarão não apenas uma, mas várias gerações perdidas", acrescenta.

Segundo a pesquisa, entre março de 2020 e março de 2022, a perda estimada na educação de crianças em idade escolar era de um ano de escolaridade presencial, sendo mais acentuada em países da América Latina, com perdas de 1,7 ano. No Brasil, entre 1º de abril de 2020 e 31 de março de 2022, as escolas ficaram parcialmente ou totalmente fechadas por 90% do tempo.

Em países de baixa e média renda, quase um bilhão de crianças perderam, no mínimo, um ano escolar inteiro, sendo que 700 milhões perderam um ano e meio. Como efeito, cerca de 70% das crianças de 10 anos nesses países são incapazes de entender um texto básico, sendo que, antes da pandemia, esse índice era de 57%.

Os dados do Bird são corroborados por indicadores de instituições brasileiras. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostra que a taxa de alunos com dificuldades para ler e escrever saltou de 15,5%, em 2019, para 33,8%, em 2021. O Censo Escolar, divulgado pelo Inep, mostrou ainda que a taxa de abandono mais do que dobrou no ensino médio entre 2020, de 2,3%, para 2021, de 5%. Já os jovens entre 15 e 24 anos sofreram com a falta de acesso ao emprego. O México e o Brasil tiveram a maior queda no emprego dessa população, de 7% e 6%, respectivamente. O número de jovens que não trabalham nem estudam chegou a 22% no fim de 2021. Segundo o estudo do Bird, o desemprego ou baixa remuneração nesse período pode impactar essas pessoas por até 10 anos.

"Fechamento de escolas, lockdowns e interrupções nos serviços durante a pandemia ameaçaram acabar com décadas de progresso na construção de capital humano de várias gerações", declara o presidente do Banco Mundial, David Malpass.

Palavra de especialista

Deficit pode ser recuperado

Arquivo Pessoal

Ao comenter sobre o alerta do Banco Mundial (Bird), a professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília Catarina Santos ressalta que não foi apenas a pandemia da covid-19, em si, que causou o deficit educacional do Brasil, mas que os problemas já existentes foram ressaltados por uma situação extrema. Para ela, as sugestões dadas pelo Bird não são novidade no Brasil, já que apontam para dificuldades conhecidas no sistema educacional e poderiam ter sido resolvida no país "alguns anos atrás", se houvesse comprometimento do poder público com a erradicação da fome e da melhora na educação. "Não existe a lógica da 'geração perdida', porque a possibilidade de aprendizado é ao longo da vida. Esse deficit é consequência do que não fizemos antes, não fizemos durante e não estamos fazendo depois da pandemia. Tem a ver com a falta de ação governamental para resolver a questão." A professora destaca que o país já tinha um deficit de educação antes da pandemia. Logo, os que já eram afetados foram os mais impactados pelo atraso no currículo escolar, pois foram justamente os que tiveram menos acesso. "Não garantimos que essas pessoas tivessem um acesso mínimo, de diversas formas. Não garantimos unidades computacionais às escolas, alimentação, e condições de vida às famílias", critica. **(VC)**

Mercado S/A

AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

"Na visão de alguns economistas, o regramento fiscal poderá acelerar a queda dos juros"

Sem viagem à China, novo marco fiscal fica mais próximo

O cancelamento da viagem do presidente Lula à China poderá ter um efeito benéfico: a antecipação da divulgação do novo marco fiscal. Chamou atenção do mercado o fato de o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também desistir de embarcar para o país asiático, o que pode ser um indicativo de que as novas âncoras fiscais sejam, enfim, reveladas. Há alguns dias, Lula havia dito que o texto seria apresentado apenas em abril porque uma decisão dessa magnitude não poderia ser feita de forma apressada e que, na China, ele passaria "24 horas por dia ao lado de Haddad". Sem a viagem, não há motivo para que novas rodadas de conversas sejam adiadas, desde que, obviamente, o presidente recupere plenamente a saúde. Na visão de alguns economistas, o regramento para as contas públicas poderá acelerar a queda dos juros, na medida que ficará mais claro o compromisso do governo com a boa gestão fiscal do país.

Os altos e baixos da indústria de veículos em 2023

Apesar do início de ano pouco animador, do crédito caro e da crise que persiste, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) mantém a previsão de crescimento de 4,1% nas vendas de veículos leves em 2023. Para a produção, a estimativa é de alta de 4,2%. Não se vê o mesmo otimismo no segmento de veículos pesados. De acordo com a entidade, os emplacamentos da categoria deverão cair 11% no ano, sendo que o tombo da produção deverá ser maior ainda, de 20,4%.

Volkswagen/Divulgação

11,4%

foi quanto caiu o crédito imobiliário com recursos da poupança em fevereiro na comparação com o mesmo mês do ano passado, segundo levantamento da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip). A alta dos juros é a principal responsável pela queda

Oi pede à Justiça financiamento emergencial

A operadora Oi parece viver em permanente situação de emergência. No início de março, a empresa ingressou, em caráter de urgência, com um novo pedido de recuperação nos tribunais do Rio de Janeiro. Agora, os advogados da companhia solicitaram a liberação de um financiamento "emergencial" de US$ 275 milhões (R$ 1,44 bilhão) também para a Justiça carioca. De acordo com o teor do pedido, a Oi precisa dos recursos para ter alguma liquidez e dar continuidade às suas operações de curto prazo.

Apple e Twitter fecham o cerco ao home office

Cada vez mais as grandes empresas pressionam seus funcionários para que abandonem o home office. Depois de Elon Musk proibir o trabalho remoto no Twitter, agora é a vez de outra gigante de tecnologia impor novas regras aos colaboradores. Segundo informação da newsletter americana Platform, a Apple ameaça com demissão quem não comparecer ao menos três vezes por semana ao escritório. A checagem da frequência, diz o veículo, é feita por meio de registros nos crachás de acesso dos funcionários.

Suno/Reprodução

"Se as pessoas realmente estivessem preocupadas com o fiscal, elas estariam comprando dólar. Cadê o pessoal comprando dólar? O dólar está parado há 3 anos no mesmo patamar"

Rogério Xavier, *sócio-fundador da gestora de fundos SPX Capital*

RAPIDINHAS

Os dados do relatório Balanço Vale+, que traz informações sobre a atuação econômica, social e ambiental da empresa, mostram que a mineradora injetou R$ 34,1 bilhões na economia de Minas Gerais em 2022, desembolso que contemplou investimentos e custeio. Segundo a Vale, as compras com fornecedores locais totalizaram R$ 25 bilhões.

A japonesa Yamaha, uma das maiores fabricantes de motocicletas do mundo, vai investir R$ 520 milhões no Brasil até 2025. A maior parte dos recursos — algo como 80% do total — será destinada para a ampliação da fábrica de Manaus. Nos primeiros meses de 2023, a empresa respondeu por 20% do mercado brasileiro, atrás apenas da Honda.

Os brasileiros nunca investiram tanto em fundos internacionais de investimentos. Um levantamento feito pelo sistema de análises financeiras Comdinheiro/Nelogica constatou que o volume de recursos enviados para o exterior por meio da modalidade aumentou 150% entre 2021 e 2022, passando de R$ 138,7 bilhões para R$ 347,2 bilhões.

A Latam inaugurou ontem a sua primeira rota internacional a partir de Brasília. São voos diretos e diários para Lima, capital do Peru, escolhida pela perspectiva de alta demanda. Atualmente, a companhia aérea opera 21 destinos para fora do Brasil, mas o número deverá crescer ao longo de 2023.

» PONTO A PONTO | **PEDRO BIANCHI** | CEO DA MÁQUINA DE VENDAS

Executivo do grupo controlador da Ricardo Eletro ensaia retorno da rede, mas com uma nova marca para as lojas físicas

Em processo de volta total

» RAPHAEL PATI*

Um dos casos de empresas que não conseguiram se manter em pé durante a pandemia de covid-19 foi o da rede Ricardo Eletro, administrada pelo grupo Máquina de Vendas. Apesar de ter sido uma das maiores redes varejistas do país, com mais de 1,2 mil lojas e 28 mil funcionários em seu auge, os negócios ruíram durante o período de crise sanitária.

Além da pandemia, outros fatores, como a prisão do fundador e ex-presidente da empresa, Ricardo Nunes — acusado por sonegação de impostos —, contribuíram para a derrocada da companhia, que atravessa um período de recuperação judicial. O caso se arrasta com dois pedidos de falência no ano passado, revertidos na Justiça, e que aguardam julgamento no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Atualmente, a empresa planeja se reerguer, segundo o principal executivo (CEO) da Máquina de Vendas, Pedro Bianchi, que está no cargo desde 2019. O foco é retornar às origens, acreditando no valor, tanto do comércio on-line quanto do varejo físico, mas com uma nova marca nas lojas físicas que devem chegar a 50 até o fim de 2024. "É um processo de volta total, mas em um cenário muito difícil", afirma. O contexto atual, na avaliação dele, com a taxa básica de juros (Selic) a 13,75% ao ano e baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), será "muito desafiador para todo mundo".

Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista de Bianchi ao **Correio***:*

Reprodução

RETOMADA

A gente está em um processo de retomada. A empresa sofreu muito com a covid-19 e com as questões políticas também. Não dá para negar toda essa instabilidade toda. No ano passado, tivemos dois pedidos de falência, que foram revertidos. Os processos estão agora aguardando julgamento no STJ. A gente está começando do zero. Estamos aqui lutando de novo, mas temos mais de 100 empregos diretos e indiretos sendo gerados. Abrimos já duas lojas e estamos com programação de abrir mais três por mês, até o fim do ano. Chegando a 25 no fim deste ano e a 50 no fim de 2024. As duas primeiras lojas físicas foram abertas em Pedro Leopoldo (MG), na região metropolitana de Belo Horizonte, e na própria capital.

NOVA MARCA

Estamos fazendo a seguinte estratégia em relação ao antigo nome da rede. Como no e-commerce existem muitas fraudes, entendemos que, para o consumidor, ter uma marca nacionalmente conhecida, como a Ricardo Eletro, pode trazer maior segurança, em termos de que é um site confiável e ninguém vai utilizar os dados. Por sua vez, na loja física, onde o consumidor é de oportunidade, desenvolvemos uma nova marca, chamada "Nossa Eletro". Na verdade, desde 2020, eu queria lançá-la para mostrar para as pessoas que, agora, é uma nova Máquina de Vendas, uma nova companhia. Só que, por uma série de motivos, não consegui lançar antes. E, agora, que estamos reabrindo as lojas, encontramos o momento perfeito de fazer essa migração. Na verdade, eu queria que tudo ficasse "Nossa Eletro".

CENÁRIO DIFÍCIL

É um processo de volta total em um cenário muito difícil. Vejo que há algumas empresas começando nesse cenário, empresas que se alavancaram quando os juros estavam em 2,5%, quase 3% ao ano, e, agora, os juros chegam a 13,75% anuais, sem crescimento do PIB. É um cenário muito desafiador para todo mundo.

MUDANÇAS

Eu acredito que a pandemia deu um "boom" digital. O nosso faturamento físico e digital, em 2018, era de 80% e 20%, respectivamente. Agora, estamos reconstruindo e vendo o comportamento do consumidor. Uma diferença daquele ano para agora é a questão do endividamento das famílias, que aumentou muito, e a questão do desafio para o e-commerce ser lucrativo.

ESTRATÉGIA

A loja física ainda tem espaço, muito pelo próprio comportamento do consumidor brasileiro e de questões de infraestrutura, de acesso à internet, educação digital, etc. Mas ainda tem um espaço muito grande na loja física. Eu não diria que o nosso maior foco é o e-commerce. O nosso maior foco hoje é voltar às origens da empresa. Sou o único diretor estatutário, estou aqui refundando a Ricardo Eletro e a Máquina de Vendas. E eu acredito muito na loja física, ainda.

NOVA TENDÊNCIA

Nós estamos bastante atentos ao Phygital (união de varejo físico e digital). Cada vez mais, vai ser uma regra de que o consumidor compra no site, retira pela loja, às vezes, no caminho do trabalho, no deslocamento diário, e vice-versa. Então, é muito importante a mudança de paradigma para os próximos anos, que é a questão da força da logística de cada um. Quem conseguir entregar melhor, mais rápido e mais barato vai ter a vantagem competitiva do e-commerce. Mas a dificuldade do e-commerce no Brasil é a logística, que ainda é muito cara e tem uma infraestrutura deficitária.

CASO AMERICANAS

A repercussão é péssima para o setor, porque colocou em xeque a governança corporativa do varejo. Os bancos e os fornecedores estão puxando o freio. Todo mundo está com medo, sem saber onde está pisando, em outras companhias. Então, para o sistema, é muito ruim. Torço para que os credores e os acionistas, em especial, olhem para o doente, que é a empresa. Tem que responsabilizar quem fez esse rombo, como fez? Sim, pelo amor de Deus. Tem que ser apurado e punir de forma exemplar, porque vai ser um marco na história da governança corporativa no Brasil. Mas acho que não se pode deixar de olhar para o doente. O doente é uma companhia que demanda uma necessidade de caixa grande e o varejo é muito sensível. Então, qualquer descasamento de caixa gera um dano muito grande, o que foi o que aconteceu com a Máquina de Vendas, inclusive.

FUTURO

Nos nossos planos, em primeiro lugar, tem todo um tema de recuperação judicial, de a gente estabilizar o processo da recuperação judicial. Em segundo lugar, é tentar acelerar o pagamento dos credores trabalhistas e isso é um tema muito sensível e é um tema que me tira o sono e que me faz acordar também de manhã para trabalhar. O terceiro é fazer um acordo com a Procuradoria da Fazenda, sendo uma dívida relevante que foi descobrindo, mas tem sido uma dívida muito maior do que a gente imaginou. Então, esse é um acordo que a gente está começando a construir, é um acordo difícil, e estamos fazendo.

***Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel**

Editora: Ana Paula Macedo
anapaula.df@dabr.com.br
3214-1195 • 3214-1172

ORIENTE MÉDIO

Tensão além do limite

O **Correio** visitou a fronteira nordeste da Faixa de Gaza, onde tiros e barulho de drones são frequentes. No sul de Israel e no enclave palestino, onde vivem mais de 2,3 milhões de pessoas, o medo de ataques tenta conviver com o sonho da paz

» RODRIGO CRAVEIRO
ENVIADO ESPECIAL (*)

Tel Aviv — Sul de Israel, fronteira nordeste da Faixa de Gaza, a 60km de Tel Aviv e a 35km da Cisjordânia. Ao longe se ouvem disparos feitos por soldados durante exercícios de tiro ao alvo. O barulho quase intermitente de um UVA (drone ou veículo não tripulado) também empresta ao local uma atmosfera de tensão. No horizonte, a 500m, as primeiras casas e prédios do território palestino dividem a paisagem. Dali, é possível avisar Beit Hanoun, parte do campo de refugiados de Jabalia e a Cidade de Gaza.

Antes, a algumas centenas de metros, uma cerca de 8m de altura serpenteia por 20km até encontrar o Mediterrâneo. Foi erguida para impedir que militantes do Hamas e da Jihad Islâmica, ou mesmo um lobo solitário, invadam o Estado judeu e cometam atentados contra civis e militares. É a última linha de defesa israelense.

Os olhos não conseguem enxergar a fortaleza quase inexpugnável: abaixo da estrutura de arame está enterrada uma barreira de concreto com 1m de espessura — a profundidade é mantida em segredo pelas autoridades de Israel — e coberta por sensores de movimento. O custo da construção foi de US$ 1 bilhão.

Antenas vermelhas e brancas erguidas do lado israelense escondem câmeras e sensores que perscrutam cada milímetro de terra, dia e noite. A fronteira se estende por 45km de circunferência. Entre 2,3 milhões e 2,4 milhões de palestinos vivem na Faixa de Gaza, em 365km², uma das regiões de maior densidade demográfica do mundo.

Ex-porta-voz internacional das Forças de Defesa de Israel (IDF) e consultor do Fórum de Segurança e Defesa de Israel (IDSF), Jonathan Conricus explicou que os militares têm um sistema de monitoramento fronteiriço eficiente, que entra em alerta assim que alguém tenta se aproximar do lado de Gaza. "Até 2020, a ameaça subterrânea representava um desafio militar para as IDF e aterrorizava civis israelenses", disse o ex-comandante, que acumula 24 anos de experiência em Gaza e chegou a combater militantes do Hamas e da Jihad Islâmica. "Túneis foram escavados sob a fronteira e em direção a comunidades de Israel e a posições militares israelenses. Elas são uma arma muito eficaz, nas quais esses grupos trabalharam durante décadas. Eu me lembro de caçar túneis no sul da Faixa de Gaza, em 2004", acrescentou.

Ele explicou que, no enclave, existe uma verdadeira indústria de túneis, com empreiteiros, operários e conhecimento acumulado. Algumas dessas galerias subterrâneas foram abertas dentro de casas comuns e se estendiam por 2 a 3km até o outro lado da fronteira. "Geralmente, são três homens a cada escala de oito horas, com a obra funcionando 24 horas por dia. O trabalho é todo manual. O solo é feito de arenito", relatou Conricus.

Nesse sistema de túneis, o Hamas fabrica foguetes e desloca as plataformas de lançamento até buracos abertos no solo, em meio às casas de civis, e cobertos para não serem detectados pela aviação israelense.

Fotos: Rodrigo Craveiro/CB/D.A Press

> Até 2020, a ameaça subterrânea representava um desafio militar para as Forças de Defesa de Israel (IDF) e aterrorizava os civis israelenses"
>
> ***Jonathan Conricus,*** *ex-porta-voz das IDF e ex-comandante das tropas em Gaza*

Até 31 de outubro de 2017, os judeus temiam que militantes palestinos literalmente "brotassem" em seus quintais. Naquele dia, Israel utilizou, pela primeira vez, uma nova tecnologia que detecta túneis do alto. Desde então, as IDF encontraram e destruíram 22 túneis sob a fronteira. "Nós desmantelamos todas essas galerias dentro do nosso território", disse Conricus. Nos últimos seis anos, nenhum outro túnel foi encontrado.

Entre o fim de 2017 e o começo de 2018, o Hamas iniciou a chamada "marcha do retorno". Dezenas de milhares de palestinos se reuniam nas cidades do enclave, marchavam em direção à cerca da fronteira e tentavam invadir Israel. O Hamas recrutou civis para tentar escalar a cerca, organizou ônibus, incitou os participantes nas mesquitas e mídias sociais. Também forneceu um dia livre de conexão à internet via wi-fi à vontade, um luxo para os moradores de Gaza. Muitos foram alvejados pelas IDF abaixo do joelho.

Em 2005, o então premiê israelense, Ariel Sharon, levou adiante o plano de retirada unilateral do enclave árabe. "Foi uma experiência inédita e muito traumática. Cerca de 8 mil civis israelenses foram despejados à força pelas IDF de suas casas na Faixa de Gaza. Eles foram reassentados em comunidades do sul do país", explicou Conricus.

O outro lado

Do outro lado da fronteira, em território palestino, a tensão e o medo também são constantes. "A vida, aqui na Cidade de Gaza, é baseada na rotina. Tudo se repete. Para nos sentirmos seguros, precisamos sair do território. A política e a guerra destroem sonhos em Gaza e a nossa saúde mental", lamentou ao **Correio** o fotógrafo freelance palestino Majdi Fathi, 43 anos.

Segundo ele, o barulho dos drones e dos caças israelenses é "muito irritante". "Não conseguimos dormir. Quando ouvimos o som, ficamos com medo de Gaza ser bombardeada", disse Fathi. "Eu espero pela paz e o retorno de nossas terras e de Jerusalém aos palestinos. Não sou político, mas, na condição de cidadão de Gaza, odeio a guerra. Os políticos devem encontrar uma solução para que os dois povos vivam em paz", acrescentou.

Morador do bairro de Rimal, na Cidade de Gaza, a 10km da fronteira norte, o jornalista Shuaib Yousef, 39, admitiu ao **Correio** que se acostumou com os drones. "Eles estão no céu, dia e noite. Mas a coisa mais difícil é sempre escutá-los na escuridão. Meus filhos dizem: 'O que é esse som?'. Esperamos que a calma prevaleça e que vivamos em paz e em prosperidade", desabafou, por meio do WhatsApp. Yousef também se mostra esperançoso em relação a um futuro de calmaria. "Acho que os dois povos concordam com a vida em paz. O problema são os governos. A saída é o estabelecimento de um Estado palestino, e todo o conflito acabará."

***O repórter viajou a convite da Embaixada de Israel**

Arquivo pessoal

Yanai Gilboa-Glebocki: casos de transtorno do estresse pós-traumático

Eti Abutbul, gerente do Restaurante Barbosa, no kibbutz de Bror Hayil

O "Trem das Onze", monumento em homenagem a Adoniran Barbosa

A vida no kibbutz brasileiro

A apenas 7,5km da fronteira com a Faixa de Gaza e a 9km da cidade de Sderot, o "kibbutz mais brasileiro do mundo" concentra 950 habitantes — 60% deles são brasileiros, filhos ou netos. Em meio a muita vegetação, os moradores de casas simples de Bror Hayil têm playground para as crianças, centro de convivência para os idosos, sinagoga, enfermaria, academia, além do Barbosa — um restaurante batizado em homenagem ao compositor paulista Adoniran Barbosa. Um pequeno museu cultiva a memória de Oswaldo Aranha, diplomata gaúcho que teve papel fundamental na criação do Estado de Israel, em 1948.

A 100m dali, um monumento a Adoniran: um vagão pintado de verde e amarelo, carinhosamente chamado de "Trem das Onze", referência a um de seus maiores sucessos. Para os 70 mil habitantes de cidades e de dezenas de kibbutzim ao longo do "envelope de Gaza, incluindo os de Bror Hayil, a vida em 95% do tempo é quase um paraíso. Segundo eles, os 5% restantes são um inferno.

Gerente do Restaurante Barbosa, Eti Abutbul nasceu em Bror Hayil e tem parentes no Brasil. "Gosto da vida no kibbutz, onde se diz que 'Deus é brasileiro'. Mas tem os foguetes... Meus filhos estudam perto de Sderot e sofrem mais. Estou dura como pedra, não tenho medo", disse à reportagem. "Um dia, a paz sairá. As pessoas que jogam foguetes para cá sabem que há mães dos dois lados. Nenhuma mãe quer que o seu filho morra."

Diretor de vendas de uma empresa na área de high-tech, Yanai Gilboa-Glebocki, 58, é filho de Bror Hayil e tem pais brasileiros. "Nos últimos 22 anos, vivemos uma realidade em que, às vezes, em intervalo de meses, temos disparos de foguetes de Gaza para Israel. Não é fácil, mas, desde 2009, o Exército conta com o sistema 'Domo de Ferro', que intercepta a maioria desses projéteis", afirmou ao **Correio**.

Ele citou o acionamento das sirenes antiaéreas durante a madrugada como uma experiência "muito difícil". "Temos crianças e adultos que sofrem de transtorno do estresse pós-traumático." Quando há um disparo de foguete, os moradores de Bror Hayil e de kibbutzim próximos têm 15 segundos para buscar abrigo. Algumas casas possuem um quarto reforçado, que serve de esconderijo. Yanai frisou que os vizinhos do outro lado da fronteira "sofrem muito mais". "O Exército de Israel é mais forte. Um dia, vamos precisar que eles invistam em educação, e não em mísseis."

Complexidade

Ofir Libstein, prefeito do Conselho Regional de Sha'ar HaNegev, região vizinha ao enclave palestino, é responsável por 9,3 mil moradores de 12 comunidades do "envelope". "Algumas estão a menos de 1km de Gaza e, por isso, têm enfrentado uma realidade de segurança complexa ao longo das duas últimas décadas", contou ao **Correio**.

Há ocasiões em que os lançamentos de foguetes evoluem para dias de intensos combates e operações militares. "Túneis do terror, balões incendiários e tumultos ao longo da fronteira são a rotina de nossos cidadãos, a qual vem de mãos dadas com múltiplos custos e desafios, como o bem-estar mental e físico da comunidade, a economia e o desenvolvimento", acrescentou o prefeito, que vive no kibbutz de Kfar-Aza, 17km ao sul de Bror Hayil e a 2km da Faixa de Gaza.

Na ânsia de criar um futuro para suas crianças, Libstein e colegas fundaram a Unidade de Desenvolvimento Econômico Israel-Gaza para Cooperação Transfronteiriça. Ela dirige programas que constroem conexões entre as pessoas. "Um deles é o 'Bridging'. Uma vez por mês, 25 jovens de Gaza são convidados a visitar e passar um dia em nossa região, onde se encontram com moradores de Sha'ar HaNegev." Libstein propôs um exercício: "Imagine dois grupos se reunindo pela primeira vez, cada qual tendo crescido com uma narrativa separada do outro, com temas de profunda desconfiança e dor".

Por meio de diálogos e experiências, os moradores de Gaza veem que têm mais em comum com os judeus dos kibbutzim do que imaginavam. "Plantamos sementes da coexistência de um futuro melhor", disse Libstein. (**RC**)

VISÃO DO CORREIO

Alerta de futuro inóspito

Escrito em 2017 pelo jornalista norte-americano David Wallace-Wells, o livro *A Terra inabitável: uma história do futuro* fala sobre os desafios que o mundo enfrenta por causa da mudança climática. O trabalho começa com um alerta: "É pior, muito pior do que você imagina".

O aviso alarmante segue mais válido do que nunca. Na semana passada, o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, na sigla em inglês) da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou um relatório que detalha a gravidade da situação que o planeta já enfrenta. Com 93 autores — incluindo duas cientistas brasileiras, a vice-presidente do IPCC, Thelma Krug, e a revisora Mercedes Bustamante —, o documento é enfático ao afirmar que a situação é crítica e que os governos precisam agir imediatamente.

Segundo o IPCC, a previsão é que o mundo atinja a marca de 1,5ºC de aumento médio da temperatura global já em 2030, ou seja, daqui a apenas sete anos. Importante ressaltar que ficar abaixo deste número era a meta dos Acordos de Paris, assinados em 2015. Ou seja, o mundo avança muito rapidamente para o que já era considerada uma situação limite, com um cenário catastrófico. Com o aumento de 1,5ºC, ecossistemas sensíveis, como os polos, geleiras e costas oceânicas já vão ser terrivelmente impactados.

O problema, segundo o IPCC, é que, se nenhuma atitude séria for tomada, o mundo ultrapassará este índice com folga na próxima década. E, a partir daí, o futuro começa a se assemelhar às séries e filmes pós-apocalípticos que fazem sucesso nos dias de hoje. Acima de 1,5ºC, regiões equatoriais e tropicais — o que inclui boa parte do Brasil — podem simplesmente se tornar inabitáveis por causa do calor intenso e constante. Eventos climáticos extremos, como o temporal que atingiu o litoral norte de São Paulo em fevereiro ou o que devastou Petrópolis (RJ) no ano passado seriam cada vez mais frequentes. Já o degelo de parte das calotas polares provocaria ainda a elevação do nível do mar.

Essa combinação de fatores deve levar a ondas migratórias intensas, na casa dos bilhões, de pessoas em busca de lugares habitáveis, gerando assim uma das maiores — se não a maior — crises humanitárias da história. E claro: os países mais pobres do mundo, que respondem por apenas 15% das emissões de carbono, são os mais vulneráveis.

Para evitar o pior, o IPCC avisa: é preciso uma mudança drástica agora. Não há mais tempo para painéis, conferências, debates, encontros e mesas-redondas. A produção e o consumo de combustíveis fósseis, como o carvão, devem cessar imediatamente, e uma transição rumo a fontes de energia renováveis deve ser tratada como prioridade, principalmente nos países ricos do Norte global, responsáveis por mais de 45% das emissões globais dos gases do efeito estufa.

Não falta dinheiro para isso. O investimento anual dos governos para mitigar esse cenário precisa ser de três a seis vezes maior do que é hoje, verba que pode vir de investimentos e incentivos que hoje são dados justamente para as indústrias que causam o problema. A dificuldade é, justamente, uma falta generalizada de vontade política e econômica que permitam que a transição rumo a um modelo mais sustentável seja tomada. Resta esperar que surjam líderes com coragem o suficiente para tentar resolver a situação. Ainda há tempo, mas a atitude precisa vir rápido.

ROSANE GARCIA
rosanegarcia.df@dabr.com.br

Vida longa às crianças

Em meados dos anos 1980, com muito alegria, trabalhei ao lado da freira Helena Arns, irmã da pediatra e sanitarista Zilda Arns, coordenadora da Pastoral da Criança, morta em 2010, num terremoto no Haiti, e de dom Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, que se despediu deste mundo em 2010. Irmã Helena foi uma das vítimas da covid-19, em 2020. Ela e Zilda eram duas mulheres excepcionais. Lembrei muito delas, ante as imagens das crianças e adultos ianomâmis famélicos, em Roraima.

Nos quase quatro anos em que trabalhei com a irmã Helena, produzindo o *Boletim da Pastoral da Criança*, não repetimos imagens semelhantes ou piores a cada edição. Publicamos fotos de crianças extremamente magras, na pele e no osso. Após consumirem a multimistura e receberem os cuidados necessários, as crianças recuperaram o peso e a vitalidade. A multimistura é um composto de farelo de arroz e trigo, folha de mandioca e sementes de abóbora e gergelim, criada pela médica pediatra e nutróloga Clara Terko Takaki Brandão, na década de 1970.

Ao ver a situação dos pequenos ianomâmis, imaginei o quanto irmã Helena e Zilda não poderiam ajudar na recuperação deles e de tantas outras crianças que ainda enfrentam a subnutrição no país. Mas não é preciso ir até a Terra Indígena Yanomami para conhecer de perto a situação famélica das crianças. Dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) — Programa Nacional de Alimentação Escolar do governo federal —revelam que 63,2% das crianças estão abaixo do peso por falta de comida. A tragédia se espalha por todo o país.

No ano passado, o Observatório de Saúde na Infância (Observa Infância), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), registrou 2.754 internações de bebês menores de um ano por desnutrição e suas sequelas, e deficiências nutricionais. A falta de alimentação adequada é causa de mortalidade precoce, expõe as crianças a doenças infecciosas recorrentes, causa prejuízos ao desenvolvimento psicomotor e resulta em menor aproveitamento escolar, além de reduzir a capacidade produtiva na fase adulta.

Uma realidade incompreensível em um país, como o Brasil, com uma das maiores áreas agricultáveis do planeta e que, a cada ano, bate recorde de milhões de toneladas de alimentos, capazes de suprir a necessidade de mais de um bilhão de pessoas no mundo. Embora o agronegócio seja de grande importância para a economia do país, os agricultores familiares são responsáveis por 70% dos alimentos que chegam aos lares brasileiros. Há 30 milhões de hectares de terras agricultáveis disponíveis, segundo o presidente Lula. Assim, ampliar a produção agrícola voltada ao mercado interno é mais do que necessário — é medida urgente — para evitar a morte do futuro: crianças e jovens.

» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. **E-mail:** ***sredat.df@dabr.com.br***

Às vezes

Há pessoas, às vezes, que costumam brincar com a inteligência do próximo. Perigo à vista! Há pessoas, às vezes, que se julgam — sem pensar — superiores às outras. Perigo à vista! Há pessoas, às vezes, que pensam ter poder demais... ora, ora (...). Perigo à vista! Há pessoas falastronas, às vezes, que falam alto, e 'furam' lonas. Perigo à vista! Há pessoas, às vezes, que não admitem a capacidade do próximo. É filho do ócio? Lembrei dos conselhos de meu amigo Eudóxio. Perigo à vista! Há pessoas, às vezes, com complexo de superioridade no campo ou cidade. Perigo à vista! Conselho: leia mais, fale menos e ouça; lembre-se da *Bíblia*, de outros bons livros, jornal ou revista — fuja do perigo à vista! Não pense ser, às vezes, o primeiro; fique bem, e quieto no último banco, mesmo se este for feito do piquizeiro!

» Antônio Carlos S. Machado
Águas Claras

Desgoverno

O desgoverno. O governo "eleito" estranhamente. O governo sem credibilidade tanto no que toca à política quanto à economia. Pois é! O que está fazendo esse governo que só cuida da vida do ex-presidente Bolsonaro? Dia, após dia, o nove dedos ataca o capitão. Este governo está "dando" R$ 3 bilhões em emendas e sabe-se porque. É para que o Congresso não instale um CPMI do 8 de janeiro. Mas, não satisfeito com os ataques a Bolsonaro, o presidente resolveu ameaçar e atacar o senador Sergio Moro e sua família. Atacava Bolsonaro por seu linguajar e, pasmem, agora solta a pérola "vou f..." com o Moro. O linguajar chulo não é nada agradável. Ora, que tal este desgoverno começar trabalhar?

» José Monte Aragão
Sobradinho

Na fila do pão

O senador Sergio Moro se coloca como vítima singular do crime organizado. Todos os dias centenas de brasileiros são executados tanto pelas forças de segurança pública. A população das periferias, sobretudo, os negros (jovens, crianças e mulheres) são alvo constante da polícia e do crime organizado. Mas o senador se esquece, ou se faz de esquecido. Ele ajudou a eleger e serviu ao pior presidente da República que o país teve, cuja política de segurança era armar a sociedade, garantindo aos cidadãos e ao crime organizado todo e qualquer tipo de arma e munição na quantidade que desejassem. Foi o ex-patrão do senador que, queira ele, ou não, fortaleceu as organizações criminosas, por meio dos falsos CACs. Ou alguém tem dúvida disso? Agora, vamos inverter a posição. Se Lula fosse senador e ameaçado de morte pelas quadrilhas que operam no país, o então presidente Bolsonaro mandaria a Polícia Federal apurar e prender os bandidos? Obviamente, não. "E daí?", indagaria o ex-presidente. Se matassem o seu adversário, diria mais: "Não sou coveiro". Apesar da perseguição de Moro e da turminha de procuradores de Curitiba contra Lula, o governo petista apurou a ameaça contra o senador, prendeu os bandidos e dará prosseguimento aos atos legais para puni-los. Moro é uma das causas dos quatro anos de torturas no país, pois o governo do seu ex-patrão não fez outra coisa no Palácio do Planalto do que editar atos contra os interesses da sociedade, mas muito favoráveis aos que admiram as ditaduras, a tortura e dizimação dos segmentos por eles compreendidos com sub-raça. Moro tem de parar de choramingar e trabalhar. Quem é ele na fila do pão?

» Leonora Lima
Núcleo Bandeirante

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

A frase de Santo Agostinho deveria virar placa na entrada do Congresso Nacional: "A soberba não é grandeza, mas, sim, inchaço; e o que está inchado parece grande, mas não está são". Será que assim as excelências baixariam a bola?

Márcio Magalhães — Guará

Lá em casa, a polarização ideológica acabou. Fizemos uma trégua: ninguém mais fala em política. Agora, brigamos por outros motivos: futebol, religião e videogame. Mudamos só o foco em torno do contraditório, mas a guerra continua.

Maria Antônia Passos — Asa Sul

Meu avô já dizia: "Não é o político que faz o candidato virar ladrão. É o seu voto que faz o ladrão virar político". Portanto, valorize suas escolhas, analise bem antes da votação e pare de reclamar.

Arthur Moreira — São Sebastião

Paulo Coelho desiste

O escritor Paulo Coelho postou no Twitter que desistiu de apoiar o presidente Lula, com menos de 100 dias de governo, por causa de suas incoerências e posturas equivocadas. É a primeira de uma série de figuras públicas que fizeram campanha do presidente Lula com a expectativa de que ele faria um governo melhor do que os dois anteriores. Certamente outros intelectuais e artistas vão pular fora do barco presidencial com medo de comprometer seus nomes. É só esperar pra ver.

» Antônio Ramos
Noroeste

Família Bolsonaro nas eleições

O **Correio Braziliense** informa, na internet, que o senador Flavio Bolsonaro será candidato à prefeitura do Rio de Janeiro. Jornais paulistas especulam que seu irmão, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, pode ser candidato à prefeitura de São Paulo. A família Bolsonaro tem a política no sangue e não quer deixar passar a oportunidade de governar as duas maiores capitais do país. A suposição é a de que o ex-presidente Bolsonaro está por trás dessas candidaturas para ampliar seu cacife eleitoral em 2026.

» Marina Castro
Asa Sul

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara"
Camões, e, VII e 14

ÁLVARO TEIXEIRA DA COSTA — **Diretor Presidente**
GUILHERME AUGUSTO MACHADO — **Vice-Presidente executivo**
Ana Dubeux — **Diretora de Redação**
Leonardo Guilherme Lourenço Moisés — **Diretor Financeiro**
Valda César — **Superintendente de Negócios e Marketing**
Josemar Gimenez — **Vice-presidente de Negócios Corporativos**

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1102 - Redação: (61) 3214.1100; Fax (61) 3214.1155 - Comercial: (61) 3214.1526, 3214-1211; Fax. (61) 3214.1205 - **Sucursal São Paulo:** End.: Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732, 7º andar – Jardim Paulista – CEP: 01403-000 – São Paulo/ SP, Tel: (11) 3372-0022; E-mail: associadossp@uaigiga.com.br. **Sucursal Rio de Janeiro:** End.: Rua Fonseca Teles, nº 114 a 120, Bloco 2, 1º andar – São Cristóvão – CEP: 20940-200 – Rio de Janeiro/ RJ, Tel: (21) 2263-1945; E-mail: sucursalrj@uaigiga.com.br. **REPRESENTANTES EXCLUSIVOS: Minas Gerais e Espírito Santo** – Mídia Brasil, Rua Tenente Brito Melo, 1223, sala 602 – Barro Preto – CEP: 30.180-070 – Belo Horizonte/MG; Tel.: (31) 3048-2310; E-mail: comercial@midiabrasilcomunicacao.com.br. **Região Sul** – HRM Representações Publicitárias, Rua Saldanha Marinho, 33 sala 608 – Menino Deus – CEP: 90.160-240 – Porto Alegre/RS; Tel.: (51) 3231-6287; E-mail: hrm@hrmmultimidia.com.br. **Regiões Nordeste e Centro Oeste – Goiânia:** Êxito Representações — Rua Leonardo da Vinci, Quadra 24, Lote 1, C 2, Jardim Planalto —CEP: 74333-140, Goiânia-GO — Telefones:62 3085-4770 e 62 98142-6119. **Brasília:** Sá Publicidade e Representações, SCS Qda 02 Bl. D – 15º andar – Ed. Oscar Niemeyer – salas 1502/3 – CEP: 70.316-900 – Brasília/DF; (61) 3201-0071/0072; E-mail: Thiago@sapublicidade.com.br. **Região Norte** – Meio & Mídia, SRTVS Qda 701, Bl. K – Ed Embassy Tower, salas 701/2 – CEP: 73.340-000 – Brasília/DF; Tel.: (61) 3964-0963; E-mail: atendimento@meioemidia.com.

ANJ IVC

Endereço na Internet: http://www.correioweb.com.br
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela Reuters, AFP, Agência Noticiosa Intercontinental, Agência Estado, Agência O Globo, Agência A Tarde, Agência Folha, Agência O Dia e D.A Press, Tel: (61) 3214-1131.

COMO ENTRAR EM CONTATO COM O CORREIO
Assinante/leitor/ classificados: 3342-1000

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	**R$ 4,00**	**R$ 6,00**

ASSINATURAS *
SEG a DOM
R$ 837,27
360 EDIÇÕES
(promocional)

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo – CEP: 70610-901 – Brasília – DF, de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/ sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568/ 0800-647-7377. Fax: (61) 3214.1595.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

DIÁRIOS ASSOCIADOS D.A

D.A LOG
Agenciamento de Publicidade

Olhos de ver

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

Adiamento por causa de problema de saúde, não modifica a essência da visita do presidente Lula que chegará à China em momento especial para ele e os chineses. O brasileiro desembarca em Pequim como um dos principais parceiros comerciais do grande Império do Meio. E pretende aprofundar esse relacionamento, sem entrar em conflito com os Estados Unidos. Os chineses estão vivendo a experiência de fazer uma política externa capaz de constranger antigos parceiros. Xi Jimping, o líder que está inaugurando seu terceiro mandato no poder, saboreia inédita possibilidade de dar a mão aos russos e salvar a economia do vizinho gigante.

Chineses e russos jamais tiveram uma convivência tranquila. Os dois países possuem a maior fronteira comum do mundo, o que ofereceu pretexto para enfrentamentos de diversos quilates. O comunismo chinês começou a dar seus primeiros passos fortemente auxiliado por Joseph Stalin. Nikita Khruschov, seu sucessor, ao contrário, procurou uma política de distensão com os Estados Unidos e relegou o governo de Pequim a seu próprio destino. O desenvolvimento chinês recente é produto do esforço dos intelectuais do PCC em qualificar lideranças e procurar melhores alternativas tecnológicas. Os intelectuais nos altos círculos chineses estudam a União Soviética com os olhos voltados para o passado. Querem entender as razões do fracasso do comunismo no outro lado da fronteira. E não pretendem repetir o desastre.

A China sempre foi o parceiro menor no xadrez ideológico da Ásia. Mas, até o século XIX só dois países haviam alcançado o status de grande potência, China e Índia. Os dois sofreram muito com a ascensão econômica dos europeus e dos Estados Unidos. Agora, tanto um quanto outro tratam de recuperar as posições perdidas há dois séculos. A conspiração do destino, somada a boa política externa, colocou o líder chinês na posição de assegurar o contínuo funcionamento da economia russa. Se os chineses saírem da Rússia, o país desaba. Ou seja, o colosso russo passou a ser dependente do chinês.

Trata-se de novidade que vai repercutir nas próximas décadas. A política externa norte-americana é seccionada e não consegue apontar para o longo prazo. Sofre de avanços e recuos ao sabor do ocupante da Casa Branca. A velha prática de entregar embaixadas em postos importantes no exterior a quem mais contribui para a campanha presidencial impede que haja uma continuidade nas ações da diplomacia norte-americana. As verbas do Departamento de Estado alcançam pouco mais de 10% daquelas à disposição do Departamento de Defesa.

A política externa de Washington continua a privilegiar a força, ou o big stick. Funcionou na América Latina e na Ásia em alguns períodos. Nos últimos anos, a expansão objetiva e controlada da China conseguiu se contrapor ao colosso norte-americano, que aliás financiou a expansão de Pequim na tentativa de conter a falecida União Soviética. O comunismo russo acabou, mas os chineses caminham para transformar seu país na maior economia do mundo. Os indianos, discretamente, vão escalando para se colocar entre os cinco maiores. O mundo está se virando rapidamente para o Oceano Pacífico.

O presidente Lula dispõe da assessoria experiente do embaixador Celso Amorim. Ele já exerceu o cargo de Ministro de Relações Exteriores e possui larga experiência no trato das questões internacionais do país. Ele gosta do que faz. Está à vontade no cargo de assessor do presidente para assuntos de relações exteriores. Conhece os principais atores da política externa. É o momento de avançar no relacionamento com o governo de Pequim, que começou em 1974 numa jogada ambiciosa do presidente Ernesto Geisel e de seu chanceler Azeredo da Silveira.

Esse é o momento de desfrutar a relação especial entre um sul-americano, que pretende ascender nas relações internacionais, e o gigante asiático que deseja ser visto como nova fonte de poder político e econômico. O aprofundar das relações entre os dois grandes possui ingredientes capazes de modificar substancialmente as relações econômicas, comerciais e diplomáticas neste canto de mundo. E oferece aos chineses perspectivas interessantes de abastecimento de matérias-primas pelas próximas décadas. Trata-se de um cenário diferente, desafiador e absolutamente novo para estudiosos de várias partes do planeta. E, em especial, para os direitistas brasileiros que ainda falam de terra plana e não conseguem perceber que o agronegócio brasileiro vive e se expande por causa do notável desenvolvimento chinês. É preciso ter olhos de ver para enxergar a novidade.

Relações árabe-brasileiras, perspectivas promissoras

» QAIS SHQAIR
Embaixador, é chefe da Missão da Liga Árabe no Brasil

As relações árabe-brasileiras são históricas e diferenciadas em todos os campos. No plano político, é preciso mencionar o papel bem-recebido do Brasil desempenhado em todas as questões árabes, especialmente no que concerne à Causa Palestina.

A presença da diplomacia brasileira, na edição da Resolução nº 181 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 1947, é uma inconteste demonstração desse apoio. A resolução pedia o estabelecimento de dois Estados, palestino e israelense, e é a base sobre a qual todos concordam hoje para resolver o conflito na região (a solução de dois Estados), exceto Israel.

Com plena confiança no apoio do Brasil aos fundamentos da legitimidade internacional e ao respeito às regras do direito internacional, cremos que o compromisso de implementar as resoluções das Nações Unidas e as relacionadas ao fim da ocupação israelense aos territórios palestinos é a única saída para o encerramento do ciclo de violência que sangra corações todos os dias. Os atos de violência que estamos testemunhando nos territórios palestinos ocupados não representam o problema em si, mas a ocupação que os causaram.

Os países árabes veem da presença política do Brasil, com participação não permanente no Conselho de Segurança da ONU, ao lado dos Emirados Árabes Unidos, como fonte de apoio para as questões árabes, para que contribua na resolução das crises que se espalharam por vários países árabes.

Os países árabes e o Brasil compartilham o apego aos princípios da solução pacífica ao longo de suas histórias, evidenciado no carinho da sociedade brasileira, que recebeu de braços abertos as ondas de imigração árabe, cujos integrantes tanto colaboraram e participaram de forma ativa com sua criatividade nos diversos setores da vida brasileira.

Assim como as visitas mútuas entre as duas regiões são ininterruptas há décadas, e nos níveis mais elevados, sendo a mais recente as duas viagens do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro a vários países árabes do Golfo, e a visita realizada pelo seu vice, general Hamilton Mourão, ao Egito.

Vale ressaltar que o Brasil tem direito legítimo de representar a América Latina no Conselho de Segurança da ONU quando o curso da reforma das Nações Unidas for concluído. Além disso, o Brasil é o fundador da Cúpula América do Sul — Países Árabes (Aspa), proposta pelo presidente Lula da Silva em 2003, em que o Brasil sediou sua primeira versão em 2005, que teve como resultado a "Declaração de Brasília", que, seguida pela Declaração de Doha em 2009, e depois pela Cúpula de Riad em 2015, que despertou o interesse pelo aspecto cultural nos projetos de cooperação.

Por seu lado, a possibilidade de expansão do Brics com a adesão de seis países árabes (Argélia, Egito, Arábia Saudita, Emirados, Bahrein e Iraque) terá um impacto significativo na ampliação do horizonte de cooperação entre os países árabes e o Brasil.

No entanto, sabemos da dimensão das relações econômicas existentes entre os países árabes e o Brasil, que se desenvolvem a cada dia nas áreas de intercâmbio comercial, investimentos conjuntos e todas as outras ligadas a cooperação. O volume de fluxo comercial entre os países árabes e o Brasil no ano passado foi de cerca de US$ 33 bilhões, o Brasil exportou para os países árabes o equivalente a US$ 17,718 bilhões e importou um total de US$ 15 bilhões, de modo que os países árabes ocupam o terceiro lugar na lista de parceiros comerciais.

Nesse sentido, para uma parceria estratégica, o secretário-geral da Federação das Câmaras de Comércio Árabes havia apresentado há cerca de três anos para altos funcionários permitindo a seleção dos principais portos do Mar Mediterrâneo para construir cidades industriais conjuntas (joint ventures), diluindo o problema da distância geográfica que separa os países árabes do Brasil.

Em conclusão, o intercâmbio cultural entre os dois lados deve ser uma prioridade, investindo na presença ativa de brasileiros de origem árabe na sociedade brasileira através do ensino das línguas árabe e portuguesa, artes e literatura, relembrando o passado em comum e olhando para a frente com amplos horizontes que enriquecem a cultura de ambos os lados com conhecimento e sabedoria.

Anistia para quem precisa: o combinado não pode sair caro

» GABRIELA ROLLEMBERG
Advogada e cientista política, cofundadora da Quero Você Eleita

» ADRIANA VASCONCELOS
Jornalista, consultora da Quero Você Eleita

Uma nova anistia partidária surgiu no horizonte para beneficiar novamente os partidos políticos que não cumpriram a determinação da Constituição Federal, que define que a quantidade de recursos públicos destinada ao financiamento das campanhas eleitorais femininas deverá ser, no mínimo, 30% ou proporcional ao número de candidatas a deputada. O perdão também abarcaria o valor que deixou de ser aplicado nas candidaturas negras, considerando homens e mulheres.

Trata-se da proposta de emenda constitucional (PEC) apresentada pelo deputado Paulo Magalhães (PSD-BA), que pretende estender para a eleição de 2022 a anistia aprovada no ano passado, que já havia perdoado os partidos que não cumpriram a mesma determinação. A regra existe desde a eleição de 2018 e nunca foi efetivamente aplicada.

Além de a PEC ser inconstitucional, a aprovação do texto consolidará a revitimização das mulheres e dos negros que saíram endividados da disputa eleitoral do ano passado, após registrarem suas candidaturas acreditando na palavra dos dirigentes partidários a respeito de valores que seriam repassados para garantir uma campanha eleitoral minimamente viável.

"O combinado não sai caro", diz a sabedoria popular. A lei civil afirma que o acordo verbal faz lei entre as partes. "A palavra é de ouro." Muitas pessoas ainda acreditam e praticam a honestidade. E são exatamente essas, que se colocaram a serviço da representatividade e da autenticidade democrática, que estão atualmente endividadas.

Não se faz campanha sem gastar dinheiro, e o que foi prometido não chegou à conta bancária eleitoral. Na prática, vimos dirigentes nacionais não cumprindo os combinados com os estaduais. Ou ainda os dirigentes de todas as hierarquias não cumprindo com a palavra perante as candidaturas. Ao que tudo indica, presenciamos verdadeiros estelionatos eleitorais.

Em um Congresso Nacional ainda majoritariamente masculino e branco, o que também prevalece entre os dirigentes partidários, a prorrogação da nova anistia tende a ser bem recebida. Por essa razão, é urgente a união das bancadas femininas da Câmara e do Senado nesse debate. É preciso que a sociedade civil organizada e desorganizada se una para fazer do limão uma limonada.

Quero Você Eleita, um laboratório de inovação política, está disposto a liderar um movimento frente ao Congresso Nacional e convida quem estiver lendo este artigo para participar. Ao invés de anistiar os partidos, precisamos promover uma reconciliação: a nossa proposta é recompensar as candidaturas de mulheres e negros para promover a quitação de suas dívidas eleitorais. Aqui se faz, aqui se paga. Não podemos deixar que essas pessoas ainda tenham que suportar ver o seu nome sujo na praça, saindo desestimuladas a participar do que deveria ser uma festa democrática bancada com os nossos impostos.

A anistia é inconstitucional, mas ainda assim queremos negociar. Estamos propondo que os recursos que deixaram de ser aplicados na última eleição sejam destinados a compor um fundo público transitório para ressarcir prioritariamente os prejuízos dessas candidaturas, que foram induzidas a erro por seus dirigentes. Precisamos garantir o direito dos fornecedores e prestadores de serviço, que também estão sendo penalizados, pois a maioria vai acabar ficando com esse prejuízo.

Se ainda assim houver sobra financeira, esse dinheiro deverá ser destinado a expandir os espaços das lideranças femininas e negras de todos os partidos, dando acesso personalizado à inteligência emocional, ao marketing, a ferramentas de negociação, à comunicação positiva e não violenta, à gestão de imagem pessoal, à autoconsciência, à autossustentabilidade, a técnicas de contação de histórias, à gestão de comunidades e a recursos humanos. Tudo que compõe o futuro da política ou a política que queremos ver no futuro. A construção de uma candidatura competitiva já começou faz tempo.

Candidaturas fictícias, desvio de recursos de mulheres e negros, violência política de gênero, tudo isso só será combatido com ações concretas e eficientes. Saímos de 15% para 18% de deputadas federais na Câmara, um progresso inexpressivo, mantido por uma estrutura que viemos aqui para romper. Enquanto não levarmos a sério a necessidade de eleger mulheres e negros neste país, não alcançaremos a diversidade da sociedade brasileira. Não há democracia sem autenticidade.

Exame de imagem detalha os movimentos do útero nos momentos finais da gravidez. Segundo os criadores, a solução poderá ajudar a prever nascimentos prematuros e a monitorar complicações ginecológicas, como a endometriose

As contrações do parto em um mapa 3D

YURIY DYACHYSHYN

Exame pode indicar quando as contrações são do fim da gestação: análise pelas cores (embaixo)

» AMANDA GONÇALVES*

Partos prematuros são a principal causa de mortalidade entre crianças menores de 5 anos no mundo. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) estimam que 10% dos bebês nascem antes dos nove meses de gestação e, a cada ano, pelo menos 1 milhão de crianças morrem devido a complicações ligadas a esse procedimento. Uma nova tecnologia de imagem não invasiva desenvolvida por pesquisadores da Washington University School of Medicine, nos Estados Unidos, gera, em tempo real, mapas 3D das contrações do útero durante o trabalho de parto, podendo ajudar a prever nascimentos com risco de ocorrerem antes do recomendado.

Yong Wang, professor de obstetrícia e ginecologista e responsável pelo estudo, conta que a necessidade do projeto surgiu da insuficiência dos métodos clínicos atuais em medir atividades uterinas: "Devido à limitação da imagem das funções uterinas em alta resolução espacial e temporal, temos conhecimento limitado de como funciona a contração uterina durante o trabalho de parto e os ciclos menstruais. Isso nos motivou a conduzir a pesquisa e desenvolver a tecnologia", relata.

A solução, apresentada, neste mês, na revista *Nature Communications*, tem como base métodos de imagem usados, há muito tempo, em exames do coração. Com ela, afirma a equipe, será possível detalhar as contrações uterinas, diferentemente dos recursos de hoje, que indicam apenas a presença ou a ausência desses movimentos musculares. Chamada electromyometrial imaging (EMMI) — imagem eletro-miometrial, em tradução livre —, a tecnologia projeta uma sequência de mapas ao longo do trabalho de parto.

Essas informações permitem visualizar onde as contrações começam e como se espalham. A partir disso, pode-se identificar a ocorrência de risco de um nascimento antes do indicado. "A contração de trabalho de parto precoce mostrará diferentes assinaturas de imagem, em comparação com contrações normais", afirma Wang. A equipe também projeta o uso da tecnologia para, a partir do monitoramento dos movimentos do útero, evitar a ocorrência de hemorragia depois do nascimento da criança.

Sensores

Em um primeiro momento, a solução foi avaliada em ovelhas. Na atual fase do projeto, os testes foram conduzidos com 10 mulheres em trabalho de parto de perfis distintos: na primeira, segunda ou terceira gravidez. As participantes foram submetidas a dois processos de escaneamento não invasivo. Inicialmente, uma ressonância magnética anatômica, que obteve imagens do útero. Em seguida, 192 sensores colocados no abdômen das gestantes para coletar informações sobre as contrações de todo o útero.

Os dados obtidos foram processados pelo EMMI, dando origem a mapas tridimensionais uterinos que podem ser analisados a partir das cores exibidas. As quentes mostram áreas do útero ativadas anteriormente em uma contração, enquanto as frias indicam aquelas que se contraem posteriormente. As cores cinzas, por sua vez, revelam regiões inativas.

Segundo os autores, além das diferenças de contrações entre trabalho de parto prematuro e normal, os resultados mostraram que as mulheres que faziam o primeiro parto tinham contrações mais longas, em comparação às que haviam dado à luz anteriormente. O grupo cogita que essa diferença pode ocorrer devido a uma espécie de memória uterina.

Em nota, a geneticista Diana W. Bianchi avalia que a nova tecnologia é um importante instrumento para a comunidade obstétrica. "O EMMI tem o potencial de responder a perguntas críticas sobre contrações uterinas e nos ajudará a entender melhor o que ocorre durante a gravidez e o trabalho de parto", diz a também diretora do National Institute of Child Health and Human Development, que apoiou o projeto.

Na opinião da especialista, há a possibilidade de a tecnologia ser aprimorada. "Com pesquisas adicionais, a ferramenta pode, potencialmente, prever quem está em risco de dar à luz prematuramente ou que padrão de trabalho resultará na necessidade de uma cesariana", indica. "Ela também ajudará os profissionais de saúde a avaliar se um tratamento ou uma intervenção está funcionando."

Os criadores da solução tecnológica cogitam usá-la também no desenvolvimento de um possível tratamento não farmacêutico durante gravidez de risco, como intervenções elétricas leves para normalizar os padrões de contração, e na investigação de condições relacionadas ao útero fora da gestação — em casos de menstruação dolorosa e endometriose, por exemplo.

No momento, o grupo trabalha para baratear a tecnologia de imagem não invasiva. Segundo Wang, a equipe de pesquisadores se dedica ao desenvolvimento de aparelhos eletrônicos com esse formato. "Estamos tentando tornar a abordagem muito mais barata usando eletrodos impressos e descartáveis e um transmissor sem fio", conta. Mais acessível, enfatiza o pesquisador, a tecnologia poderá ser levada a áreas com poucos recursos, como as distantes dos grandes centros urbanos.

***Estagiária sob a supervisão de Carmen Souza**

Sinais promissores

Detalhados, em março de 2019, na revista *Science Translational Medicine*, os experimentos com as ovelhas mostraram que o EMMI pode gerar imagens tridimensionais da ativação elétrica uterina durante as contrações "de forma não invasiva, segura, precisa, robusta e viável". Os resultados, segundo a equipe, sugeriram que efeitos semelhantes poderiam ser obtidos em ambiente clínico.

WANG LAO/Divulgação

Yong Wang e equipe buscam, agora, baratear a solução tecnológica: eletrodos descartáveis

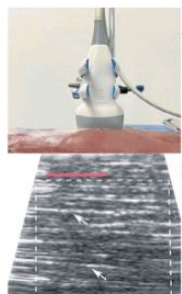
Palavra de especialista

Suporte para decisões médicas

"Quando uma mulher ainda com bebê prematuro, entre 28 e 30 semanas, chega ao pronto socorro com queixa de contrações dolorosas, a gente não sabe se são só um útero irritável, que contrai de forma desorganizada, gerando dor, mas não dilatação do colo, o que vai evoluir para um trabalho de parto prematuro. Ter acesso a uma tecnologia que forneça esse tipo de informação seria bacana porque, caso a gente visse que a paciente não tem contrações organizadas, ficaríamos mais tranquilos em mandá-la de volta para casa. Caso a gente visse que há um padrão organizado de contração que gera dilatação cervical e do colo, poderíamos internar essa mulher e fazer medicação para amadurecer o pulmão e o sistema nervoso central do bebê para que ela nasça em melhores condições. E caso a paciente esteja em um hospital que não tenha UTI neonatal e a gente identifique contração efetiva, poderíamos fazer a transferência para um local mais preparado para receber esse bebê."

Jéssica Othon, ginecologista do Hospital Santa Lúcia

Novo método de ultrassom

Washington University School of Medicine/Divulgação

Utilizando ondas sonoras, pesquisadores da Universidade de Sheffield, no Reino Unido, desenvolveram um método para diagnosticar mais facilmente anomalias no tecido humano, que podem ser indicativos, por exemplo, de câncer. Os ultrassons medem o nível de tensão local, um indicador-chave de distúrbios e doenças nos órgãos.

Descrita na revista *Science Advances*, a descoberta poderá ser usada para construir novas máquinas de ultrassom, mais precisas, disse o principal autor, Artur Gower. Ele explica que esses aparelhos usam ondas sonoras para criar imagens de órgãos internos. No entanto, as produzidas pelas técnicas atuais geralmente não são suficientes para diagnosticar se os tecidos são anormais.

"Quando você vai ao hospital, um médico pode usar um aparelho de ultrassom para criar uma imagem de um órgão, como o fígado, ou de outra parte do corpo, como o intestino, para ajudá-lo a explorar qual pode ser a causa de um problema. Uma das limitações dos ultrassons usados atualmente na área da saúde é que, por si só, a imagem não é suficiente para diagnosticar se algum de seus tecidos é anormal", detalha, em um comunicado à imprensa.

Para melhorar o diagnóstico, os pesquisadores desenvolveram uma forma de medir forças, como o nível de tensão, usando um aparelho. "A tensão é gerada em todos os tecidos vivos, portanto, medi-la pode indicar se o tecido está funcionando adequadamente ou se está afetado por uma doença", explicou Gower.

A técnica desenvolvida é a primeira capaz de medir a tensão de qualquer tipo de tecido mole. No artigo, a demonstração foi em um músculo. "O que fizemos em nossa pesquisa foi desenvolver uma nova forma de usar o ultrassom para medir o nível de tensão no tecido. Esse nível de detalhe pode nos dizer se eles são anormais ou se estão afetados por cicatrizes ou enfermidades. Esta técnica é a primeira em que o ultrassom pode ser usado para medir forças dentro do tecido, e agora pode ser usada para construir novas máquinas, capazes de diagnosticar anomalias e doenças mais cedo", enfatiza Gower.

> "Esse nível de detalhe pode nos dizer se eles (tecidos do corpo) são anormais ou se estão afetados por cicatrizes ou enfermidades"
>
> ***Artur Gower**, pesquisador da Universidade de Sheffield*

CEILÂNDIA 52 ANOS

Fotos: Minervino Júnior/CB/D.A.Press

Segundo Clemilton Saraiva, a cidade gera R$ 6 bilhões em impostos

A Feira Central é o principal centro comercial da população

Edmar e Iolanda elogiam o comércio da região administrativa

Cidade independente

No dia em que comemora 52 anos, a região mostra a força que tem em diversos setores, entre eles, o econômico. Moradores e comerciantes apontam que a autonomia da cidade é o que mais chama a atenção

» ARTHUR DE SOUZA
» JOSÉ AUGUSTO LIMÃO*

Região mais populosa do Distrito Federal, Ceilândia está completando 52 anos, hoje. Ela representa 11,6% de todos os moradores da capital do país e se engana quem pensa que a força da cidade está somente em seus 350.347 habitantes — dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD) mais recente. Vice-presidente financeiro da Associação Comercial de Ceilândia (ACIC), Clemilton Saraiva, não tem dúvidas de que Ceilândia é uma cidade independente economicamente.

"O comércio local é muito pujante. Hoje, você não precisa sair de Ceilândia para comprar absolutamente nada", crava Clemilton. "Temos o maior número de atacarejos concentrados em uma região, além de praticamente uma cidade do automóvel no Setor O", detalha o representante da ACIC. Para ele, a economia local vem passando pelos mesmos problemas, de uma forma geral, que os do país. "Com essa retração econômica, a gente sente que tudo tem sido afetado. É claro que essa dinâmica do comércio é aquela história: a pessoa que trabalha e que empreende se reinventa todo dia e, em Ceilândia, isso não tem sido diferente", aponta Clemilton.

O vice-presidente da ACIC coloca alguns gargalos da cidade que acabam atrapalhando a economia local. "São questões de saúde, segurança e educação. Os gargalos para o desenvolvimento econômico da cidade estão, principalmente, nessas áreas", ressalta. "Além disso, temos um problema das águas durante os períodos de chuva. Ainda tem uma baixa captação de águas pluviais e isso influência, não só no comércio, mas na questão urbana como um todo", nota. Mesmo assim, ele acredita que Ceilândia ainda está em um patamar elevado. "Num panorama geral, Ceilândia é uma cidade que gera e entrega para o bolo do Distrito Federal na ordem de R$ 6 bilhões em impostos", enaltece.

O jovem Hugo Vinicius destaca a gama de oportunidades de empregos que existem no comércio local

Autonomia

Apaixonado pela cidade, Hugo Vinicius, 16, é comerciante em Ceilândia e explica que a população pode encontrar de tudo na região. Para ele, isso mostra a força do comércio. "Se você chegar aqui no centro da Ceilândia pode ficar tranquilo que vai achar o que precisa, por isso que essa cidade é muito boa para se morar e trabalhar", narra. O jovem destacou a gama de oportunidades de empregos que existem no local. "Todo dia aqui vemos uma pessoa diferente, tem clientes que a gente já conhece que frequenta a loja todo dia. O movimento aqui é muito bom", afirma.

Edimar Araújo, 58, e Iolanda Magalhães, 60, são moradores da Ceilândia há quarenta anos, e dizem que só de não precisarem se locomover para outra cidade para realizar suas compras é um diferencial. "De um tempo para cá, surgiram diversas variedades de comércio e isso facilita, e sem contar com o preço que é muito bom", expõe a cabeleireira. Para o casal, os habitantes provocaram esse desenvolvimento comercial. "Entendemos que Ceilândia é um bom lugar para viver, os preços baixos daqui viabilizam a nossa necessidade, pois aqui conseguimos consumir sem gastar tanto", calcula.

Sempre com o lápis e papel na mão, Iramar de Fátima, 60, elogia o baixo preço dos produtos em Ceilândia, mas segue fazendo sua pesquisa para economizar ao máximo. "Cheguei aqui quando tinha nove anos. Estava no comecinho da cidade. Cresci, casei, tive meus filhos, agora netos, tudo aqui em Ceilândia", frisa. A dona de casa diz que sempre encontra tudo que precisa no momento de fazer suas compras mensais. "Sempre vou nos atacadões que tem aqui, tudo bem perto de casa", salienta.

De olho no bom movimento do centro de Ceilândia, a loja de roupas em que Pedro José, 33, trabalha decidiu ir para a cidade. "Aqui o setor de confecção é muito bom, trabalhamos com um preço único então as pessoas vêm em peso", declara. Mesmo estando em um ambiente bom para as vendas, o morador do Novo Gama critica o alto número de roubos e usuários de drogas no espaço. "Estamos aqui na Ceilândia há cinco meses, temos outras lojas em diferentes cidades, e migramos para cá pois a cidade é umas das maiores do DF, então teve esse atrativo", destaca. Para o comerciante o local tem diversas oportunidades para o comércio, contudo existem alguns pontos sobre segurança pública que devem ser melhorados.

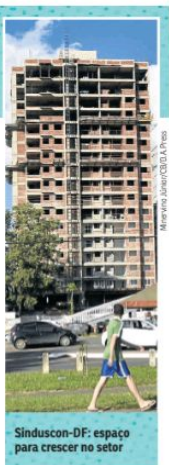
***Estagiário sob a supervisão de Suzano Almeida**

Mercado imobiliário aquecido

"O mercado de Ceilândia é promissor e tem espaço para crescer", é o que afirma o vice-presidente da Indústria Imobiliária do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon-DF). De acordo com uma pesquisa realizada pelo sindicato, em parceria com a Associação de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi-DF), o setor de imóveis na região voltou a apresentar um Índice de Velocidade de Vendas (IVV) positivo, após zerar em dezembro de 2022.

Segundo o levantamento, em janeiro deste ano, o IVV em Ceilândia ficou em 1,6%. O indicador é uma sondagem mensal junto às construtoras e incorporadoras, e funciona como um termômetro do mercado imobiliário, medindo o ritmo de venda das empresas: quanto mais alto o índice, menor foi o tempo necessário para vender as unidades dos empreendimentos no mês.

Accioly comenta que a área central de Ceilândia — onde passa a linha do metrô — é muito bem localizada e tem boa infraestrutura, especialmente de mobilidade. "Isso é um ponto muito positivo. "Reforçar o investimento em segurança pública e planejar ações voltadas para a área de incorporação na cidade, vai ajudar a trazer mais desenvolvimento e investimento da região", acredita o vice-presidente da Indústria Imobiliária do Sinduscon-DF.

Em relação à quantidade de unidades ofertadas, a pesquisa indica uma leve queda, na casa dos 3,1% — foram 131 em dezembro de 2022, contra 127 em janeiro deste ano. Mas, de acordo com o vice-presidente do Sinduscon-DF, Adalberto Valadão Júnior, há uma explicação para isso. "Historicamente, janeiro é um mês de menor procura por imóveis. A tendência natural é vermos, se mantidas as condições macroeconômicas atuais, uma aceleração dos negócios", avalia. "O mercado imobiliário é muito dependente de crédito barato e acessível. Uma eventual política econômica heterodoxa pode trazer incertezas ao mercado. Esse é o ponto de atenção, num ambiente onde ainda prevalece o otimismo", finaliza o vice-presidente do Sinduscon-DF.

Minervino Júnior/CB/D.A Press

Sinduscon-DF: espaço para crescer no setor

CEILÂNDIA 52 ANOS

Conheça grupos regionais da Sétima Arte que, hoje, no aniversário da cidade, celebram também o Dia Mundial do Teatro

A cidade no palco

» PEDRO MARRA
» ARTHUR DE SOUZA
» AMANDA SALLES

Celeiro da arte, Ceilândia comemora seu 52º aniversário no Dia Mundial do Teatro. A junção da cidade e da Sétima Arte cria roteiros inspirados na rotina da região, arrastam grande público para peças e, o principal, criam identidade dos alunos com a própria cidade.

Morador do P Norte Gabriel Smithy, 25 anos, é graduado em cinema. Aluno do Centro de Juventude (CJ) de Ceilândia, desde agosto de 2019, quando assistiu a peça *O Grande Miserável*. "Eu estava passando por um momento difícil e o CJ foi um dos lugares onde eu pude exercer essa minha criatividade. Trouxe ideias de roteiro, personagens e aprendi mais sobre métodos de atuação", emociona-se.

Nascido na região, Gabriel lembra que começou a fazer curtametragens aos 13 anos, na escola. "Naquela época eu sentia falta de ter um espaço assim, e hoje em dia, pessoas que querem colocar a criatividade para fora têm um local maravilhoso como esse."

O Centro de Juventude conta com o módulo 1, módulo 2 e grupo avançado de pesquisa CeinCena, totalizando 108 alunos. O último grupo se destacou no Festival Estudantil de Teatro (Festa), em 2019, com o espetáculo *A Última Estação*, e ganhou a premiação em duas categorias. Antes dessas conquistas, Ana Gabriela Aguiar, 22, conhecida como Gabi Aguiar, entrou para o projeto. "Eu precisava de alguma coisa que me ajudasse a falar na frente das outras pessoas e me apaixonei. Depois de alguns dias, eu não me via mais fora do teatro. E o teatro ajuda muito com a criatividade no mercado de trabalho e isso foi o que abriu o meu mundo", comenta Gabi Aguiar, que atualmente faz direito e usa as técnicas do palco para desenvolver melhor sua habilidade na advocacia.

Quem guia os alunos do projeto é o instrutor de teatro Dill Diaz, com participação no Cena Contemporânea, principal festival de teatro do DF. Ele dirigiu os espetáculos *O Grande Miserável* e *Equalliz — Um Eco de Integridade*, que trata de restabelecer o equilíbrio. "Eles se percebem não só como alunos de uma linguagem artística, mas como jovens que estão buscando um espaço", analisa.

Minervino Júnior/CB/D.A Press

Grupo Jovem de Expressão se inspira em histórias locais

Jovem de Expressão

Juntos desde 2015, o grupo teatral Jovem de Expressão, na Praça do Cidadão, em Ceilândia Norte, começou com 40 participantes em uma sala pequena, onde tinha aulas de dança e fotografia, mas, ainda, não havia teatro. À época recém formada, a atriz Mila Ellen, 30, ponderou. "A gente percebeu a importância de trazer o teatro para cá. A justificativa de todo mundo era não encontrar em lugar nenhum da região", recorda. "Depois que a gente começou a dar aula, muitos alunos entraram na universidade para fazer o curso de teatro. E, hoje, temos mais de 20 alunos formados em teatro", relata o dramaturgo Elmo Férrer, 41.

Com a peça *Pertencer*, o coletivo ficou em 3º lugar no Prêmio Web de Teatro como melhor espetáculo. Colher os resultados passa por expor a realidade que os artistas veem nas ruas, como Jakeline Ribeiro, 25, fez ao citar a violência contra a mulher no palco. "Levei coisas que vi na infância, com uma forma de viver o meu passado e as pessoas perceberem o quão importante é falar sobre feminicídio e juntar a arte com coisas relevantes para a sociedade."

Casa do Cantador

Inaugurada há 36 anos, a Casa do Cantador é reduto da cultura nordestina. Cleverton Silva, técnico administrativo que atua como gerente da casa, conta que "por volta de 1956, a grande maioria do pessoal que veio trabalhar era do Nordeste. Se apostava que quem participou da construção voltaria para sua cidade de origem, mas não foi o que aconteceu. Quem ficou por aqui trouxe na bagagem, além da mão-de-obra, toda a cultura nordestina", lembra.

Nos anos 1980, uma grande quantidade de repentistas reivindicaram a construção de um espaço. "Inicialmente, a Casa do Cantador era utilizada somente pelos repentistas, com o passar do tempo, outras pessoas — vindas de outros lugares do país — trouxeram uma pluralidade de gêneros. Nosso espaço passou a ser a maior referência cultural de Ceilândia. Tudo se mistura aqui na Casa do Cantador."

Ao ser questionado se Ceilândia pode ser considerada independente no quesito cultural, o técnico administrativo não titubeou. "Com certeza. Temos uma infinidade de artistas ceilandenses: no samba, temos o Marcelo Café; na parte mais regional, temos o Riva Santana; existem inúmeros de rock; trios de forró; e duplas sertanejas", listou o gerente interino.

A Ceilândia do futuro passa por suas obras

A Ceilândia do futuro passa muito pelas suas obras de infraestrutura e, nesse quesito, a cidade está tendo uma verdadeira repaginada.

Na Hélio Prates, umas das principais vias que cortam a cidade, está sendo executada a primeira etapa das obras de revitalização, num trecho de 1,7km, entre o entroncamento da avenida com a via N3, próximo ao Sol Nascente, até o cruzamento com a via M1, próximo ao Hospital Regional de Ceilândia.

Segundo a Secretaria de Obras (SODF), no momento, está em andamento a última fase da etapa inicial da obra, que consiste na conclusão dos serviços na QNM 2 e na execução da junção de trechos do pavimento rígido em cruzamentos da via. A conclusão está orçada em R$ 20 milhões e prevista para abril. Para o vice-presidente financeiro da Associação Comercial de Ceilândia (ACIC), Clemilton Saraiva, a obra tem causado alguns problemas, por conta de falhas de comunicação do governo com o comércio local, mas depois de concluída, deve trazer uma melhoria no ordenamento urbano e na acessibilidade.

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), as nove unidades socioassistenciais da região estão em reforma, recebendo serviços de pintura e manutenção estrutural.

Outro ponto fica na Praça dos Eucaliptos, na QNM 14, por meio do programa Renova-DF. Na área da educação, a Escola Classe JK e o Cepi Papagaio foram inaugurados pela Secretaria de Educação (SEEDF). Além de reformas de escolas.

Ed Alves/CB/DA.Press

Obras de melhorias na Avenida Hélio Prates, no Centro da cidade

Fala ceilandense

O que tem de melhor e pior em Ceilândia?

Raimundo Rodrigues,
50 anos

"A melhor parte é estar junto da minha comunidade. São as pessoas que eu conheci aqui a melhor coisa é isso. Para mim Ceilândia não tem uma pior parte. Aqui é tudo de bom."

Marcelo Ferreira/CB/DA Press

Elsa Cordeiro,
75 anos

"A melhor parte de Ceilândia, para mim, são os amigos que eu fiz aqui. Além disso o fato de sermos uma cidade independente, não preciso sair daqui para resolver nada. Para mim a pior parte são as drogas e os bandidos, não estamos podendo sair a noite."

Gustavo Fernandes,
22 anos

"A melhor parte de Ceilândia é a cultura e as pessoas que estão aqui. O tempo que fiquei fora da cidade foi o que mais senti falta. Para mim, a pior parte já passou. Não tem tanta criminalidade igual tinha. Hoje a polícia cuida mais dos moradores, o único problema para mim era isso."

Marcio Diego,
35 anos

"A melhor parte de Ceilândia é a Feira Permanente de Ceilândia, porque lá tem toda a minha cultura nordestina. É um local de encontro com a minha cultura, sabe? Para mim a pior parte é a falta de segurança."

Crônica da Cidade

MARIANA NIEDERAUER | mariananiederauer.df@dabr.com.br

Fim de uma era

Fiquei surpresa ao descobrir, na redação do jornal, há alguns anos, que Skank não era uma unanimidade mundial e, muito menos, entre os brasileiros. Para eles, certamente o título desta crônica causará controvérsia. Para mim, a banda mineira sempre foi hors concours. É com certa tristeza que recebi a notícia do fim do grupo, apesar de entender os motivos que os levaram a tomar a decisão.

Infelizmente, também não consegui assistir à turnê final, e já estou com vontade de pedir bis. Sei que em ao menos duas oportunidades os mineirinhos estiveram por aqui prontos para presentear a plateia com tanta energia boa e suas baladas inabaláveis, mas perdi a chance.

Quem nunca ouviu a banda tocar numa novela, qualquer que fosse o horário? Quem nunca teve como tema de um relacionamento uma música deles? Quem nunca vibrou com *Uma partida de futebol*, emocionou-se com *Três lados* e *Dois rios*? Eles escolheram as melhores parcerias e levaram a carreira com leveza.

A paixão pelo futebol ofuscava a fama de serenidade trazida pela mineirice, mas para torcer pelo Cruzeiro creio que até os conterrâneos abrissem uma exceção. É estranho ver o fervor com que Samuel Rosa vibra pelo time. Um contraste total com a imagem de tranquilidade que passa em entrevistas e nos palcos.

Lá em casa, temos uma brincadeira recorrente que funciona também como um selo de qualidade para bandas e artistas. Quem tem mais de cinco sucessos nas paradas musicais (não precisa ser Billboard, as listas de hits brasileiros servem) merece aplausos e estrelinhas. Stevie Wonder, U2, Rolling Stones, Beatles, Aretha, Nina, Paralamas, Gil, Caetano e Chico, Bethânia, Elis, Gal, Ivete… A lista é extensa. Que bom!

E o Skank certamente tem lugar no roll de bandas com mais de cinco sucessos. São dezenas de músicas que marcaram gerações e com parcerias escolhidas com maestria e afeto, para selar o destino de Samuel Rosa, Henrique Portugal, Lelo Zaneti e Haroldo Ferretti.

O que foi o estouro de *Garota Nacional* e aquele refrão sem letra que todos sabemos cantar? O grudinho que vira em nossos ouvidos *Ainda gosto dela*, que até hoje se destaca nas rádios? A melancolia de *Resposta*, de parceria de sucesso repetida tantas vezes com Nando Reis? A boa vibe de *Vamos fugir*? E o show de paradoxos de *Te ver*?

É improvável e impossível que algo igual se repita. E para os haters — até para eles — a banda produziu uma trilha sonora impecável: "Sei que amores imperfeitos / São as flores da estação". Simplesmente, sutilmente, subitamente, sugiro que deem o play e deixem o som rolar!

HOMICÍDIO / Segundo a polícia, Aurélio Barbosa, 20 anos, acreditava que a vítima, Wilson Fernandes Carneiro, 61, tinha um caso com sua companheira

Empresário é morto a pauladas em Sobradinho

» AMANDA SALES
» DARCIANNE DIOGO

O empresário Wilson Fernandes Carneiro, 61 anos, morreu ontem, vítima dos ferimentos sofridos na quarta-feira, quando foi atacado a pauladas, em Sobradinho. O suspeito pelo crime Aurelio Barbosa dos Santos, 20 anos, foi preso pela Polícia Militar (PMDF) na sexta-feira (24/3).

Carneiro, dono da padaria Três Poderes, na quadra 15, de Sobradinho, era muito conhecido na região.

A investigação da Polícia Civil (PCDF) aponta que Felipe acreditava que o empresário mantinha um relacionamento amoroso com sua companheira. Segundo o delegado da 13ª DP, Hudson Maldonado, o suspeito fez uma emboscada para a vítima fingindo ser a própria companheira. "Ele se passou por ela e mandou mensagens para o empresário, convidando-o para um encontro no bairro Nova Colina. Ao chegar ao local, Wilson a aguardou por alguns minutos e, em seguida, o suspeito se aproximou e o atingiu com diversos pauladas na cabeça", detalhou.

Wilson chegou a ser atendido pelo Corpo de Bombeiros Militar (CBMDF) e apresentava ferimento na cabeça, traumatismo cranioencefálico, hemorragia pelo nariz e ouvido.

Conforme a polícia, antes de agredir a vítima, ele teria chegado ao local do crime na companhia de dois homens que teriam ficado como expectadores dentro de um carro. A corporação segue as investigações sobre a participação de terceiros e quem tiver informações pode denunciar por meio do telefone 197, de forma anônima e sigilosa.

O agressor teria vindo com a companheira do Maranhão para o Distrito Federal há pouco tempo e lá tinha passagem por roubo em residência. Felipe foi indiciado por homicídio qualificado praticado por emboscada, motivo torpe e crueldade. Se condenado, pode pegar de 12 a 30 anos de reclusão. Até o momento, ele segue em prisão temporária.

Foto: Redes Sociais

Empresário estava internado desde quarta-feira, dia do crime, mas não resistiu aos ferimentos

Homenagens

A conta do Instagram da padaria Três Poderes divulgou uma nota de pesar pela morte de Wilson. "É com extremo pesar que informamos o falecimento de nosso querido Wilson Fernandes. A dor do luto não tem uma data para acabar, mas é possível confortar o coração com as boas lembranças que ficam." Além disso, decretaram luto de três dias.

Ao **Correio**, a pedagoga Sara de Jesus, 34, amiga de Wilson, descreveu o empresário como tranquilo, educado, gentil e brincalhão. "Eu o conheço desde de pequena, além de cliente da padaria, nós tínhamos uma certa amizade. Sempre tratou a mim e a minha mãe com muito respeito", disse.

Ela conta que Wilson chegou a oferecer-lhe um emprego quando passou por um momento difícil. Apesar de não morar mais na região, Sara relata que Wilson ligava para ela com frequência, avisando quando tinha o pão que ela mais gosta. "Sempre gentil e atencioso", resumiu.

Conhecidos do empresário também lamentaram a tragédia nas redes sociais. "Não consigo acreditar, ele me viu crescer. Parece até que foi alguém da minha família. Meus sentimentos", escreveu uma amiga.

A padaria, inaugurada em 2001, ficará fechada por três dias, em sinal de luto.

CBMDF

» **ACIDENTE**

CICLISTA ENCONTRADO MORTO NA BR 060

Um homem de 44 anos morreu, na manhã de ontem, em um acidente na BR-060, próximo ao Engenho das Lajes. A vítima, identificada pelos bombeiros como M.L.O., trafegava de bicicleta pela rodovia quando colidiu com um carro e não resistiu aos ferimentos. O ciclista foi encontrado pelos bombeiros às margens da rodovia, já sem vida. Segundo o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), o motorista do veículo fugiu do local sem prestar socorro.

A corporação atendeu à ocorrência às 9h11 e divulgou imagens que mostram a vítima morta, caída no acostamento. O local ficou aos cuidados da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Concessionária VIA 040.

AGRESSÃO

Advogado ameaça membro da OAB

» PABLO GIOVANNI

O conselheiro e presidente do Tribunal de Ética e Disciplina (TED) da Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF) Antonio Alberto do Vale Cerqueira, registrou boletim de ocorrência contra o advogado Cledmylson Lhayr Feydit Ferreira, 60, após ser ameaçado de morte.

De acordo com o boletim de ocorrência, as ameaças começaram após Antonio, que é responsável pelo tribunal de ética da OAB-DF, suspender a carteira profissional de Cledmylson por 90 dias. Enfurecido, ele teria enviado mensagens ameaçando o conselheiro.

O afastamento de Cledmylson foi motivado pelo caso de agressão que ele cometeu contra a também advogada Giselle Piza, 41, no Sudoeste, na última segunda-feira. O **Correio** enviou mensagem a Cledmylson, mas não obteve sucesso. O conselheiro preferiu não se manifestar.

Repúdio

Em nota, a Ordem esclareceu que a suspensão do advogado agressor foi uma decisão da Casa e tem amparo legal. "Não é a intimidação do profissional do suspenso que fará esta Seccional recuar na apuração dos fatos em relação à agressão à advogada Giselle Piza e outros que constam do histórico do profissional."

"A ameaça ao presidente do TED é mais um fato inadmissível que será apurado no curso do mesmo processo já aberto nesta Seccional contra o advogado agressor, além de outras providências", completou a instituição.

O caso

Conforme o delegado-adjunto da 3ª Delegacia de Polícia (Cruzeiro), Douglas Fernandes, a briga começou depois de Giselle reclamar da falta de focinheira no cachorro de grande porte do agressor. A mulher acionou a Polícia Militar e, no momento em que o advogado estava prestes a fugir, ela filmou a placa do carro dele. As imagens mostram o homem saindo do veículo, indo em direção à advogada e a agredindo. Ele a joga no chão e pega o celular dela. Na delegacia, o homem alegou que a vítima o chamou de "velho manquenga" e de "viado", o que se trataria de injúria qualificada.

Cledmylson foi conduzido à 5ª Delegacia de Polícia (área central), onde foi autuado por lesão corporal leve e porte de arma branca — ele tinha um canivete no bolso.

Reprodução/Redes sociais

Cledmylson Lhayr é acusado de agredir uma mulher no Sudoeste

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cbnet.com.br

> Fui dormir umas vezes tão feliz, que, se soubesse minha força, levitava. Em outras, tanta foi a tristeza que fiz versos
>
> **Adélia Prado**

Expansão de voos em Brasília

Divulgação

A Azul anuncia hoje uma novidade para Brasília: a oferta de 14 voos regulares entre a capital e São Paulo, via aeroporto de Congonhas, uma rota inédita na malha da companhia. A iniciativa faz parte da expansão da Azul no terminal de Congonhas, que, além de Brasília, passa a atender também Curitiba e Porto Alegre com voos diretos, além de ampliar a capacidade para Recife, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Com isso, a companhia mais que dobra a sua operação de pousos e decolagens a partir de Congonhas. Para detalhar toda a operação, valores de investimentos e seus impactos positivo, o CEO da companhia, John Rodgerson, chega hoje em Brasília.

Acordo de cooperação

O Sistema Fecomércio-DF e a Federação das Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Federação Assespro) assinaram termo de cooperação. As duas entidades unirão forças para atuar em projetos na área de Tecnologia da Informação (TI). Estão previstas ações de pesquisa para detectar as demandas por mão de obra do setor. Haverá também projetos para cursos técnicos de capacitação e de profissionalização, por meio do Sesc e do Senac, com apoio da Assespro.

Fecomércio

Destaque para a Faculdade de Inovação e Tecnologia

"O Sistema Fecomércio-DF trabalha de forma coletiva em prol do desenvolvimento do Distrito Federal. Esse acordo trará bons frutos para nosso mercado de TI", disse o presidente José Aparecido Freire. Ele lembrou que a Faculdade de Inovação e Tecnologia do Senac-DF foi destaque entre as demais unidades brasileiras e também na Universidade Corporativa do Sistema CNC (UniCNC), e que, por isso, tem muito a contribuir com a união das federações.

Salas Google

O presidente da Assespro, Christian Tadeu dos Santos, aponta a falta de mão de obra no campo da tecnologia no DF. Ele explicou que a transformação desse cenário será uma de suas prioridades. "É importante destacar que o acordo feito irá investir na formação de mão de obra dos alunos que ainda estão no ensino médio. Para isso, iremos construir duas salas Google modernas, com equipamentos de primeira linha", destacou.

Arquivo pessoal

60 anos de Sindhobar

Na quarta-feira, dia 29 de março, Workshop e Happy Hour serão realizados para marcar os 60 anos do Sindhobar. Empresários do setor vão se reunir na unidade do Senac na 903 Sul, a partir das 17h. Os temas em destaque vão abordar ações e projetos que contribuem diretamente para o desenvolvimento e o fortalecimento do segmento, além de divulgar os projetos de capacitação profissional ofertadas pelo Senac/DF. Haverá ainda uma visita guiada às instalações da unidade de Gastronomia. O anfitrião do evento será o presidente do Sindhobar, Jael Silva.

Adasa

Guardiões da Água

Em cerimônia alusiva ao Dia Mundial da Água, o museu Sesi Lab foi agraciado com o Selo Adasa — Guardiões da Água. A revitalização do prédio, projetado por Oscar Niemeyer, para sediar o museu foi realizada pelo escritório do arquiteto Gustavo Penna, a partir de parâmetros internacionais de edificações sustentáveis.

Compromisso ambiental

"A gente espera que o exemplo do Sesi Lab inspire outras empresas e instituições de firmar esse compromisso muito sério com o meio ambiente e, sobretudo, com o futuro das nossas gerações", destacou o diretor de Operações do Sesi Paulo Mól.

Mosaico do DF

Arquivo pessoal

O *Guia Fora do Plano* é um giro por 32 regiões administrativas, apresentando festas, feiras, cultura e cantinhos especias da vida que pulsa fora da região central de Brasília. Também traz dados estatísticos, demográficos e históricos. É resultado do trabalho de campo da jornalista Conceição Freitas, que assina também blog no **Correio**, uma apaixonada pela diversidade de histórias e cenários da capital federal. A publicação é ilustrada com fotos de Zuleika de Souza. Em 4 de abril, haverá lançamento no Paranoá, na sede da Associação Cultural Jornada Literária do DF — Quadra 9, Conjunto D, AE. O guia, que contou com apoio do FAC, pode ser adquirido pelo contato *conceicaofreitas50@gmail.com*.

Autorização para atividades empresariais nas rodovias

Como a coluna adiantou, saiu decreto assinado pelo governador Ibaneis Rocha com mais uma medida para atrair empresas para o DF. O objetivo do governo é "propiciar o desenvolvimento de atividades primárias, secundárias e terciárias em Macrozona Rural, contribuindo para a dinâmica dos espaços rurais multifuncionais". A partir de agora, atividades de fabricação de produtos de madeira, de metalurgia e produtos de metal, de armazenamento e transporte de carga e serviços postais poderão ser exercidas ao longo das rodovias BR-010, BR-030, BR-040, BR-060, BR-070, BR-080, e das DF-001 (do quilômetro 63 ao 58), DF-140, DF-180, DF-290 e DF-295.

Tamanho dos terrenos

As empresas com as atividades econômicas liberadas somente poderão se desenvolver em terrenos com, no mínimo, 20 mil m², sendo liberadas glebas compartilhadas com dimensões não inferiores a 5 mil m², lindeiros às rodovias federais e distritais especificadas, respeitada a faixa de domínio.

VIA SACRA / Último grande ensaio antes da encenação sobre a vida, a morte e a ressurreição de Jesus

Tradição de fé em Planaltina

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Edição de 2023 promete muitas novidades no Morro da Capelinha

» EDUARDO FERNANDES

O Grupo Via Sacra realizou, ontem, o último ensaio geral antes da encenação sobre a vida, a crucificação e a ressurreição de Jesus, no Morro da Capelinha, em Planaltina. A apresentação será na Sexta-Feira Santa, 7 de abril, com início previsto para às 14h30. Cerca de 1.400 pessoas estão envolvidas no projeto entre atores, coordenadores, cenografia e figurantes. A expectativa de público varia de 70 a 150 mil pessoas.

Nesta edição, a tradicional Via Sacra completa 50 anos. "Sempre tivemos um lema: realismo, emoção e fé. Mas, assim como nos outros anos, também fizemos a escolha de um texto da bíblia. Para este, decidimos que fosse o de Lucas, 1:49 — Porque realizou em mim maravilhas aquele que é poderoso e cujo nome é Santo", detalha o coordenador geral do evento, Preto Resende, 64, que participa da encenação há quase quatro décadas. Ele completa que haverá, ainda, ensaios menores antes do dia da apresentação.

Emoção

Neste ano, o papel principal será vivido novamente por Marcelo Augusto Ramos, 35, que tem a missão há quase década. "É uma experiência que mudou totalmente a minha vida. É algo muito grandioso de ver e de participar", relata. A rotina de ensaios vivida arduamente durante 40 dias ininterruptos tem sido difícil, mas recompensadora. Entre estudos e o transporte de Arniqueira — local em que mora — até Planaltina é complicado. Mas, mesmo com os obstáculos, se diz muito feliz por viver o papel de Jesus.

Ator amador, ele é católico. Crismado, batizado e casado na igreja, tem uma vida completamente devotada à religião. Na hora da atuação, principalmente no momento em que é flagelado, tudo é de verdade e "dói" bastante como o mesmo afirma. Antes, o chicote era usado em câmera lenta. Mas, desta vez, será mais real e impactante. "Esse ano vai ser especial, temos grandes atrações e muitas surpresas", reitera.

Milena Guimarães, 45, mergulhou na própria espiritualidade e estudou sobre a mãe de Jesus para interpretar o papel de Maria. "É uma coisa inexplicável. Me faltam até palavras para falar sobre tanto sentimento. Encenar sobre a vida da mulher que mudou toda a história da humanidade não tem preço", afirma, emocionada.

No sol escaldante de meio-dia, o público assistir ao último ensaio geral. A aposentada Maria Rodrigues, 58, mora no Arapoanga e admira a Via Sacra desde criança. "Quando eu era mais jovem subia esse morro aqui todinho. Mas chegou à idade e as coisas foram mudando um pouco. Até grávida de três meses eu subi aqui. Paguei promessa e tudo", relembra.

Ao lado dela, a técnica em nutrição, Edinalva Lúcia Ribeiro, 61, nascida em Planaltina, recorda-se da época em que subia o morro por meio de uma corda que ficava no local. "Acho tudo muito emocionante. No ensaio chorei horrores. É algo que toca muito", disse.

INCLUSÃO

Caminhadown no Parque

» PABLO GIOVANNI

Com o objetivo de dar visibilidade às pessoas com Síndrome de Down, foi realizada, ontem, a Caminhadown. Um evento com diversas atividades para mostra que a alteração genética não é uma doença e que aqueles que a possuem podem atuar normalmente em todas as áreas que quiserem, como a jornalista, ativista e digital influencer Fernanda Honorato, 43 anos, primeira repórter do país com Down e voluntária nas Paraolimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro.

O evento contou com a presença de autoridade, como o secretário de Esporte, Júlio Cesar (Republicanos), e a deputada federal Érika Kokay (PT), que defenderam a causa e se propuseram a ajudar nas pautas dos portadores da síndrome.

Pablo Giovanni/CB/DA Press

Após três anos sem ser realizado, evento no Parque da Cidade teve a presença de centenas de pessoas

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: *cidades.df@dabr.com.br*

Sepultamentos realizados em 26 de março de 2023

» Campo da Esperança

Amarilis Portugal Ferreira Venturini, 96 anos
Ana Maria Belchior Souza, 87 anos
Elza Tavares da Silva, 84 anos
Fernando Roque dos Santos, 72 anos
Joaquim Francisco Domingues, 79 anos
Maria de Fátima Rodrigues de Melo, 69 anos

» Taguatinga

Aglae Mendonça Rolemberg Figueiredo, 90 anos
Ana Paula Lemos Borges, 45 anos
Ascendino Moreira da Silva, 75 anos
Domingas Pereira de Souza, 86 anos
Francisca Carneiro Mesquita, 67 anos
Inês Maria Benvindo, 77 anos
Itamar Paulino de Oliveira, 59 anos
Lindinalva Brito Santos, 83 anos
Maria Batista de Souza, 77 anos
Maria das Graças Marinho Crema, 74 anos
Maria Roldão de Melo, 75 anos
Cristiane Boaventura Lelis, menos de 1 ano
Paulo Cezar da Silva, 56 anos
Teresinha Leite da Silva, 70 anos
Teresinha Pessoa Leite, 94 anos

» Gama

Eunice Ribeiro de Oliveira, 73 anos
Helena Gentil dos Santos Oliveira, 1 ano
Matheus Saboia da Silva, 21 anos

» Planaltina

Célio Silva de Jesus, 34 anos
Rosana dos Reis, 40 anos
Tânia Maria Pereira dos Santos Lazio, 59 anos

» Sobradinho

Élio Alves da Costa, 69 anos

» Jardim Metropolitano

Gustavo Silva Rodrigues, 21 anos
Mario Viana Da Silva, 88 anos
Sebastião De Sousa Silva, 46 anos
Messias Curcino de Almeida, 70 anos (cremação)
Ariadna de Oliveira Lima Coutinho, 75 anos (cremação)
Solange Lopes Valle, 74 anos (cremação)

Consumidor Direito + Grita

O CDC e a Lei Geral de Proteção de Dados atuam em conjunto para resguardar os cidadãos nas transações on-line, mas quebras de segurança são recorrentes. Especialistas orientam como se precaver

Violação de sigilo de informações ainda é frequente

» ANA LUIZA MORAES*

A demanda de uma legislação adequada que protegesse o consumidor no ambiente virtual se tornou urgente e, a partir disso, foi criada, à época, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (13.709/2018), conhecida como LGPD. Foram estabelecidas normas para a proteção dos dados pessoais de todos os brasileiros. Contudo, quando o assunto é o conhecimento sobre os dispositivos legais e seus mecanismos, a sociedade, em geral, mostra-se vulnerável.

Thaíze Ribeiro, do escritório Ribeiro e Araújo Advogados, explica que, nos últimos anos, houve uma alta significativa da frequência de casos de violação de dados pessoais virtuais. "Cada vez mais informações pessoais estão sendo acessadas e roubadas por hackers e outras pessoas mal-intencionadas", diz a advogada. Ela menciona o levantamento realizado pelo Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getulio Vargas, que estimou que cerca de 8,3 milhões de brasileiros sofrem com o roubo de dados pessoais a cada ano. A amostragem também revela que o Brasil é um dos países que mais sofrem ataques cibernéticos no mundo, com mais de 1,2 milhão de brechas de segurança identificadas anualmente.

Cintia Rosário, 25 anos, relata o dia em que seu cartão foi clonado, após ter comprado um tênis pela internet. "Quando vi, já tinham passado o valor de R$ 1.114. Tive que entrar em contato com o banco para fazer o estorno, mas foi todo um trabalho", conta a estudante. "De imediato, bloquearam meu cartão para resolver isso internamente. Fiquei em prejuízo por um bom tempo. Depois, foi constatado que realmente meu cartão tinha sido clonado em sites. Acabei colocando meus dados em sites que não eram seguros, e foram vazados", completa.

Fique atento

- » Invasão de privacidade: alguém obtém acesso não autorizado a dados confidenciais ou informações pessoais de outra pessoa sem o seu conhecimento ou consentimento.
- » Fraude on-line: uma pessoa usa informações confidenciais ou dados de terceiro para obter algum tipo de vantagem financeira ou outro objetivo.
- » Ataques cibernéticos: um hacker ou criminoso cibernético tenta obter acesso não autorizado a um sistema de computador ou rede.
- » Phishing: um hacker ou criminoso utiliza mensagens ou e-mails fraudulentos para obter informações confidenciais ou dados pessoais de outra pessoa.
- » Roubo de identidade: uma pessoa usa a identidade de terceiro para obter vantagens financeiras ou outros benefícios.

Vida privada

Quase todas as movimentações feitas no meio digital são rastreadas, desde uma curtida qualquer até uma compra on-line. Por isso, é necessário que o consumidor compreenda os seus direitos, entenda a sua posição dentro dessa relação de consumo e tenha ciência da importância da proteção de seus dados e de suas ferramentas, a fim de promover um maior equilíbrio nas desigualdades presentes nesse mercado. O resultado dessas violações pode envolver danos aos titulares das mais diversas naturezas, para além da pura exposição do consumidor sem consentimento prévio, como impactos financeiros, fraudes bancárias, venda dos dados, podendo, até mesmo, colocar o usuário diante do risco de um perigo real.

Foi o que aconteceu com Iza Carvalho, 22. Assinante de um plano de proteção antivírus, a estudante conta que recentemente foi alertada de que seu endereço de e-mail e suas senhas de aplicativos haviam sido vazadas na dark web. O motivo foi um suposto vírus configurado no momento da instalação de seu Windows. "Imediatamente, troquei todas as senhas e reuni todas as provas para fazer uma denúncia na Delegacia de Repressão aos Crimes Cibernéticos. Tomei essa atitude justamente porque sei que lá é um espaço que envolve crimes e violência de todos os tipos", relata a moradora do Lago Norte.

Diante de algum tipo de violação, as autoridades orientam que o consumidor reúna todas as provas possíveis, como e-mails, prints e mensagens, e registre uma reclamação no Procon. Também é preciso contatar diretamente a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que oferece as informações necessárias para isso em seus canais de atendimento disponíveis em *gov.br/anpd*. Assim, será instaurado um processo administrativo contra a organização fornecedora, que poderá ser punida com as sanções previstas na legislação.

Dicas da ANPD para proteção de dados pessoais

- » Criar backups dos dados armazenados, principalmente em nuvem.
- » Ativar a criptografia nos discos e mídias externas, como pendrives.
- » Criar senhas fortes, com caracteres especiais, letras maiúsculas, minúsculas e números, evitando colocar dados pessoais ou palavras comuns.
- » Habilitar a verificação de senhas em duas etapas, sempre que disponível, principalmente em sistemas de armazenamento em nuvem e aplicativos de mensagens.
- » Instalar somente aplicativos de fontes e lojas oficiais.
- » Atualizar sempre o sistema operacional e os aplicativos.
- » Apagar os dados armazenados antes de se desfazer dos equipamentos e das mídias.
- » Desconfiar de links recebidos por aplicativos de mensagens.
- » Limitar a divulgação ou fornecimento de dados pessoais na internet, inclusive para redes sociais, ou para empresas, aos casos estritamente necessários.

"O artigo 43 do CDC dispõe que, no caso de vazamento, o consumidor tem direito à indenização por danos materiais e morais, como o sentimento de insegurança e vulnerabilidade causado pelo vazamento de dados", destaca Thaíze.

Priscila Araújo, sócia do Torreão Braz Advogados, reforça a importância de o consumidor sempre buscar fornecer a quantidade de dados pessoais necessária para aquela atividade específica, a fim de evitar que as empresas acessem informações desnecessárias, que não se relacionam com o produto ou o serviço fornecido. A advogada orienta o consumidor sobre o que pode fazer para se proteger. "Sempre que for realizar uma compra ou contratar algum serviço, leia a política de privacidade oferecida e busque informações básicas capazes de indicar se a empresa adota boas práticas relacionadas à proteção de dados pessoais. É comum, por exemplo, encontrar tags em sites que destaquem a preocupação da empresa com essa questão", observa.

Jurisprudência

Para o Supremo Tribunal Federal (STF), caso os órgãos públicos utilizem dados de forma ilegal, "o Estado poderá acionar servidores e agentes políticos responsáveis por atos ilícitos, visando ao ressarcimento de eventuais danos". De acordo com o entendimento da Corte, violações intencionais poderão resultar na aplicação das punições previstas nos estatutos dos servidores públicos federais, municipais e estaduais.

No Distrito Federal, há o site *lgpd.df.gov.br*, plataforma criada com o objetivo de disseminar conhecimento sobre a LGPD e a legislação de proteção de dados no âmbito distrital.

***Estagiária sob a supervisão de Patrick Selvatti**

»HURB

REMARCAÇÃO INDEVIDA DE DATA DE VIAGEM

» CECÍLIA MOREIRA

Cecília Moreira, 38, entrou em contato com a coluna *Grita do Consumidor* para reclamar que foi lesada pela plataforma de viagens on-line Hurb. A funcionária pública explica que, em novembro de 2021, comprou um pacote para Punta Cana com um grupo de amigos. Por determinação da empresa, foram sugeridas três datas, todas para o primeiro semestre de 2023. Contudo, em fevereiro deste ano, a Hurb contatou os consumidores para informá-los que as datas estavam indisponíveis, de modo que a viagem deveria ser remarcada para o segundo semestre de 2023. "Não temos interesse. Fizemos a compra em 2021 e programamos toda a viagem para o primeiro semestre. No nosso trabalho, temos que marcar férias com 60 dias de antecedência. Ou seja, nossas férias já estão marcadas para abril e não temos mais como cancelar", conta a moradora de São Sebastião. "No regulamento, a única coisa que fala sobre indisponibilidade é que eles deveriam marcar para uma data próxima da escolhida, o que não está acontecendo. Já tentei falar com eles por todos os canais de contato, e a resposta deles é sempre a mesma", lamenta Cecília.

Resposta da empresa

"Os pacotes de data flexível oferecidos pela companhia são aqueles promocionais, em que não é possível garantir uma data específica para a viagem no momento da compra. Os voos e o hotel da viagem são definidos de acordo com a disponibilidade do tarifário promocional."

Comentário do consumidor

"Só que, no contrato, eles não falam isso, só falam que se não tiver disponibilidade, enviam uma data próxima às datas solicitadas. Vamos ter que entrar com uma liminar."

»CASA DO CELULAR

FALTA DE REEMBOLSO

» ALINE DE BRITO CARDOSO

Aline de Brito Cardoso, 25, procurou a *Grita do Consumidor* para relatar um problema na loja de aparelhos telefônicos Casa do Celular. Ela conta que comprou dois produtos: uma capinha, de R$ 60, e um popsocket, de R$ 25. "Quando cheguei em casa e fui colocar o popsocket no celular, notei que estava com defeito, sem cola. Me senti muito enganada", expõe a estudante. "Insisti, dizendo que queria o meu dinheiro de volta. Pegaram meus dados e disseram que entrariam em contato no dia seguinte para prosseguir com o reembolso. Três dias depois de ter ido à loja, ninguém entrou em contato comigo", explana a moradora de Samambaia.

Resposta da empresa

Até o fechamento da coluna, a empresa não apresentou resposta sobre o caso.

Comentário do consumidor

"A loja entrou em contato comigo pedindo para eu comparecer presencialmente e receber de volta o valor da compra."

RECLAMAÇÕES DIRIGIDAS A ESTA SEÇÃO DEVEM SER FEITAS DA SEGUINTE FORMA:

- » Breve relato dos fatos
- » Nome completo, CPF, telefone e endereço
- » E-mail: *consumidor.df@dabr.com.br*
- **» No caso de e-mail, favor não esquecer de colocar também o número do telefone**
- **» Razão social, endereço e telefone para contato da empresa ou prestador de serviços denunciados**
- **» Enviar para: SIG, Quadra 2, nº 340 CEP 70.610-901 Fax: (61) 3214-1146**

Telefones úteis

Anatel 1331 | **Anac** 0800 725 4445 | **ANP** 0800 970 0267 | **Anvisa** 0800 642 9782 | **ANS** 0800 701 9656 | **Decon** 3362-5935 | **Inmetro** 0800 285 1818 | **Procon** 151 | **Prodecon** 3343-9851 e 3343-9852

Gary Perkin/Cape Epic/SPORTZPICS

Brasília é campeã no mountain bike

Pela sétima vez, o ciclista Abraão Azevedo venceu a Absa Cape Epic, prova considerada a mais árdua do esporte. Ao lado do companheiro de ultramaratonas, o holandês Bart Brentjens, liderou na categoria grand masters

» WLADIMIR GRAMACHO
ESPECIAL PARA O CORREIO

Aos 53 anos, o ciclista Abraão Azevedo venceu ontem, pela sétima vez, a prova mais dura do mountain bike mundial, a Absa Cape Epic — competição qualificada como épica, com justiça. Ao lado de seu companheiro de ultramaratonas há mais de uma década, o holandês campeão olímpico de 1996 Bart Brentjens, Abraão liderou, na categoria grand masters, de ponta a ponta, os 648 quilômetros de prova, passando por montanhas, vales, rios, pontes e pedras na região vinícola próxima à Cidade do Cabo, na África do Sul.

Ao longo de oito dias, ambos fizeram força para subir 15,5 mil metros e tiveram que ter cuidado e técnica para descer trechos inclinados e perigosos. Acidentes, exaustão física e problemas mecânicos tiraram da prova 480 dos 1.500 atletas inscritos. Até mesmo o número 1 do ranking mundial do mountain bike olímpico (XCO), o espanhol David Valero Serrano, de 34 anos, desistiu no sábado logo cedo, após rodar os primeiros cinco quilômetros de prova e notar que seu corpo não tinha mais condições de seguir.

A decisão parece ter sido acertada, porque a etapa de sábado foi a mais dura de todas, segundo contou Abraão ao **Correio**. "Largamos com chuva, e no alto da montanha estava muito frio. Comecei a perder o controle da bicicleta por causa da baixa temperatura e a perder a sensibilidade nos dedos. Tinha também muita lama grudando no pneu e era muito difícil pedalar. Na hora de descer, fazia muito frio e começou a faltar freio numa descida muito cavada. Eu só queria terminar, só queria chegar ao final", disse, aliviado, o ciclista, já de volta à sua tenda no acampamento móvel onde se recuperavam os atletas entre uma etapa e outra.

Bart Brentjens contou que tinha tido febre na noite anterior e havia se alimentado mal. "Os primeiros 50 quilômetros foram ok, mas eu comecei a me sentir mal, e o Abraão me ajudou a chegar até a linha de chegada. Não foi nada fácil", revelou o holandês, em vídeo no Instagram.

Em sua nona participação na Absa Cape Epic, Abraão disse que não havia enfrentado condições climáticas tão adversas em edições anteriores. "Nunca tinha tido uma etapa tão cruel", avaliou o atleta, nascido em Formosa (GO), mas radicado em Brasília desde a adolescência. Na categoria grand masters — para atletas com mais de 50 anos — apenas 89 duplas completaram a prova, dentre as 136 que largaram — taxa de abandono de 35%.

As duplas campeãs nas demais categorias profissionais foram Matthew Beers e Christopher Blevins (UCI-masculino), Kim Le Court e Vera Looser (UCI-feminino), Karl Platt e Tomás Misser Vilaseca (masters-masculino), Jennie Stenerhag e Esther Suss (masters-feminino) e Rene Vallee e Alain Broglia (great grand masters-masculino). As duplas 100% brasileiras mais bem colocadas neste ano foram André Costa e Enrico Sampaio Júlio (72º lugar geral), Thiago Machado e Felipe Pereira Coelho (80º), e Guilherme Hoffman e Luiz Eduardo Vieira (100º), todos mais jovens que Abraão e Brentjens, que chegaram em 44º lugar na classificação geral.

Lenda viva

No mountain bike de Brasília, Abraão Azevedo não é só a maior referência como atleta vencedor e longevo, mas também dá nome a famosas (e difíceis) trilhas com pedras, valas e curvas que desafiam as melhores técnicas e bicicletas. Perto da Torre Digital, a trilha do Abraão tem pouco mais de 10 quilômetros, mas mesmo atletas bem treinados podem levar uma hora para completar o percurso, especialmente ao tentarem passar pela complicada "subida do Abraão". No Altiplano Leste, menos ciclistas ainda conseguem concluir os três quilômetros do "circuito do Abraão" sem descerem da bicicleta para empurrá-la numa subida ou carregá-la numa descida mais íngreme.

Esse é um legado que Abraão construiu para o esporte, à base de desafios e superação, assim obteve dele uma profissão e várias lições. "Eu devo muito ao ciclismo, pelas amizades e por ter me mantido como atleta profissional e agora como treinador", afirmou ele, em referência à AAZ Sports, sua assessoria esportiva.

"Mas o principal ensinamento que trago comigo é a resiliência: você deve ter certeza de que tudo na vida vai passar. Se você está bem demais, saiba que isso vai passar. Se você está numa dificuldade, tenha a tranquilidade de que vai passar também", destacou Abraão, numa narrativa calma e pensada.

Outra lição importante que o ciclismo lhe deu foi a honestidade. "O mountain bike é um esporte muito honesto, no sentido de que quem se dedica, quem se empenha, sempre tem o seu momento de glória. Claro que a genética no esporte é preponderante, mas se a pessoa se empenha e se dedica o resultado vem", ensinou. Ao contrário do ciclismo de estrada — cuja imagem é com frequência atingida por casos de doping envolvendo supercampeões — no mountain bike são muito raros esses episódios.

Vencida a prova deste domingo, Abraão retorna a Brasília e aos treinos para o próximo desafio, em menos de um mês. Em 23 de abril, ele disputará o campeonato mundial máster de cross-country olímpico (XCO) na Argentina. Na edição de 2022, ele chegou em terceiro lugar num dia de muito frio. Dos 83 competidores que largaram, apenas 12 conseguiram chegar à meta final. "Depois disso, quero descansar e me dedicar mais ao meu filho, o Gabriel, de 16 anos. Quero ficar mais próximo dele", planejou o ultramaratonista, que pedala a cada ano cerca de 12 mil quilômetros, o suficiente para ir de Brasília à África do Sul... e voltar!

Instagram/Abraão

Desportista, de 53 anos, vive em Brasília desde a adolescência

Foram 648 quilômetros, passando por montanhas, vales, rios, pontes e pedras perto da Cidade do Cabo

© Gary Perkin | Cape Epic

Na categoria grand masters, das 136 duplas, 89 completaram a prova, um abandono de 35%

Gary Perkin/Cape Epic/SPORTZPICS

CORREIO BRAZILIENSE

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Atlético-MG derrota Real Brasília

Em confronto direto para se afastar da zona de rebaixamento, o Real Brasília foi superado pelo Atlético-MG, por 1 x 0, ontem, na Arena Vera Cruz, em Betim, pela quinta rodada do Brasileirão Feminino de Futebol. Com o resultado, a equipe do DF permanece na 13ª colocação, com 3 pontos (uma vitória e quatro derrotas), abrindo a faixa de degola. O time mineiro para a 11ª posição. No próximo domingo, o time brasiliense recebe o líder Corinthians, às 15h, no Defelê.

BOXE Beatriz Iasmim Ferreira vence colombiana Angie Valdez e conquista bicampeonato Mundial. Pugilista baiana mostra grande evolução e segue colecionando números impressionantes. Agora, são 36 pódios em 37 campeonatos internacionais

Divulgação/IBA

No duelo decisivo, Bia Ferreira contou com pontuação favorável nos três assaltos: 5 x 0, 4 x 1 e 5 x 0

Ouro com arte

A baiana Beatriz Iasmim Ferreira venceu a final do Mundial de Boxe, na manhã de ontem, contra a colombiana Angie Valdez e se tornou a maior campeã mundial na história do Brasil. Primeira brasileira a chegar a três finais do torneio, Bia Ferreira se sagrou bicampeã do mundo na categoria até 60kg, em Nova Deli, na Índia.

A decisão teve domínio completo da brasileira, que recebeu notas favoráveis de 5 x 0, 4 x 1 e 5 x 0 nos três assaltos. Campeã em 2019 e vice-campeã em 2021, Bia Ferreira entrou no ringue com a certeza de se tornar a única atleta do Brasil com três medalhas em Mundiais.

A pugilista baiana chegou à final de todos os grandes eventos do boxe mundial nos últimos quatro anos. Em 2019, venceu os Jogos Pan-Americanos de Lima e o Mundial na Rússia. Em 2021, Bia ficou com a prata nos Jogos Olímpicos de Tóquio e repetiu o resultado no Mundial de Istambul, em 2022.

A boxeadora de 30 anos mantém o grande momento com o título na Índia e chegará como uma das grandes favoritas para os Jogos Olímpicos de Paris em 2024. Ela receberá uma premiação de US$ 100 mil pela medalha de ouro no Mundial.

US$ 100 MIL

Prêmio pago à pugilista baiana Bia Ferreira pelo título mundial conquistado em Nova Deli, na Índia

Nascida em Barranquilla, a experiente colombiana fez, ontem, a primeira final de Mundial. Na semifinal, Valdez havia passado pela chinesa Yang Wenlu. Para garantir a medalha de ouro, Bia também passou pela sul-coreana Oh Yeonji, na semifinal, e pela japonesa Ayaka Taguchi, nas quartas de final.

Além da terceira final e segundo ouro, Bia foi escolhida a melhor boxeadora do Campeonato Mundial de 2023. Foi a segunda vez que a brasileira levou o troféu. Com o bicampeonato, Bia alcançou a incrível marca de 36 pódios em 37 campeonatos internacionais, sendo 31 ouros.

Origens

Bia começou no boxe aos quatro anos de idade, na garagem de casa, onde o pai, Raimundo, mais conhecido no boxe como Sergipe (tricampeão baiano, bicampeão brasileiro e sparring de Popó), dava aulas para crianças carentes da região.

Por falta de competições de boxe feminino, Bia precisou esperar até 2014 para iniciar a carreira. Venceu uma luta, mas acabou desclassificada, pois havia participado de uma competição de muay thai e recebeu uma punição de dois anos, porque a Associação Internacional proibia que as atletas participassem de competições por outras modalidades.

Bia voltou em 2016 e passou também a ser sparring de Adriana Araújo, medalha de bronze na Olimpíada de Londres-2012. Talentosa, ficou com a vaga da amiga, que passou para o boxe profissional.

IBA/Divulgação

A brasileira também foi escolhida a melhor boxeadora do torneio

"É uma vitória do boxe brasileiro. É um exemplo para todos nós. Não é à toa que é campeã do mundo. É a nossa estrela. A Bia dá um presente para todos nós"

Breno Macedo, técnico, ex-pugilista e comentarista do Canal Brasil Olímpico

Duro combate no ringue

No duelo decisivo de ontem, as duas pugilistas soltaram o braço no primeiro round. Após a colombiana mostrar força, Bia emendou um belo jab de esquerda e, depois, um combo com três socos, que pegaram em cheio. A luta estava equilibrada, mas a brasileira teve vitória parcial unânime decretada pelos jurados.

No segundo assalto, Bia se mostrou mais solta, mas arriscou menos. A colombiana acertou um cruzado a cerca de um minuto do fim. Confortável na luta, Bia andava para frente, enquanto a colombiana escapava mais. A brasileira conseguiu 4 x 1 nas notas do segundo round, mantendo boa vantagem para a parte final da luta.

Tranquila, Bia Ferreira aproveitou a vantagem no último assalto e foi dominante. A colombiana chegou a perder a base em um golpe da pugilista baiana, que também acertou um direto a 30 segundos do fim. Após o resultado, Bia festejou.

JUDÔ

Brasil é bronze no Grand Slam

Rafael Buzacarini conquistou uma medalha de bronze para o Brasil na categoria até 100kg no Grand Slam de Judô de Tbilisi, na Geórgia, ontem. A vitória foi em cima do compatriota Leonardo Gonçalves, com um ippon.

Com a vitória, Rafael se coloca ainda mais na briga por uma vaga nos Jogos Olímpicos de Paris, em 2024, com 250 pontos. O adversário, Leonardo Gonçalves, quinto colocado no ranking, tem 180. A luta foi extremamente equilibrada. Leonardo tentou levar para o solo, mas ficou na defesa de Rafael, que finalizou o adversário com um ippon, no golden score.

Antes de vencer o compatriota na luta pelo bronze, Buzacarini passou por Bojan Dosen, da Sérvia, e Nurlykhan Sharkhan, do Cazaquistão, até ser derrotado nas semifinais pelo georgiano Ilia Sulamanidze. Ao celebrar a conquista, dedicou a medalha à filha recém-nascida.

"Fico muito feliz com essa medalha, a primeira no circuito neste ano, em uma disputa importante, voltando a medalhar. E é mais especial ainda pelo nascimento da minha filha, há 10 dias. Estou lutando por ela, que me deu força, e vou buscar muito mais medalhas", disse Buzacarini.

Também ontem, três brasileiros competiram e caíram na terceira fase. Rafael Macedo perdeu para Goki Tajima; João Cesarino caiu para Giannis Antoniou. Por fim, Giovani Ferreira acabou derrotado por Li Kochman. Com isso, o Brasil encerrou o Grand Slam de Judô de Tbilisi com apenas uma medalha.

Entre as mulheres, as melhores campanhas foram de Rafaela Silva e Jéssica Lima, que competiram na sexta-feira, perderam a disputa por bronze nos 57kg e terminaram dividindo o quinto lugar.

Gabriela Sabau/IJF

Judoca brasileiro sonha com vaga olímpica na categoria até 100kg

"Fico muito feliz com essa medalha, a primeira no circuito neste ano. É mais especial ainda pelo nascimento da minha filha, há 10 dias. Estou lutando por ela e vou buscar muito mais medalhas"

Rafael Buzacarini, judoca

GAÚCHO Inter é eliminado pelo Caxias nos pênaltis em jogo encerrado com pancadaria. Homem invade gramado com criança

Absurdo entra em campo no Sul

William Anacleto/Estadão Conteúdo

Com uma menina no colo, torcedor colorado avançou para a área de jogo e agrediu um atleta e um jornalista: caso exige punição severa

A confusão generalizada estabelecida no Beira-Rio após a eliminação do Internacional para o Caxias nos pênaltis, durante a semifinal do Campeonato Gaúcho, ontem, foi marcada por cenas chocantes de um torcedor que invadiu o gramado carregando uma criança no colo e se colocou no meio do tumulto. Dentro do campo, o homem desferiu um chute no lateral-esquerdo Dudu Mandai, do Caxias, e outro em um cinegrafista da RBS TV, afiliada da Globo no Rio Grande do Sul, conforme mostrado pela transmissão da partida.

O torcedor foi contido por seguranças e retirado do gramado junto com a criança, que permaneceu nos braços do invasor durante todo o momento. Em seguida, foi levado ao Juizado Especial Criminal do Beira-Rio. Quando ele protagonizou a invasão, havia um grande desentendimento em curso, com trocas de agressões entre jogadores das duas equipes atrás do gol no qual as cobranças de pênaltis foram realizadas. Em nota, o Internacional repudiou as cenas violentas e disse que irá colaborar na identificação de invasores.

"O Internacional manifesta repúdio pelos episódios ocorridos após o encerramento da partida. O Clube informa que está trabalhando na identificação dos invasores e que as imagens do circuito de câmeras do Beira-Rio serão disponibilizadas para as autoridades e utilizadas em futuras sanções internas. O Colorado reforça que não compactua com a atitude tomada por uma minoria da torcida presente", diz o comunicado.

A partida foi marcada por provocações. Eron, autor do gol do empate do Caxias, celebrou a bola na rede levando as mãos aos ouvidos e depois fazendo sinal de silêncio com o dedo em frente à boca. Com o empate por 1 x 1 no tempo normal, a decisão foi para os pênaltis e o clima continuou tenso. Matheus Dias, do Inter, e Guedes, do Caxias, foram expulsos por se desentenderem durante as cobranças.

O pênalti da vitória caxiense foi cobrado por Wesley Pombo, atacante que pertence ao Grêmio e está emprestado ao Caxias. Na celebração, Wesley imitou o primeiro gesto de Eron, levando as mãos aos ouvidos, em frente ao goleiro colorado Keiller e muito perto da arquibancada, o que irritou tanto os jogadores quanto a torcida. A partir daí, iniciou-se a confusão, que teve troca de agressões entre Alan Patrick e Marciel. Também foi possível observar Rodrigo Moledo atingindo Guedes.

Com a derrota, o Internacional fica sem chegar à final pelo segundo ano consecutivo. O Caxias enfrentará o Grêmio na decisão, assim como ocorreu em 2020.

Inter e Caxias converteram as quatro primeiras cobranças. Pelo lado colorado: Alan Patrick, Pedro Henrique, Matheus Dias e Alemão. Para o time grená: Marcão, Jean Dias, Guedes e Marcelo Ferreira. Na quinta finalização, Estevão errou, enquanto Wesley converteu e colocou o Caxias na grande decisão do Campeonato Gaúcho.

ELIMINATÓRIAS DA EURO

Com dois gols, CR7 brilha por Portugal

Kenzo Tribouillard/AFP

Atacante deixou o campo aplaudido na goleada sobre Luxemburgo

Novo treinador, vida nova para Portugal. No segundo jogo sob o comando de Roberto Martínez, a seleção portuguesa goleou Luxemburgo por 6 x 0, ontem, com direito a dois gols de Cristiano Ronaldo, que voltou a se firmar como titular, após ser preterido em partidas decisivas da Copa do Mundo com o ex-técnico Fernando Santos. Ainda pela segunda rodada das Eliminatórias da Eurocopa, a Itália venceu Malta por 2 x 0.

O primeiro tempo de Portugal foi inspirador. Contra a maior vítima entre as seleções, Cristiano Ronaldo foi logo fazendo dois dos quatro gols da equipe, que confirmou três pontos com extrema facilidade, fazendo jus ao esquema ofensivo de Martínez. João Félix e Bernardo Silva também marcaram na etapa inicial e colocaram 4 x 0 no marcador.

No segundo tempo, o jogo caiu muito de produção. Portugal claramente tirou o pé e se poupou. No entanto, os jogadores seguiram procurando Cristiano Ronaldo, que foi ovacionado quando deixou o campo para dar lugar a Gonçalo Ramos. O atacante deu "drible da vaca" e foi responsável pelas principais chances de gol.

Otávio, brasileiro naturalizado português, e Rafael Leão fecharam a goleada. O ex-jogador do Inter fez 5 x 0, enquanto o companheiro de equipe decretou o triunfo. O resultado só não foi maior porque Rafael Leão desperdiçou um pênalti, defendido pelo goleiro de Luxemburgo.

Com a vitória, Portugal chegou aos seis pontos, na liderança do Grupo J. Eslováquia, que derrotou a Bósnia e Herzegovina por 2 x 0, assumiu o segundo lugar, com quatro, contra três do adversário.

Também ontem, a Itália desencantou na competição, após estrear com derrota frente à Inglaterra, ao fazer 2 x 0 sobre Malta. Assim como ocorreu com Portugal, o jogo foi resolvido no primeiro tempo, com gols de Mateo Retegui e Matteo Pessina.

A Itália chegou aos três pontos, assim como a Macedônia do Norte. Com 100% de aproveitamento, a Inglaterra lidera o Grupo C. Pelo Grupo H, a Finlândia derrotou a Irlanda do Norte por 1 x 0 e chegou aos mesmos três pontos do próprio rival e de Cazaquistão e Dinamarca. A Eslovênia lidera, com seis. Os dois primeiros colocados de cada grupo se classificam para a Eurocopa-2024.

Inglaterra bate Ucrânia

Glyn Kirk/AFP

Harry Kane abriu o placar em Wembley: 55 gols pela seleção

A Inglaterra, vice-campeã europeia, continua imparável nas Eliminatórias para a Eurocopa da Alemanha-2024 e obteve a segunda vitória em dois jogos, desta vez contra a Ucrânia, por 2 x 0, ontem, em Wembley, em jogo com homenagens à nação profundamente abalada pela guerra com a Rússia.

Com a vitória, a Inglaterra lidera o grupo C, com seis pontos, enquanto a Ucrânia tem uma derrota em um jogo.

O jogo em Wembley foi muito além do futebol. O estádio inglês foi decorado com bandeiras ucranianas, com mais de mil ingressos distribuídos entre os exilados do país invadido pela Rússia e as famílias que os receberam na Inglaterra.

Os torcedores locais fizeram um minuto de silêncio respeitoso durante a execução do hino nacional ucraniano antes da partida, momento em que cada jogador visitante exibiu uma bandeira do país.

O placar foi aberto pelo capitão Kane, que recebeu a Chuteira de Ouro no início do jogo por ter se tornado o maior artilheiro da história da Inglaterra, com 54 gols, na última quinta-feira, marcando na vitória por 2 x 1 sobre a Itália, em Nápoles.

O atacante do Tottenham recebeu um passe de Saka para marcar de pé esquerdo. Após a assistência, o jogador do Arsenal fez 2 x 0 com um chute espetacular da entrada da área após um passe de Jordan Henderson.

SELEÇÃO BRASILEIRA

CBF confirma preferência por Carlo Ancelotti como técnico

AFP

Treinador do Real Madrid tem contrato em andamento: indefinição

Ednaldo Rodrigues, presidente da CBF, confirmou que Carlo Ancelotti, atual treinador do Real Madrid, é o principal candidato para assumir o comando da Seleção Brasileira. A declaração foi dada logo após o Brasil perder para Marrocos, por 2 x 1, em amistoso na noite de sábado. A equipe foi dirigida interinamente por Ramon Menezes.

"Ancelotti é unanimemente respeitado entre os jogadores. Não apenas Ronaldo Fenômeno ou Vinícius Júnior, mas todos que jogaram sob o seu comando. Eu o admiro muito pela honestidade na forma como atua e pela constância do trabalho. Não precisa de apresentações. É mesmo um treinador top, que tem várias conquistas e esperamos que possa ter ainda mais", afirmou Ednaldo Rodrigues à agência Reuters.

O presidente declarou ainda que Ancelotti não é apenas unanimidade na CBF, mas entre os brasileiros, que estão pedindo pela contratação do italiano. "Ancelotti não é apenas o favorito dos jogadores, mas também dos torcedores. Em todos os lugares que vou no Brasil, em todos os estádios, ele é o primeiro nome que os torcedores me perguntam. Eles falam dele de forma muito carinhosa, em reconhecimento a um trabalho exemplar que tem feito na carreira. Vamos ter fé em Deus, esperar o momento oportuno e vamos ver se conseguimos na busca do novo técnico da Seleção Brasileira", disse.

Ednaldo afirmou ainda que a meta da CBF é anunciar um novo treinador até junho. A Seleção Brasileira está sem técnico desde a eliminação para a Croácia na Copa do Mundo do Catar. Tite havia avisado que não continuaria no cargo após o Mundial e deixou o comando oficialmente no meio de janeiro deste ano.

Até o momento, o Brasil segue sem um próximo adversário definido. As Eliminatórias para a Copa do Mundo começam apenas em setembro. Além de Ancelotti, outros nomes estão entre os cotados, a exemplo de Pep Guardiola, Fernando Diniz, Abel Ferreira e Jorge Jesus.

Candangão

Pelo jogo de ida das semifinais do Candangão, o Brasiliense largou na frente e bateu o Capita, por 2 x 0, ontem, no Estádio JK. Tobinha e Hernane Brocador marcaram os gols da vitória. Para a partida de volta, no próximo domingo, no Serejão, o Jacaré pode perder por até dois gols para avançar à final.

Bayern de Munique

A saída de Julian Nagelsmann do Bayern de Munique pegou os jogadores de surpresa. Após a vitória por 2 x 0 da Alemanha em amistoso com o Peru, o volante Joshua Kimmich e o meia Leon Goretzka negaram qualquer tipo de conflito com o ex-treinador. Thomas Tuchel foi contratado no lugar.

Tottenham

Após ser protagonista de polêmicas nas últimas semanas, entre elas um desentendimento público com o atacante brasileiro Richarlison, o técnico Antonio Conte deixou, ontem, o comando do Tottenham, "em comum acordo com o clube". Cristian Stellini ficará interinamente no comando até o final da temporada.

Tênis

O tenista espanhol Carlos Alcaraz, número 1 da ATP, derrotou o sérvio Dusan Lajovic, ontem, e vai enfrentar nas oitavas de final do Masters 1000 de Miami o americano Tommy Paul. Alcaraz, que precisa ser bicampeão em Miami para se manter na liderança do ranking, venceu Lajovic por 6/0, 7/6 (7/5), em 1h32min.

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Mercúrio e Júpiter em conjunção.
Nada te conecta mais ao Divino em que tudo e todos nos movimentamos e somos do que a alegria, porque apesar de nos voltarmos ao mundo do espírito quando perdemos o controle e nos sentimos no fundo do poço, buscando amparo e proteção, a real e verdadeira conexão se dá através da alegria, esse sentimento exaltado que se irradia pela nossa presença beneficiando a todas as pessoas, próximas e distantes. A espiritualidade não é uma experiência individual, é a revelação da Vida de nossas vidas interconectada em todas as coisas e todos os seres, e quando sustentamos a alegria leve e desinteressada nós somos a melhor versão de nós mesmos, porque é o momento em que transcendemos a individualidade e ingressamos no Universo Real, de uma única Vida se manifestando por meio de todas as vidas.

ÁRIES
21/03 a 20/04

Uma atitude sensata na hora certa resolve muita coisa, mas para isso é necessário ter atenção e, principalmente, se antecipar aos resultados, para não sair brigando com quem está tentando ajudar. Olho no caminho.

TOURO
21/04 a 20/05

É tudo muito sutil, mas verdadeiro, mas de um tipo de verdade que ainda não seria sensato comunicar, porque as pessoas não entenderiam e, pior ainda, desvalorizariam. Mantenha o silêncio, mas não por muito tempo mais.

GÊMEOS
21/05 a 20/06

As boas companhias ajudam muito, tanto quanto as más companhias atrapalham. Sua alma, porém, sente uma louca atração pelas pessoas que, sabidamente, provocam estresse e desentendimentos. Por que será isso? Mistério.

CÂNCER
21/06 a 21/07

Aproveite o que a vida lhe oferecer sem fazer perguntas nem tampouco ingressar no terreno dos dilemas morais, os quais, apesar de legítimos, nesta parte do caminho não teriam nada novo nem bom para contribuir.

LEÃO
22/07 a 22/08

As oportunidades que se descortinam neste momento podem não ser tão realistas quanto sua alma precisa, mas pelo menos brindam com um ânimo renovado e, assim, se torna mais fácil reconhecer o que seria melhor fazer.

VIRGEM
23/08 a 22/09

Andar sempre por terreno seguro é confortável, mas ao mesmo tempo é assim que sua alma deixa de aproveitar algumas oportunidades que, apesar de arriscadas, prometem grandes resultados. Como equilibrar a situação?

LIBRA
23/09 a 22/10

Seria grandioso se todas as pessoas substituíssem a competição pela colaboração, porque nos raros momentos em que isso acontece, como é o caso de agora, é evidente que qualquer futuro desejável depende só disso.

ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Este é um momento cheio de potencialidades, e sua alma corre o risco de se distrair com o encantamento, perdendo a oportunidade de fazer escolhas sábias ao mesmo tempo de cair na tentação das erradas. Discernimento.

SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Organize direito seu tempo, porque há de haver lugar para tudo, obrigações e entretenimento. As duas situações, apesar de ocuparem margens contrárias, ainda assim podem conviver harmoniosamente na vida de qualquer um.

CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Agora é bom você tentar se livrar do peso morto que carrega de forma inerte, essas coisas do passado que se alongaram tanto que já mais ninguém se lembra bem como foi que tudo começou. Hora de aliviar o peso.

AQUÁRIO
21/01 a 19/02

A rotina não merece a atenção, porque é feita no automático, mas se você fizer a experiência de envolver sua mente e coração em cada uma das pequenas coisas que a compõem, descobrirá uma nova fonte de prazer.

PEIXES
20/02 a 20/03

Ainda que sinta inseguranças de todos os tipos e tamanhos, vale a pena apostar alto nesta parte do caminho, nem que seja para experimentar um pouco de atrevimento e dar uma bofetada na cara dos seus medos.

CRUZADAS

Instrumento de coleta de dados estatísticos sobre a educação básica no Brasil
Calcedônia brilhante (pl.)
Barquinho fluvial
Fita, em inglês
(?) de miséria: tipo de comunidade comum na periferia de cidades brasileiras
Realizado (investimentos na bolsa)
Marca da obra do escritor brasileiro Júlio Ribeiro (séc. XIX)
Lista da biblioteca
Urbe com cidades-satélite
(?) Valley, região vinícola da Califórnia
Sufixo de "etanol"
Falatório (bras.)
Senhor (abrev.)
Cê-cedilha
Variante paulista do funk
Quantia de garantia em certos contratos
(?) do Perdão: o Yom Kippur judaico
Altura de um som
Editores (abrev.)
Desgosto (fig.)
Iodo (símbolo)
Muito esticada
Monarca
Cidade balneária de SP
Arte, em latim
Sustentar; apoiar
Procedimento recomendado em caso de interrupção da gestação
Organização criminosa dos quadrinhos
Atol das (?), reserva biológica
3ª esposa de Xangô
"In My Opinion" (internet)
Casal
"(?) Lisa": obra exposta no Louvre
Tipo de memória de pen drives
Fúria
Matéria nociva a eletrônicos
Mantra budista
Ilha, em inglês
O hipertenso, em relação à covid-19
Letra equivalente ao lambda grego
(?) Turing, pioneiro da computação
Um dos sabores mais populares de pizza
Símbolo de Celsius

BANCO 3/ars — imo. 4/alan — isle — napa — tape. 5/flash — hidra. 7/chalana.

69

SUDOKU-1

		7				1		4
	5			9	4		8	
			7				5	
	4	1		7				
		5	8				2	
	6							9
2				8				6
6			1		3			
		8		2		7		

SUDOKU-2

8		4	2					9
1			7			5		2
3	5							6
						9	5	
4			5					
	6					3		4
			8		5	7		
6				1		2		
5		3					4	

LABIRINTO

SOLUÇÕES

SUDOKU-1

9	2	7	5	6	8	1	3	4
1	5	3	2	9	4	6	8	7
4	8	6	7	3	1	9	5	2
3	4	1	9	7	2	8	6	5
7	9	5	8	4	6	3	2	1
8	6	2	3	1	5	4	7	9
2	3	9	4	8	7	5	1	6
6	7	4	1	5	3	2	9	8
5	1	8	6	2	9	7	4	3

SUDOKU-2

8	7	4	2	5	6	1	3	9
1	9	6	7	4	3	5	8	2
3	5	2	1	9	8	4	7	6
2	3	8	4	6	1	9	5	7
4	1	9	5	3	7	6	2	8
7	6	5	9	8	2	3	1	4
9	4	1	8	2	5	7	6	3
6	8	7	3	1	4	2	9	5
5	2	3	6	7	9	8	4	1

CRUZADAS

				CH				B	
	C	A	T	A	L	O	G	O	
M	E	G	A	L	O	P	O	L	E
	N	A	P	A		ER		S	R
O	S	T	E	N	T	A	Ç	Ã	O
	O	A		A	I	D		O	T
T	E	S	A		T	O	M		I
	S		R	E	I		A	R	S
	C	U	R	E	T	A	G	E	M
	O	B	A		I	M	O		O
F	L	A	S	H		P	A	R	
	A	T		I	R	A		O	M
G	R	U	PO	D	E	R	IS	C	O
		B		R		A	L	A	N
	C	A	L	A	B	R	E	S	A

LABIRINTO

cultura.df@dabr.com.br
3214-1178/3214-1179
Editor: José Carlos Vieira
josecarlos.df@dabr.com.br

CORREIO BRAZILIENSE
Brasília, segunda-feira, 27 de março de 2023

A SOLIDARIEDADE... ...BATE NA TELA

NOVOS MODELOS ECONÔMICOS, SISTEMAS COMUNITÁRIOS EXPERIMENTAIS E INICIATIVAS INCLUSIVAS COM SOLUÇÕES PRÁTICAS PARA PROBLEMAS SOCIAIS OCUPAM A TELA EM FILMES PREMIADOS E SÉRIES INOVADORAS

» RICARDO DAEHN

Trocas equilibradas e pautadas por exemplos dados pela natureza, ações solidárias e propostas que impactam a comunidade. Essa linha de filmes é um dos sinais alentadores das produções recentes do cinema brasileiro. Esses filmes buscam formas estratégicas criativas para capacitar e humanizar o desenvolvimento da humanidade. É o caso dos documentários *Biocêntricos* e o premiado *Quando falta o ar*, atrações recentes do cinema, e da série *Ideias para mudar o mundo*.

No impacto do boca a boca, há teor revolucionário, como explica Cintia Revo, personagem da série *Ideias para mudar o mundo* (no Canal Off e no Globoplay), que criou a Revolução dos Baldinhos, há 14 anos atuante em comunidade de Florianópolis. "Há retorno, a partir de uma ação coletiva. Trabalhamos a realidade, o fortalecimento de território, na construção coletiva. O projeto de compostagem (base para o adubo natural) trouxe o retorno do zelo pela separação de matérias orgânicas e que serve de modelo para outras comunidades", explica Cintia.

Com exemplos extraídos de periferias, Leila Savary, criadora da série, optou por dar protagonismo a quem atuava em áreas marginalizadas e distantes de metrópoles, sem suporte de mídia. "Cercamos agentes com propostas transformadoras. Personagens fora da elite, do padrão estético e de qualquer estereótipo comum ao público", diz. "Tudo num caminho de lógica sustentável e respeitosa."

A série convida o público a conhecer exemplos de economia circular, colaborativa e solidária. "São modelos que consideram o impacto ambiental, a reutilização de materiais e a energia, a não exploração dos trabalhadores, cadeias de produção circulares e bens de serviço por compartilhamento como troca e doações", reforça Leila Savary. A diretora aposta numa sede de mercado: "Na mesma medida que a audiência consome desgraça, está carente de narrativas positivas, transgressoras que informem, eduquem e transformem". A série discorre sobre um hub de empresas operantes em favelas, sobre uma iniciativa com bicicletas e equipamentos voltados para mulheres negras e ainda aposta na difusão de novos padrões para acessibilidade.

Desinteressada nas camadas de poder que propagam a "cultura da desgraça", a série investe em modelos econômicos advindos de associações diferenciadas. "Precisamos entender que periferia e favela são potências. Nas comunidades estão os jovens, os agentes transformadores, pensadores e as oportunidades de mercado — nisso é que o poder público e privado precisam atuar. Esses espaços geram respeito, admiração e inspiração", pontua a diretora.

Pela vida

"Já me senti muito, muito impotente como médica, por dificuldades como a da falta de estrutura ou da visão de colegas que não entendem a importância do SUS ou mesmo a valorização de enfermeiros e agentes comunitários", conta a codiretora do longa *Quando falta o ar*, Helena Petta, irmã de Ana, a outra diretora. Tal qual com a série *Unidade Básica*, da qual foram criadoras, elas viram a importância da arte para comunicar com eficiência e ultrapassar visões eivadas de preconceitos. *Quando falta o ar* venceu o importante festival É Tudo Verdade, tratando do trabalho de tatear a pandemia, feito por mulheres que extrapolavam procedimentos médicos e agiam a favor de cuidados emocionais, durante o primeiro ano de propagação da covid. O esforço contra visões individualistas e a revelação para pacientes de que a pandemia era uma questão coletiva, com a necessidade de cuidados coletivos marcou a visão de Ana.

Testemunhar a disposição das mulheres com a saúde pública se tornou uma experiência profunda para Ana. "O interesse coletivo me chamou muito a atenção no trabalho. As profissionais do SUS atuavam em meio a um governo negacionista. Nas atividades, elas dispunham de sensibilidade para o que reclamasse individualidade. Num complexo penitenciário baiano houve a que colocou uma música para um detento, no atendimento, e registramos a profissional que conversava com os pacientes entubados — sondando possível ajuda, uma vez que eram pessoas 'com alma' e que estariam ouvindo", relembra.

Depois dos momentos muito duros e de sofrimento, Ana apostou na intensidade de conexão com as entrevistadas. "Recentemente, vimos, em Brasília, essas mulheres extraordinárias, num encontro, por dois dias, de intenso afeto e conversa sobre a vida. Tenho vontade de estar próxima delas para o resto da minha vida", reforça Ana Petta. Com o filme, as irmãs defenderam, por nada, maquiar a realidade, repleta de imperfeição. Chegaram em comunidade ribeirinha na qual crianças não eram nem registradas e confirmaram a necessidade de incrementos na estrutura do SUS, "sem esconder lacunas e precariedade" (como diz Helena). "É um sistema que é fonte de muita beleza e de resistência. Sempre fui muito impressionada com a força que o SUS tem, apesar de todas as adversidades. A vontade de fazer o filme veio bastante por conta de olhar para a força de profissionais que muitas vezes não tem reconhecimento", defende Helena.

David Véliz/Divulgação

A força da natureza, no filme de Fernanda Heinz Figueiredo e Ataliba Benaim

Costa Blanca Films/Divulgação

Cena da série *Ideias para mudar o mundo*

Victor Jucá/Divulgação

As diretoras Ana Petta e Helena Petta, de *Quando falta o ar*

Ideias para mudar o mundo: iniciativas em periferias

Tarso Sarraf/Divulgação

Entrevista // Ataliba Benaim, codiretor de *Biocêntricos*

Na demonstração da economia de recursos enfocada no documentário *Biocêntricos*, os diretores Ataliba Benaim e Fernanda Heinz Figueiredo explicam o princípio biomimético, escorado na percepção de que na natureza não existe desperdício de energia. Iniciativas como a reformulação do trem bala japonês, modelada pela eficiência de um pássaro pescador, reduziu 15% da energia despendida. Outro exemplo está na economia para o acesso a áreas degradadas para a ação de reflorestamentos, com a tecnologia do nucleário.

Qual o potencial da biomimética? Os temas do filme são amplos?

A biomimética tem muitos potenciais, a depender do uso. Há o potencial de convergir para diferentes áreas, realidades técnicas, tendências políticas e até mesmo visões de mundo. Convergência acoplada ao resgate de certas obviedades: só estamos vivos porque somos parte da natureza, numa rede complexa de trocas. Diante de entraves criados pela humanidade, que "chegou ontem" ao planeta, nada mais lógico que as soluções para esses problemas possam vir de uma forma de vida mais experiente — algo vinculado à rede de relações entre os organismos vivos. Vejo a biomimética como uma força centrípeta que pode nos unir na busca pela continuidade da vida.

Há combate à persistente visão de uma distopia?

Acredito que sim. Nunca na história da cultura humana produzimos e consumimos tantas narrativas distópicas. Nelas cultivamos algo que embasa a experiência humana, que é nossa pulsão de morte, num nível coletivo. Mas a balança me parece muito desigual na cultura contemporânea. Precisamos de mais Eros e menos Tanatos para vivermos em maior equilíbrio entre nós mesmos e entre nós e a nossa única casa, que é a Terra. Mais do que se opor às distopias com uma utopia, acredito que, no filme, investimos na oposição à pulsão de morte.

Conte, por favor, da participação indígena na fita, e em feitos desta conjuntura.

Está na origem da biomimética o resgate dessa ancestralidade associada, cujo padrão mental é anterior à arrogância antropocêntrica que produziu isso que chamamos civilização. Esse é o ponto de partida para o desenvolvimento de tecnologias que podem nos tirar de uma rota suicida. Como diz o grande filósofo Ailton Krenak, o futuro é ancestral. A nossa sorte é que ainda existem exemplos dessa ancestralidade entre nós, visíveis na vida cotidiana dos povos originários. Os Ashaninka, principalmente na figura do Benki, cumpre esse papel na narrativa de Biocêntricos. Benki é um líder aguerrido que, desde menino, dedica sua vida a fazer pontes entre as culturas e, nos últimos anos, a regenerar terras devastadas da Amazônia. Ele nos brindou com sua sabedoria simples e profunda nas conversas que tivemos enquanto estivemos na aldeia do seu povo. A frase que eu mais gosto dele é a resposta que nos deu quando o convidamos a expressar um pensamento sobre a humanidade: "O meu pensamento para o mundo é isso que eu estou fazendo."

Cena do documentário *Biocêntricos*

"Reforçar narrativas de derrota só reforçam abismos sociais, raciais, de gênero, preconceitos e crenças primitivas, nos afastam da regeneração. Se queremos caminhar como sociedade é preciso querer sair da lógica do sistema" Leila Savary, diretora

PH Costa Blanca/Divulgação

CNP Seguros holding | Brasil

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Relatório da Administração - Exercício de 2022

Senhores Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A. (anteriormente designada CAIXA SEGUROS HOLDING S.A. - a ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA

Ao final do exercício de 2022, a Companhia registrou um resultado de R$ 1.045,5 milhões, gerando assim uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido médio em 2022 de 28,9%. As receitas com equivalência patrimonial nas investidas em 2022 totalizaram R$ 1.029,6 milhões, representando um aumento de 2,6% em relação ao valor alcançado em 2021.
A Companhia terminou o ano de 2022 com um total de R$ 398,1 milhões em ativos financeiros e obteve ao longo do exercício de 2022 um resultado financeiro de R$ 54,5 milhões. O patrimônio líquido, em 2022, totalizou R$ 3.405,4 milhões, o que representa uma redução de 11,1% em relação ao patrimônio líquido final do exercício de 2021, sendo esta redução explicada principalmente pela distribuição de dividendos e pela variação negativa da reserva latente de instrumentos financeiros classificados na categoria de disponíveis para venda, das operações controladas.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Conforme estabelecido no Estatuto Social, os acionistas da Companhia terão assegurados - a títulos de dividendos - a distribuição de pelo menos 25% dos resultados obtidos no exercício. A proposta da Administração para distribuição dos dividendos sobre o lucro do exercício é de R$ 599.110, que equivale a 75% do lucro líquido ajustado, sendo que, deverá ser abatido o valor de R$ 341.399, já registrado e distribuído em outubro de 2022, a título de dividendos intercalares.

REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

A CNP Assurances assinou, em 13 de setembro de 2022, o acordo para a aquisição da participação da Caixa (por meio da Caixa Seguridade) em empresas da Companhia, passando a deter, direta ou indiretamente, 100% da participação societária nas empresas CNP Consórcio, CNP Capitalização, Previsul e Odonto Empresas após o processo de finalização das aquisições (closings). A gestão dos negócios, que passaram a ser 100% da CNP Assurances, será titularizada pela nova marca CNP Seguradora. O investimento reforça a aposta do grupo no potencial de crescimento do mercado segurador brasileiro e na construção de um modelo multiparcerias no país.
Após a conclusão da reestruturação, a Companhia controla, direta e indiretamente, as empresas Caixa Seguradora S.A., Youse Seguradora S.A. e Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A., além de deter participação societária indireta na Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A..

CONSIDERAÇÕES FINAIS E AGRADECIMENTOS

A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas - representados pela CNP Assurances S.A., CAIXA Seguridade Participações S.A. e CNP Assurances Latam Holding Ltda..
A Companhia reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, representada pela figura da CAIXA Seguridade Participações S.A., e de novos parceiros, além, é claro, do corpo funcional de todas as empresas da Holding.
O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados por todos são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar os desafios dessa nova fase da Companhia.

Brasília, 24 de fevereiro de 2023.
A Administração

Balanço Patrimonial
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
ATIVO					
CIRCULANTE		362.474	569.109	3.541.721	4.289.273
Caixa e equivalentes de caixa		20	206	16.878	23.190
Instrumentos financeiros	5	344.479	328.923	2.411.154	2.976.818
Prêmios a receber de segurados	6.1	–	–	780.964	798.972
Títulos e créditos a receber	6.3	169	3.674	217.550	373.682
Ativos de resseguro	8	–	–	23.258	30.796
Ativo fiscal corrente	9	10.688	12.287	22.820	41.396
Despesas de comercialização diferidas	10	–	–	29.558	64.176
Dividendos a receber	11	6.799	224.019	–	–
Outros ativos		320	–	39.539	35.794
NÃO CIRCULANTE		3.088.962	3.549.387	6.551.599	10.661.185
Instrumentos financeiros	5	53.630	–	3.281.168	6.470.599
Prêmios a receber de segurados	6.1	–	–	152.665	188.624
Títulos e créditos a receber	6.3	–	–	–	179
Depósitos judiciais e fiscais	7	–	–	1.448.816	1.749.270
Ativos de resseguro	8	–	–	35.012	41.319
Ativo fiscal diferido	9	119.299	107.330	1.042.197	1.279.972
Despesas de comercialização diferidas	10	–	–	20.258	295.321
Outros ativos		–	–	1.054	1.418
Investimentos em controladas e coligadas	12	2.910.313	3.434.167	114.192	108.174
Ativos intangíveis		3.339	4.699	174.652	193.780
Propriedades para investimento		–	–	86.070	108.692
Imobilizado	13	2.381	3.191	195.515	223.837
TOTAL DO ATIVO		3.451.437	4.118.496	10.093.320	14.950.458

	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
CIRCULANTE		45.652	287.872	2.186.460	6.146.309
Passivos de seguros	14	–	–	858.476	1.039.820
Débitos operacionais	16	–	–	573.574	605.868
Passivos financeiros	21	–	–	264.434	3.042.574
Dividendos e JSCP a pagar	17	–	228.887	–	241.398
Passivo fiscal corrente	18	8.063	11.368	399.108	560.778
Outros passivos	21	37.589	47.617	90.868	655.871
NÃO CIRCULANTE		353	584	4.444.036	4.784.718
Passivos de seguros	14	–	–	1.471.868	1.410.795
Passivos financeiros	21	–		614	–
Passivo fiscal diferido	9	81	–	475	1.326
Provisões para contingências	20	–	–	2.968.491	3.361.735
Outros passivos	21	272	584	2.588	10.862
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22	3.405.432	3.830.040	3.462.824	4.019.431
Capital social	22.1	2.204.000	2.675.000	2.204.000	2.675.000
Reservas	22.2	1.302.346	1.366.128	1.277.675	1.349.262
Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários		(66.942)	(181.573)	(67.436)	(181.573)
Ajuste de avaliação patrimonial		(33.972)	(29.515)	(33.970)	(29.514)
Participação dos acionistas não controladores		–	–	82.555	206.256
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.451.437	4.118.496	10.093.320	14.950.458
Patrimônio atribuível aos					
Acionistas da Companhia				3.380.268	3.813.175
Acionistas não controladores				82.554	206.256

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Operações continuadas					
Receitas da operação	26.1	–	–	3.076.375	3.349.048
Custos/Despesas da operação	26.2	–	–	(1.411.730)	(1.677.115)
Margem operacional		–	–	1.664.645	1.671.933
Despesas administrativas	26.3	(34.086)	(82.519)	(393.221)	(376.710)
Despesas com tributos	26.4	(2.666)	(3.939)	(119.465)	(126.612)
Resultado financeiro	26.5	54.044	28.401	167.054	168.988
Resultado patrimonial	26.6	1.040.361	1.002.443	112.254	76.187
Outros resultados operacionais	26.7	(3.266)	(3)	123.929	(49.966)
Resultado antes dos impostos e participações		1.054.387	944.383	1.555.196	1.363.820
Imposto de renda	27	(6.549)	14.217	(361.277)	(310.543)
Contribuição social	27	(2.335)	5.136	(220.360)	(221.353)
Lucro líquido das operações continuadas		1.045.503	963.736	973.559	831.924
Lucro líquido das operações descontinuadas	31	–	–	95.144	185.667
Lucro líquido do exercício		1.045.503	963.736	1.068.703	1.017.591
Atribuível aos					
Acionistas da Companhia				1.039.097	959.118
Lucro líquido das operações continuadas				943.952	773.450
Lucro líquido das operações descontinuadas				95.144	185.667
Acionistas não controladores				29.607	58.473
Lucro líquido das operações continuadas				3.469	6.860
Lucro líquido das operações descontinuadas				26.138	51.613
Lucro em reais por ação, atribuível aos acionistas da Companhia					
Básico				219,83	202,91
Diluído				219,83	202,91

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Capital Social	Reservas: Lucros	Reservas: Legal	Reservas: Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ajuste a valor de mercado com T.V.M.	Lucros acumulados	Total atribuível aos acionistas controladores	Ajustes de Consolidação	Participação dos não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.675.000	1.811.617	125.240	16.210	(17.974)	166.516	–	4.776.609	(12.248)	294.519	5.058.880
Dividendos complementares:											
AGOE de 30.03.2021	–	(1.321.788)	–	–	–	–	–	(1.321.788)	–	(39.138)	(1.360.926)
Ajustes de Títulos e valores Mobiliários	–	–	–	–	–	(348.089)	–	(348.089)	–	(88.862)	(436.951)
Avaliação patrimonial investida	–	–	–	–	(11.541)	–	–	(11.541)	–	–	(11.541)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	963.736	963.736	(4.617)	58.473	1.017.591
Avaliação patrimonial investida	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(6.225)	(6.225)
Proposta de destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	–	–	48.187	–	–	–	(48.187)	–	–	–	–
Reserva de retenção de lucros	–	686.662	–	–	–	–	(686.662)	–	–	–	–
Dividendos	–	–	–	–	–	–	(228.887)	(228.887)	–	(12.511)	(241.398)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.675.000	1.176.491	173.427	16.210	(29.515)	(181.573)	–	3.830.040	(16.865)	206.256	4.019.431
Dividendos complementares:											
AGOE de 30.03.2022	–	(457.774)	–	–	–	–	–	(457.774)	–	(37.534)	(495.308)
Dividendos intermediários - conforme AGE de 25.10.2022	–	–	–	–	–	–	(341.399)	(341.399)	–	–	(341.399)
Efeito da Cisão de acervo líquido	(471.000)	(115.696)	–	–	–	–	–	(586.696)	–	(152.193)	(738.889)
Títulos e valores Mobiliários	–	–	–	–	–	114.631	–	114.631	–	40.148	154.779
Avaliação patrimonial investida	–	(194.415)	–	–	(4.457)	–	–	(198.872)	(1.892)	(3.892)	(204.449)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	1.045.503	1.045.503	(6.406)	29.607	1.068.704
Proposta de destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	–	–	52.275	–	–	–	(52.275)	–	–	–	–
Reserva de retenção de lucros	–	651.829	–	–	–	–	(651.829)	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.204.000	1.060.434	225.702	16.210	(33.972)	(66.942)	–	3.405.432	(25.163)	82.555	3.462.824

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Lucro líquido do exercício atribuível aos				
Acionistas da Companhia	1.045.503	963.736	1.039.097	959.118
Acionistas não controladores	–	–	29.607	58.473
Outros resultados abrangentes	(114.631)	(348.089)	154.779	(436.951)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	184.514	(584.519)	251.437	(732.623)
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	(69.883)	236.430	(96.648)	295.672
Total dos resultados abrangentes para o exercício	1.160.134	615.647	1.223.483	580.640
Atribuível aos				
Acionistas da Companhia	1.160.134	615.647	1.153.728	611.029
Acionistas não controladores	–	–	69.775	(30.389)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício, incluindo operações descontinuadas	1.045.503	963.736	1.068.703	1.017.591
Ajustes para:				
Depreciação e amortizações	1.819	1.682	81.161	92.421
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	–	–	(574)	5.506
Variação de juros em passivos de arrendamento IFRS 16	87	51	9.260	9.533
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	–	3	832	10.945
Resultado de Equivalência Patrimonial e JSCP	(1.037.778)	(1.003.191)	(82.694)	(36.734)
Outros Ajustes - diversos	2.365	(10.696)	13.562	37.230
Créditos das operações de seguros e resseguros	–	–	(123.290)	(42.923)
Variação de Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	–	–	(109.247)	(89.101)
Variação nas contas patrimoniais:				
Ativos financeiros	(69.048)	235.458	293.503	1.560.268
Créditos das operações de seguros e resseguros	–	–	637.728	(19.945)
Ativos de Resseguro	–	–	1.180	15.440
Ativo fiscal	(10.370)	18.517	53.555	(218.327)
Depósitos judiciais e fiscais	–	–	167.287	(67.980)
Despesas antecipadas	(320)	322	864	2.484
Custos de Aquisição Diferidos	–	–	–	(1.650)
Outros Ativos	(3.723)	(4.266)	(631.906)	(147.011)
Impostos e contribuições	1.464	(3.578)	611.112	637.230
Outras contas a pagar	(10.173)	6.083	(886)	(101.046)
Débitos de operações com seguros e resseguros	–	–	23.236	(32.527)
Débitos de operações com capitalização	–	–	264	(815)
Depósitos de terceiros	–	–	(56.908)	29.630
Provisões técnicas - seguros e resseguros	–	–	162.675	(708.704)
Passivos financeiros	–	–	(120.939)	(62.062)
Provisões para contingências	–	–	(132.827)	53.686
Outros passivos	(20)	146	(136.996)	(7.414)
Caixa gerado/(consumido) pelas Operações	(80.194)	204.267	1.728.655	1.935.725
Juros pagos	(1)	–	(232)	(720)
Juros recebidos	7.531	2.086	15.327	6.804
Recebimento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	1.126.945	1.160.881	23.512	24.368
Imposto sobre o lucro pagos	(3.576)	(1.759)	(644.361)	(482.488)
Caixa Líquido Gerado/(consumido) nas Atividades Operacionais	1.050.705	1.365.475	1.122.901	1.483.689
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimento pela Venda:	–	–	19.327	3.209
Investimentos	–	–	–	2.207
Imobilizado	–	–	19.323	142
Intangível	–	–	4	860
Pagamento pela Compra:	(22.293)	(386)	(62.636)	(35.395)
Investimentos	(22.000)	–	(3)	–
Imobilizado	(293)	(386)	(24.522)	(2.432)
Intangível	–	–	(38.111)	(32.963)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	22.293	(386)	(43.309)	(32.186)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(1.028.061)	(1.365.005)	(1.078.106)	(1.417.189)
Pagamento de arrendamento	(537)	(289)	(7.798)	(29.592)
Caixa Líquido Gerado/(consumido) nas Atividades de Financiamento	(1.028.598)	(1.365.294)	(1.085.904)	(1.446.781)
Aumento/(Redução) líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(186)	(205)	(6.312)	4.722
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	206	411	23.190	18.468
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	20	206	16.878	23.190

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional e informações gerais

A CNP Seguros Holding Brasil S.A. ("Companhia" ou "Controladora") e a CNP Seguros Holding Brasil S.A. e suas controladas ("Grupo" ou "Consolidado") está sediada na SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF, CEP 70.701-050. A Companhia é controlada indiretamente pelo grupo francês Caisse des Dépôts.
A Companhia tem por objeto social a participação, como acionista, ou sócia, em sociedades empresariais, que exploram: i) atividade de seguros em todos os ramos, incluindo saúde e dental; ii) segmento de capitalização; iii) administração de consórcio; iv) atividades correlatas ou complementares às atividades descritas anteriormente.

1.1. Restruturação societária

a. Acordo de acionistas para aquisição de participação acionária

No dia 13 de setembro de 2022, a CNP Assurances (CNP) e a Caixa Seguridade S.A. (Caixa Seguridade), acionistas da CNP Seguros Holding Brasil S.A., firmaram um contrato de compra e venda de participações societárias, de um lado a CNP se obrigou, por si ou por uma de suas afiliadas, a adquirir da Caixa Seguridade, entre outros termos e condições previstos no Contrato, a totalidade das participações societárias indiretamente detidas pela Caixa Seguridade:

- Companhia de Seguros Previdência do Sul (Previsul) - 48,25%
- CNP Capitalização S.A. (CNP Cap) - 24,61%
- CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios (CNP Consórcio) - 48,25%
- CNP Participações em Seguros Ltda. (Anteriormente denominada Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda.) (Holding SUSEP) - 48,25%
- Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. (Odonto Empresas) - 48,25%

b. Restruturações internas do Grupo

Em atendimento aos requisitos previstos no processo de implementação do acordo firmado entre a CNP Assurances e a Caixa Seguridade S.A., mencionado na nota 1.1.a acima, foram realizadas operações societárias de cisão dentro do Grupo, conforme descrito a seguir.
No dia 31 de outubro de 2022, ocorreu a cisão parcial na Companhia, com o desinvestimento dos ativos referente as empresas: Previsul, CNP Cap, CNP Consórcio e Holding SUSEP. A operação foi realizada a valores contábeis e não provocou nenhum impacto econômico ou financeiro, sendo que os resultados de 2022, acumulados até a data da cisão, permaneceram na Companhia.
A Cisão para o desinvestimento da Odonto Empresas ocorreu em 12 de dezembro de 2022. A operação foi realizada a valores contábeis e não provocou nenhum impacto econômico ou financeiro, sendo que os resultados até novembro de 2022, permaneceram na Companhia.
Apresentamos a seguir o resultado das operações descontinuadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas da operação	694.607	1.040.432
Custos/despesas da operação	(448.343)	(650.797)
Margem operacional	246.264	389.634
Despesas administrativas	(154.690)	(169.901)
Despesas com tributos	(53.447)	(83.745)
Resultado financeiro	126.320	184.734
Resultado patrimonial	(4.681)	(8.303)
Outros resultados operacionais	1.649	(1.152)
Resultado antes dos impostos e participações	161.415	311.267
Imposto de renda	(45.853)	(83.636)
Contribuição social	(20.418)	(41.963)
Lucro líquido das operações descontinuadas	95.144	185.667

Os fluxos de caixa líquidos das operações descontinuadas para os períodos findos de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	12.449	12.413
Atividades operacionais	229.888	197.563
Atividades de investimentos	(204)	(3.056)
Atividades de financiamentos	(217.601)	(194.471)
Aumento/(Redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	12.083	36
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	24.532	12.449

c. Valores das operações

Dando continuidade ao cumprimento das cláusulas do contrato firmado entre a CNP e Caixa Seguridade, a CNP através da sua subsidiária integral, CNP Assurances Participações Ltda, fez a aquisição dos investimentos relacionados a seguir:

Investimento	% Part.	Fechamento	Valor Operação
CNP Consórcio	48,25%	16/11/2022	279.726
Odonto Empresas	48,25%	22/12/2022	24.905
Holding SUSEP	48,25%		
Previsul	*48,25%*		
CNP Cap	*24,61%*	27/01/2023	282.065
Valor total da operação			586.696

d. Aprovações

Em 10 de outubro de 2022, a CNP submeteu à SUSEP o requerimento de autorização prévia para transferência de controle societário da CNP CAPITALIZAÇÃO S.A. (antes denominada CAIXA CAPITALIZAÇÃO S.A.) e da COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL, distribuído sob o nº 15414.630316/2022-50 e aprovado pela Carta Homologatória nº 2/2023/GABIN/SUPERINTENDENTE/SUSEP emitida pela SUSEP em 18 de janeiro de 2023.
Em 23 de fevereiro de 2023, a CNP submeteu à SUSEP o processo de homologação para a transferência de controle societário das companhias mencionadas acima, o qual se encontra sob avaliação do órgão regulador.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.
Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Os ajustes de práticas contábeis são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas em atendimento ao CPC 18 e 36 / IAS 28 e IFRS 10.
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações contábeis preparadas com base no princípio de continuidade.
A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 24 de fevereiro de 2023.

2.1. Consolidação

2.1.1. Controladas

São todas as empresas nas quais a Companhia tem controle direto ou indireto na administração financeira e operacional. A Companhia exerce controle sobre uma investida quando ela possui (i) poder sobre a investida (ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.
As operações entre as Companhias do Grupo, compreendendo os saldos, os ganhos e as perdas não realizados são eliminados.
As políticas contábeis das controladas foram ajustadas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.
Destacamos as principais Companhias e fundos de investimento exclusivos, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas de 2022 e 2021.
Companhias com controle integral, salvo quando indicado de outra forma:
a. CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. - Controlada da Companhia, tem como objeto social a participação em outras sociedades que atuam no segmento regulado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
b. Caixa Seguradora S.A. - Controlada da CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., tem como objeto social a exploração de seguros de ramos elementares e vida.
c. CNP Capitalização S.A. - Controlada pela CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., (51% das ações), e tem como objeto social a comercialização de produtos de capitalização **(operação descontinuada)**.
d. CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios (Anteriormente denominada Caixa Consórcios S.A. Administradora de Consórcios - Administradora de Consórcios) - Controlada da Companhia, tem como objeto social a administração de grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis **(operação descontinuada)**.
e. Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. - Controlada da Companhia, tem como objeto social a atuação como seguradora especializada em seguro-saúde (operação em run-off).
f. Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda. Controlada da Companhia, tem como objeto social no ramo de consultoria e assessoria.
g. Companhia de Seguros Previdência do Sul (Previsul) - Controlada pela CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., tem como objeto social a exploração de seguros de pessoas **(operação descontinuada)**.
h. CNP Participações em Seguros Ltda. (Anteriormente denominada Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda.) - Controlada da Companhia, tem como objeto social a participação em outras sociedades **(operação descontinuada)**.
i. Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. - Controlada da Caixa Seguros Participações em Saúde Ltda., tem como objeto social a atuação como operadora especializada em planos odontológicos **(operação descontinuada)**.
j. Youse Seguradora S.A. - Controlada da CNP Participações Securitárias Brasil Ltda., a exploração de operações de seguros de danos e de pessoas, em quaisquer de suas modalidades ou formas.
k. Fundos de investimentos exclusivos:

Fundos controlados	Percentual de participação 2022 Direto	Percentual de participação 2021 Direto
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO ANGICO	75%	75%
FI CAIXA MARFIM RF	100%	100%
FI CAIXA ANGELIN RF	100%	100%
MARUPÁ FIRF CRÉDITO PRIVADO	100%	100%
BNP PARIBAS ARAUCARIA FIC FIM CRED PRIV	100%	100%
FI CAIXA MOGNO	100%	100%
IMBUIA FIC FIM CRED PRIV INVEST NO EXT	0%	100%
PEROBA FIC FIM CRED PRIV INVEST NO EXT	0%	100%
EBANO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	0%	100%

2.1.2. Participações de acionistas não controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em umas controladas que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

2.1.3. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados.

2.1.4. Fundos imobiliários exclusivos

Ajustes de consolidação relacionados a imóveis em fundos imobiliários exclusivos, quando aplicável, são realizados para refletir depreciações não reconhecidas nestes fundos, bem como a eliminação de ajustes a valor de mercado dos referidos imóveis.

2.2. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o Real a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas subsidiárias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Foram considerados, como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:
- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.
Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:
- Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios do Grupo é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.

O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:
- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de o Grupo ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

2.4.2. Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.4.3. Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir:
- Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.
- Valor justo por meio do resultado - os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

continua→

CNP Seguros holding | Brasil

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★continuação

2.5. Impairment

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

2.6. Ativos relacionados à resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da transferência de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados.

2.7. Imobilizado e intangível

O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pelo Grupo são: i) móveis, máquinas e demais equipamentos - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática e veículos - 20% a.a.. Além do imobilizado descrito acima, a Companhia detém ativos de direitos de uso conforme CPC 06(R2)/IFRS 16, vide notas 2.14 e 13.b.

O intangível refere-se a gastos em desenvolvimento de sistemas informatizados, a serem amortizados a partir da data de sua utilização. A taxa de amortização utilizada pelo Grupo é predominantemente de 20% a.a.

2.8. Contratos de seguros e contratos de investimento

Em linha com o CPC 11, a Companhia efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros em diversos ramos que transferem risco significativo de seguro, risco financeiro ou ambos.

Como guia geral, a Companhia define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra.

Os contratos classificados como contratos de investimento são relacionados aos produtos de capitalização, um tipo de poupança programada combinada com sorteios periódicos de prêmios em dinheiro que não transfere risco de seguro significativo (operação descontinuada em 2022).

2.9. Provisões técnicas de contratos de seguros

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela de prêmio comercial correspondente ao período de risco ainda não decorrido, e que deve ser suficiente para arcar com os sinistros a ocorrer relativos aos riscos ativos de contratos emitidos até a data do fechamento relativo ao balanço.

A Administração constitui, adicionalmente, a parcela relativa aos Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (RVNE) da PPNG, obtida através do valor médio observado dos prêmios emitidos com atraso nos últimos 12 meses, a metodologia está em Nota Técnica Atuarial.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores que as áreas operacionais e jurídicas estimam serem necessários para arcar com os valores atualizados de indenização dos sinistros já avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. Para os sinistros judiciais, a provisão é calculada através da probabilidade de pagamento do sinistro por classificação de perda em função do histórico da Companhia.

A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos, mas ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço, que é estimada pelo método *Chain Ladder* com observações de 24 trimestres para o grupo Patrimonial, observações de 20 trimestres para o Habitacional (Morte e Invalidez por Acidente), observações de 20 trimestres para o Automóvel, observações de 16 trimestres para o Crédito, com observações de 20 trimestres para o Habitacional (Danos Físicos) e 32 trimestres para Habitacional (Fora do SFH).

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos pagamentos futuros dos valores de despesas diretamente relacionadas aos sinistros já ocorridos até a data do fechamento contábil relativo ao balanço. A estimativa da provisão é obtida através da relação entre despesas avisadas e sinistros avisados.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PESL) é constituída pelo valor integral, cobrado pelo prestador ou a ser reembolsado ao segurado, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial.

A Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para o segmento de seguro saúde e odontológico e contempla a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos e ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço e é estimada pelo método de Modelos Lineares Generalizados (GLM), com observações de 8 meses. Ainda para o segmento de seguros saúde, é constituída a Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados no SUS (PEONA-SUS) que considera a aplicação de um fator sobre o total de eventos indenizáveis provenientes do SUS, tal como disposto na RN nº 393/2015 e suas alterações.

Também no segmento de seguros-saúde, tem-se a Provisão para Remissão que é constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão dos prêmios referentes à cobertura de assistência a saúde, firmadas com o beneficiário a partir do mês seguinte ao conhecimento do óbito do segurado titular do plano, contemplando todos os dependentes cadastrados por período de 1 (um) ou 2 (dois) anos, a depender do contrato firmado. A provisão é calculada mensalmente conforme metodologia de avaliação de reserva matemática a partir da anuidade atuarial e da despesa assistencial esperada identificadas por contrato no momento do cálculo.

A Provisão para Insuficiência de Prêmios (PIC) é constituída quando constatada a insuficiência de prêmios para cobertura dos sinistros a ocorrer. Um fator calculado em função dos fluxos de entradas e saídas, e posteriormente aplicado sobre a soma do prêmio nos últimos 12 meses, tal como disposto na RN nº 393/2015 e suas alterações.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída para a cobertura da insuficiência nas provisões técnicas, quando esta for constatada pelo Teste de Adequação de Passivos (TAP), nos termos do CPC 11.

2.10. Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros

a. Passivos de contratos de seguros

Os contratos que transferem risco significativo de seguro para o Grupo são avaliados segundo uma metodologia, ou modelo contábil aplicável para contratos de seguro. Em linha com a legislação vigente, a Companhia utilizou as regras do CPC 11 para avaliação destes contratos. Essas regras prevêem uma isenção que permite que uma Seguradora utilize suas políticas contábeis anteriores a adoção do CPC 11, utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro.

Além da utilização desta importante isenção, o Grupo aplicou às regras e procedimentos mínimos previstos no CPC 11 para avaliação de contratos de seguro que incluem: i) a realização de um teste de adequação dos passivos de contratos de seguro ou, Teste de Adequação de Passivo (TAP); ii) identificação de derivativos embutidos.

b. Custos incorridos na emissão de contratos de seguros, títulos de capitalização e a venda de cotas de consórcios

O Grupo registra como um ativo os gastos que são diretamente incrementais e que possam ser avaliados com confiabilidade, relacionados à emissão ou renovação de contratos de seguro, à emissão de títulos de capitalização e à venda de cotas de consórcios. Esses gastos são representados principalmente por despesa de comissão. Os demais gastos são registrados como despesa, conforme incorridos. A amortização deste ativo ocorre de acordo com o período de vigência dos contratos, considerando os produtos de seguros, capitalização e consórcios, e seu prazo médio de vigência em 2022 foi de 27 meses (36 em 31 de dezembro de 2021).

c. Teste de adequação dos passivos (TAP)

Conforme requerido pelo CPC 11, a Companhia promoveu um teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste.

Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixas futuros, os contratos foram agrupados conforme os ramos por riscos similares.

No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida, conforme abaixo:

a) Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ): para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados os índices, conforme *rol* divulgado pela SUSEP;

b) Sinistralidade: para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de mortalidade em suas projeções, foram utilizadas as tábuas BR-EMS 2021; para sinistros decorrentes de produtos que utilizam tábua de invalidez, foi utilizada a tábua Álvaro Vindas; para estimativa dos sinistros decorrentes de produtos que não utilizem tábuas biométricas e foram apuradas sinistralidades com base no histórico observado, de cada produto que compõe o estudo. Para projeção por grupo foi utilizada a sinistralidade abaixo:

• Automóvel: 73,8%;
• Patrimonial: 17,7%;
• Pessoas: 21,1% para os produtos que não se aplicam tábua, BR-EMS MT para coberturas de morte e Álvaro Vindas para coberturas de invalidez; e
• Habitacional: 2,8% cobertura de danos físicos ao imóvel, BR-EMS MT para coberturas de morte e Álvaro Vindas para coberturas de invalidez; e
• Saúde: 394%;

a) Cancelamento: para estimativa de cancelamentos anuais utilizados no modelo, quando aplicável, foram utilizadas as bases históricas da evolução de contratos ativos observado de cada grupo que compõe o estudo;

b) Resseguro: as projeções foram geradas considerando os valores dos fluxos brutos de resseguro.

Como conclusão dos testes realizados não foram encontradas insuficiências em nenhum dos agrupamentos analisados, para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

2.11. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui passivo contingente para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os passivos contingentes são constituídos a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Ativo contingente somente é reconhecido quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.12. Apuração do resultado

a. Os prêmios de seguro, cosseguro aceito, prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização relacionados aos contratos de seguros, são registrados quando da emissão das apólices e ajustados, com base em estimativas dos prêmios relativos a operações nas quais o risco coberto só é conhecido após o início do período de cobertura.

b. A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado a partir da data de emissão do título, ou momento de solicitação dos resgates. No caso dos títulos de capitalização contratados por meio de pagamentos mensais ou periódicos, o fato gerador do registro da receita será emissão do título para a primeira parcela, e para as demais parcelas a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor.

c. Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem. As despesas de comissão sobre venda de cotas de consórcio, anteriormente reconhecidas no momento da inclusão dos consorciados nos grupos, passaram a ser diferidas pelo prazo da obrigação de desempenho.

d. As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento.

e. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.13. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. São reconhecidos no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 anuais.

A contribuição social sobre o lucro da Controladora foi calculada a alíquota de 9% e, para as Controladas a contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, nos períodos de janeiro de 2021 a junho de 2021 e janeiro de 2022 a julho de 2022, de acordo com a legislação. A Lei nº 14.183 de 2021, majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20%, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, sendo essa alíquota aplicada. Para o período de agosto de 2022 a dezembro de 2022 foi calculada a alíquota de 16%, com base na Lei nº 14.446, de 2 de setembro de 2022, que converteu a Medida Provisória 1.115/2022, a qual elevou à alíquota da Contribuição Social das pessoas jurídicas de seguros privados, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas na rubrica de impostos e contribuições no passivo circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Controladora e de suas Controladas individualmente. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

2.14. Operações de arrendamento

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

O reconhecimento pelo valor presente de contratos de arrendamentos com prazos superiores a 12 meses e com valores substanciais para os arrendatários. A forma de apresentação obedece aos critérios de reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo valor presente e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e amortização e despesa financeira oriundas dos juros a transcorrer sobre o passivo.

Os ativos de direito de uso (contrato de aluguel de imóvel) são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando eventuais renovações ou cancelamentos. O valor presente dos pagamentos de arrendamentos é calculado de acordo com taxa de juros de mercado.

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Os ativos de direito de uso são mensurados:

Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem a todos os arrendamentos mercantis. A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou o expediente prático ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17, sendo que não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, assim como bens com valores inferiores a 5 mil dólares.

2.15. Adoção do IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A Companhia adotou o CPC 48 - Instrumentos Financeiros/IFRS 9 - *Financial Instruments* em 1º de janeiro de 2022. Tal aplicação foi postergada em relação à data inicial de entrada em vigor da norma, 1º de janeiro de 2018, devido à isenção aplicável às empresas que têm suas operações substancialmente representadas por contratos de seguros, que passarão a adotar essa norma em conjunto com o CPC 50 - Contratos de Seguro/IFRS 17 - *Insurances Contracts*, a partir de 1º de janeiro de 2023. Como a Companhia passou a não atender os critérios estabelecidos para usufruto da isenção no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi obrigada a iniciar a aplicação do CPC 48/IFRS 17 a partir de 1º de janeiro de 2022.

A Companhia aplicou o IFRS 9 prospectivamente, e não reapresentou as informações comparativas, que continuam sendo divulgadas de acordo com a norma anterior.

As mudanças mais significativas identificadas pela Companhia estão relacionadas à classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros.

De acordo com a norma, os ativos e passivos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado - VJR ("FVTPL - *Fair Value through Profit or Loss*"), pelo custo amortizado - CA, ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA ("*FVOCI - Fair Value through Other Comprehensive Income*"). A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

Na data da aplicação inicial, a Companhia avaliou quais modelos de negócios se aplicam aos seus ativos financeiros e os classificou de acordo com as categorias do IFRS 9/CPC 48. A reclassificação dos instrumentos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2022 foi a seguinte:

	Categoria de mensuração		Saldo Contábil		
Controladora	IAS 39	IFRS 9	IAS 39	IFRS 9	Diferença
Ativos Financeiros					
Investimentos financeiros	Valor justo por meio do resultado	FVTPL	328.923	328.923	–
Outros ativos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.674	3.674	–
Passivos financeiros					
Outros passivos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	48.201	48.201	–

	Categoria de mensuração		Saldo Contábil		
Consolidado	IAS 39	IFRS 9	IAS 39	IFRS 29	Diferença
Ativos Financeiros					
Investimentos financeiros	Valor justo por meio do resultado	FVTPL	2.094.091	2.094.091	–
Investimentos financeiros	Disponível para venda	FVOCI	6.139.050	6.139.050	–
Outros ativos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.214.275	1.214.275	–
Passivos financeiros					
Passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.042.574	3.042.574	–
Outros passivos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	666.733	666.733	–

A adoção do IFRS 9 não trouxe impactos ao patrimônio líquido da Companhia.

2.16. Adoção do IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017 o IASB (*International Accounting Standards Board* - IASB), publicou a nova norma IFRS 17 "Contratos de Seguros", onde estabeleceu os princípios contábeis para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. A IFRS 17 introduziu uma série de novos requerimentos de mensuração e divulgação comparado à norma IFRS 4 - Contratos de Seguros, atualmente vigente. Em maio de 2021, o Conselho de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aderiu a norma através do CPC 50.

Deste modo, ficou acordado que o CPC 50/IFRS 17 substituirá o CPC 11/IFRS 4, para os exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 (com informações comparativas para 2022 a serem apresentadas na mesma base).

O CPC 50/IFRS 17 será aplicado a:
• contratos subscritos de seguro e resseguro;
• todos os contratos de resseguro mantidos;
• contratos de investimento com característica de participação discricionária.

Diferente da norma IFRS 4, a norma CPC 50 / IFRS 17, traz a necessidade da separação dos contratos de seguros em grupos de contratos, ou *cohortes*, com no máximo doze meses de emissão. Além disso, cada grupo de contrato passa a ser dividido com base na expectativa de rentabilidade apresentada por esses portfólios, onde em seu reconhecimento inicial pode ser classificado como:
• grupo de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial;
• grupo de contratos que, no reconhecimento inicial, tem possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente; e
• grupo de contratos remanescentes na carteira, ou seja, contratos rentáveis.

Além disso, a norma traz novos modelos de mensuração para os contratos de seguro, cujos modelos não eram previstos na IFRS 4. Os modelos de mensuração são determinados com base em critérios específicos que envolvem análises quantitativas e qualitativas sobre esses contratos. Os modelos de mensuração podem ser segregados em três:
1. Abordagem de Mensuração Geral (BBA - Building Block Approach)
2. Abordagem de Alocação de Prêmios (PAA - Premium Allocation Approach), ou abordagem simplificada; e
3. Abordagem de Taxa Variável (VFA - Variable Fee Approach) para contratos com características de participação direta.

O modelo de Abordagem de Mensuração Geral (BBA - *Building Block Approach*) é o modelo padrão da norma, podendo ser aplicado a todos os contratos com exceção dos contratos de participação direta que possuem um modelo contábil específico. No BBA, o passivo/obrigação dos contratos, serão mensurados de acordo com seguintes blocos:
1. Fluxos de caixa futuros esperados: de prêmios, sinistros, benefícios, despesas e custos de aquisição;
2. Desconto "Valor do dinheiro no tempo": ajustes que convertem o fluxo de caixa futuro em valores correntes;
3. Ajustes de riscos (RA): competem em avaliações específicas da companhia sobre as incertezas do valor e a época dos fluxos de caixa futuros; e
4. Margem de Serviço Contratual ("CSM"): correspondente à expectativa de "Lucro" que o contrato possa fornecer.

A CSM representa o lucro não auferido do grupo de contratos de seguro que a entidade reconhecerá à medida que presta serviços no futuro. É incluída na receita diferida do balanço e reconhecida no resultado à medida que os serviços são prestados. A CSM é ajustada a medida em que ocorra mudanças nos fluxos de caixa futuros estabelecidos no item 1, dos blocos mencionados acima.

Um segundo modelo de mensuração a Abordagem de Taxa Variável (VFA - *Variable Fee Approach*), é aplicável a contratos de seguro com características de participação direta que contenham as seguintes condições:
• os termos contratuais especificam que o segurado participa de uma parcela de um pool de itens subjacentes claramente identificados;
• a entidade espera pagar ao titular da apólice um valor igual a uma parcela substancial do valor justo dos retornos dos itens subjacentes; e
• espera-se que uma proporção substancial dos fluxos de caixa que a entidade espera pagar ao titular da apólice varie de acordo com as mudanças no valor justo dos itens subjacentes.

O modelo "PAA", ou Abordagem de Alocação de Prêmio, é um modelo simplificado da norma CPC 50 / IFRS 17, permitido para grupos de contratos de seguro, que tenham o limite de contrato inferior a 12 meses. Esse modelo é opcional e pode ser aplicada a:
• todos os contratos de seguro que não sejam aqueles com características de participação direta, desde que o modelo PAA produza uma mensuração que não difira significativamente daquela produzida aplicando-se o modelo BBA;
• contratos de curta duração (período de cobertura de um ano ou menos).

O modelo PAA possui reservas para cobertura remanescente, baseado no modelo de prêmios não ganhos, assemelhando-se a norma IFRS 4, porém com certas diferenças pontuais no mecanismo de avaliação e apresentação. A norma permite ainda que a apropriação da receita no modelo PAA seja realizada concomitantemente com a liberação de risco dos contratos de seguro classificados nesse modelo contábil.

Para completa aderência à norma, fica estabelecido a necessidade de adequação dos saldos entre normas. Essa transição deve ocorrer no início do período de relatório anual, imediatamente anterior à data da aplicação inicial, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2023 para empresas que não consideram a aplicação antecipada da CPC 50 / IFRS 17.

De acordo ainda com as disposições da norma IAS 8 - *Accounting Policies, Change in Accounting Estimates and Erros* (equivalente ao CPC 23), os períodos comparativos e o impacto da norma deverão ser divulgados na demonstração da Companhia de modo que o impacto possa ser compreendido pelo usuário da demonstração financeira. Deste modo, com a adoção da norma em 1º de janeiro de 2023 e com a primeira publicação anual para o fim deste mesmo ano, a Companhia deverá elaborar a divulgação de suas demonstrações financeiras comparativas e divulgação das mudanças de políticas contábeis também para 2022.

O estoque dos contratos de seguros deve ser apurado de acordo com a CPC 50 / IFRS 17 em 1º de janeiro de 2023 (e período comparativo), para isso a Companhia deverá adotar uma abordagem de transição. Sendo então a data de transição 1º de janeiro de 2022.

Existem 3 tipos de abordagens para aplicação da transição da CPC 50 / IFRS 17, que poderão ser adotadas por portfólio, sendo:
1. Abordagem Retrospectiva Total (FRA -*Full Retrospective approach*)
2. Abordagem Retrospectiva Modificada (MRA - *Modified Retrospective approach*)
3. Abordagem de Valor Justo (*FVA - Fair value approach*)

O CPC 50 / IFRS 17 determina que o modelo prioritário a ser aplicado é a abordagem retrospectiva total (FRA) o qual pede informações completas do grupo de contratos, desde a data inicial da prestação do contrato de seguro. Entretanto a aplicação dele se dará de acordo com a disponibilidade ou qualidade de dados existentes, que é determinada em decorrência de esforços que a companhia terá que realizar para acessar esses dados, e até qual data a companhia terá acesso as suas informações, uma vez que mudanças sistemáticas podem fazer com que alguns contratos muito antigos percam suas informações desde o início de sua vigência. A companhia poderá encerrar a busca quando o acesso a estes dados for impraticável, ficando a critério da companhia a escolha entre as demais abordagens de transição, Abordagem Retrospectiva Modificada (MRA) ou Abordagem de Valor Justo (FVA). Cabe citar que, de acordo com o IAS 8 a aplicação de um requisito é impraticável quando a Companhia não pode aplicá-lo depois de fazer todos os esforços razoáveis para o fazer.

Impacto esperados nas demonstrações financeiras pela aderência à norma:

Visto as principais características da norma, a aplicação do CPC 50 / IFRS 17 terá um impacto significativo nas Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:
1. Modificará a apresentação do balanço e as notas explicativas.
2. A demonstração de resultados será composta por dois indicadores principais:
• Resultado do serviço de seguros, correspondente à receita de seguros, a amortização do CSM e o ajuste de risco, o ajuste de experiência (diferença entre sinistros e despesas esperados e sinistros pagos e despesas) e despesas com contratos onerosos; e
• Receita ou despesa de investimento;
3. Também ocorre grande reorganização dos processos de gestão, incluindo contabilidade estatutária, encerramento de contas, contabilidade da gestão e sistemas de relatórios internos e externos;
4. As ferramentas de modelagem atuarial também são afetadas; e
5. Adicionalmente, será necessário ajustar a organização interna dos processos contabilísticos, com a introdução de novos processos de mensuração, consolidação e reporte.

Análises iniciais para implementação da norma:

Antecipadamente à adoção das normas, a Companhia realizou os estudos de implementação para adequação de seus registros contábeis, a fim de atender os requisitos da nova norma, apresentando sua divisão de portfólios, identificando seus modelos de mensuração e definição da abordagem de transição, o portfólio da Companhia contém contratos que se qualificam para a Abordagem de Mensuração Geral (BBA). A Companhia não pretende aplicar o modelo de Abordagem De Alocação De Prêmios (PAA) aos portfólios de seguros, com exceção dos portfólios de resseguro onde teremos portfolios com mensuração pelo PAA, principalmente nos contratos não proporcionais que tem vigência de 1 ano e, por ser resseguro, não é necessário fazer teste de onerosidade.

A Companhia, durante a implementação da norma, efetuou os passos pertinentes para completa adequação. O primeiro passo, similar à abordagem utilizada no IFRS 4, foi definir os agrupamentos dos portfólios, contendo contratos com riscos similares que são administrados em conjunto. O segundo passo foi dividir os portfólios em grupos de contratos de acordo com critérios de rentabilidade e *cohortes* no máximo anuais. Por último, para permitir a correta avaliação do modelo de mensuração de cada portfolio, foi feita a definição da fronteira dos contratos.

Conforme avaliação da Companhia e estudos, ficaram definidas as seguintes segmentações de divisão de portfólio, mensuração e transição de cada controlada da Companhia, impactada pela norma:

Portfólios - Seguros	Modelo de Mensuração	Modelo de Transição
Automóveis	BBA	FVA
Riscos Diversos	BBA	FVA
Riscos de Engenharia	BBA	FVA
Quebra de Garantia de Crédito	BBA	FVA
Hipotecário DFI e MIP (vendas até 2009)	BBA	FVA
Hipotecário MPI Hipotecário DFI e MIP (vendas posteriores 2009)	BBA	MRA
Residencial - plataforma digital Youse	BBA	FVA
Automóveis - plataforma digital Youse	BBA	FVA
Vida - plataforma digital Youse	BBA	FVA
Saúde	BBA	FVA

Em função das operações de reestruturação ocorridas em 2022, conforme nota 1.1., estamos apresentando acima os portfólios vigentes em 31/12/2022. Para o modelo de transição, dada a impraticabilidade do modelo *full retrospective*, a maioria dos portfolios estão avaliados pelo *Fair Value Approach* (FVA), com exceção dos portfolios Hipotecário MIP e DFI onde foi utilizado o *Modified Retrospective Approach* (MRA) safras de 2010 a 2021. Para esses grupos retroagimos até o ano 2010 e fizemos o cálculo da CSM em 31/12/2009 a partir de fluxos projetados e reais, e, posteriormente amortizamos essa CSM entre 2010 e 2021 via o *driver* Capital a Risco para chegar na CSM de transição em 31/12/2021.

O Grupo definiu para grande parte dos portfólios a abordagem de modelo geral de mensuração (BBA), que consiste nos fluxos de caixa de cumprimento e na margem de serviço contratual. Os fluxos de caixa de cumprimento constituem o valor presente ajustado ao risco dos direitos e obrigações, ou seja, as estimativas dos fluxos de caixa futuros esperados ajustados pelo risco financeiro (taxa de desconto) e um ajuste de risco explícito para riscos não financeiros. Nesse sentido a metodologia escolhida em relação ao ajuste para riscos não financeiros (RA) a norma permite escolher uma metodologia, desde que ela se adeque a certas diretrizes, por exemplo, dois produtos iguais onde um tem um prazo maior que o outro, o produto com mais prazo precisa ter um RA maior. companhia é a de Value at Risk (VaR) com um nível de confiança de 80%. Dado que os modelos utilizados são determinísticos, a forma de aplicar esse método é via choques calibrados com o nível de confiança aplicados no valor de *Best Estimate* central. Esses choques representam os diferentes riscos que o produto está exposto (mortalidade, cancelamento, catastrófico etc.). Para juntar esses impactos em um valor único de RA é utilizada a metodologia de Solvência II.

No IFRS 17, a receita de seguro tem agora em uma linha a prestação de serviço de seguros traduzida como "Amortização de CSM" e não mais o volume de prêmios.

O Grupo definiu para alguns portfólios a abordagem de modelo geral de mensuração (BBA) que consiste nos fluxos de caixa de cumprimento e na margem de serviço contratual. Os fluxos de caixa de cumprimento constituem o valor presente ajustado ao risco dos direitos e obrigações de um tratado de resseguro e são compostos pelas estimativas dos fluxos de caixa futuros esperados, seu desconto e um ajuste de risco explícito para riscos não financeiros. Enquanto para atenderem a Abordagem de Taxa Variável contratos relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base nos itens subjacentes.

As receitas e despesas financeiras de seguros decorrem do desconto dos efeitos e riscos financeiros. De acordo com a opção concedida pelo IFRS 17, as mudanças em certas variáveis financeiras podem ser reconhecidas como lucros ou prejuízos na Demonstração do Resultado Exercício (P&L) ou em Outros Resultados Abrangente (OCI). Essa "opção OCI" é exercida no nível de carteiras individuais e será utilizada pela Companhia em seus portfólios, uma vez que a maior parte de seus ativos financeiros que cobrem reservas são classificados no IFRS 9 como "Valor justo por meio de outros resultados abrangentes". Alterações nas premissas de serviço futuro que não estão relacionadas a taxas de juros ou riscos financeiros não são reconhecidas diretamente na demonstração do resultado, mas são contabilizadas contra a margem de serviço contratual (CSM) e, portanto, distribuídas pelo período restante de cobertura conforme a CSM é amortizada. O reconhecimento em resultados é imediato no caso dos grupos de contratos de seguros que se prevê serem deficitários no reconhecimento inicial (grupos de contratos onerosos) e no caso de alterações que impactam o serviço passado, por exemplo, mudança na lei de pagamento de sinistros já incorridos.

Em comparação com a divulgação atual, a expectativa do Grupo é que o balanço mostre a troca das provisões técnicas pelas contas de passivos de cobertura remanescente (LRC - *Liability for remaining coverage*) e pelos passivos já incorridos (LIC - *Liability for incurred claims*), descontadas com as taxas de juros atuais em cada caso e incluirão uma margem explícita para lucros futuros. Quanto à demonstração de resultados, as liberações periódicas da CSM para resultado e o ajuste de risco não financeiro serão os principais direcionadores do lucro. Apesar do projeto de implementação da IFRS 17 estar em fase final, as implicações do IFRS 17 para as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia não podem ser quantificadas de forma confiável na data de publicação do presente relatório financeiro anual, já que as carteiras ainda estão sendo processadas e controles implementados.

Para a transição entre normas, a Companhia está utilizando informações que estão disponíveis sem esforço excessivo. A abordagem retrospectiva modificada destina-se a chegar a um resultado geral que se aproxime da aplicação retrospectiva completa, entretanto alguns portfólios não apresentam todas as informações nas quais o Abordagem Retrospectiva Modificada (MRA) se baseia, sendo necessário realizar Abordagem De Valor Justo (FVA) em alguns portfólios.

Para os contratos onde iremos aplicar a abordagem do valor justo, a CSM de um grupo de contratos na data de transição é estabelecida como a diferença entre o valor justo valor deste grupo calculado de acordo com o IFRS 13 "mensuração de valor justo" e os correspondentes fluxos de caixa de cumprimento calculados de acordo com o IFRS 17.

A expectativa da Companhia, que cada uma das abordagens de transição acima mencionadas seja aplicada na data de transição, diferenciados de acordo com determinados grupos de contratos.

Impacto estimado da adoção da norma na transição

A avaliação do impacto é preliminar uma vez que nem todo o trabalho de transição foi finalizado pela Companhia, até o presente momento de divulgação desta nota explicativa. O impacto real da adoção do IFRS 17 em 01 de janeiro de 2023 e 2022 pode alterar em função de:
• a Companhia continua a refinar os novos processos contábeis e controles internos necessários para aplicação do IFRS 17;
• a Companhia não concluiu o teste e avaliação dos controles sobre seus novos sistemas de TI e mudanças em sua estrutura de governança;
• as novas políticas contábeis, premissas, julgamentos e técnicas de estimativa empregadas são sujeitos a alterações até que a CNP Holding Brasil finalize suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial; e
• auditoria dos valores ainda não foi finalizada.

continua★

CNP Seguros holding | Brasil

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★ continuação

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: i. informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

- Notas 2.9, 2.10.b e 14.3 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos;
- Nota 5 - Ativos Financeiros (instrumentos financeiros);
- Nota 9 - Ativos fiscais e passivos diferidos; e
- Nota 22 - Provisões para processos judiciais.

4. Gerenciamento de riscos

A implementação do Acordo de Basiléia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA) exige a implantação de estruturas de gestão de riscos, seguindo critérios mínimos específicos como a criação do cargo de Gestor de Riscos (*Chief Risk Officer*), independente, assegurando a função de liderança no sistema de gestão de riscos. As responsabilidades da Diretoria de Riscos - DIRRIS são:

- Definir a visão estratégica do *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, e operacionais, socioambientais e de *Compliance*;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as políticas definidas pela Direção Geral do Grupo e monitorar sua implementação dentro de Unidades de Negócios;
- Gerar Alertas para as gerências quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares dos normativos Solvência II e *Own Risk and Solvency Assessment - ORSA* e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Certificar todo o monitoramento e a eficácia dos dispositivos existentes para acompanhamento dos riscos em todas as operações do Grupo;
- Promover o risco na cultura do Grupo para a tomada de decisões, de acordo com as políticas do Grupo;
- Garantir a aplicação de controles em todas as subsidiárias do Grupo.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado de modo integrado, dentro de um processo, e apoiado na sua estrutura de Controles Internos e *Compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos da Organização permite que os riscos de Seguro, Crédito, Liquidez, Mercado e Operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

O Grupo conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.

Adicionalmente, o Grupo vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros críticos e parceiras, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, a prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, a prevenção à fraude, entre outros.

4.1. Risco de seguro

4.1.1. Riscos inerentes

Risco inerente é a hipótese de ocorrência de irregularidades, equívocos ou mesmo grandes erros capazes de comprometer uma atividade.

O Grupo dispõe de grande diversidade de produtos, incluindo seguro de vida, patrimoniais, saúde e odonto para pessoas físicas e jurídicas. Neste ambiente, os riscos inerentes às atividades do Grupo são:

a. Risco estratégico - Falta de capacidade em proteger-se, adaptar-se ou antecipar-se a mudanças (econômicas, tecnológicas, mercadológicas e etc.) que possam impedir o alcance dos objetivos e metas estabelecidas.

b. Risco atuarial - Metodologias e/ou cálculos incorretos da tarifação do seguro, pela insuficiência da manutenção de tabelas de preços, bem como de reajustes periódicos a serem aplicados nas apólices, e pela inadequada constituição das provisões técnicas.

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar de valor.

4.1.2. Controle do risco de seguro

A Gestão de Riscos permite que os riscos de seguro sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados através de um forte mecanismo de controle implantado, incluindo funções de gerenciamento de risco, funções de controle interno e funções de auditorias internas e externas.

A Companhia conta com um regime de alçadas delineado e com padrões de operação bem definidos por meio de normas, procedimentos e atribuições bem descritos, divulgados e monitorados. Além disso, a Companhia dispõe de políticas de subscrição de risco, de prevenção à fraude, lavagem de dinheiro, e segurança da informação (implantadas e monitoradas), e com o trabalho de profissionais de risco e conformidade designados, conhecedores de suas atribuições e atuantes em todas as áreas.

4.1.3. Estratégia de subscrição

A política de aceitação de riscos abrange todos os ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas atuariais na avaliação de viabilidade dos produtos. A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

4.1.4. Estratégia de resseguro

A estratégia de resseguro do Grupo é baseada numa estrutura central de contratos por risco e catastróficos que se aplicam de forma corporativa a riscos de diversas carteiras, sendo segregados principalmente em Vida e Não-Vida. Ao redor dessa estrutura central, contratos de menor porte são direcionados à cobertura de riscos específicos, negociados caso a caso. Qualquer que seja o tipo de contrato, o atendimento ao ambiente regulatório e às diretrizes da Política de Resseguro são observados em toda a sua abrangência. O programa de resseguro reflete a posição estratégica estabelecida pelo Comitê de Governança de Riscos, priorizando a retenção de prêmios pela seguradora. Há casos, também, em que a parceria com um ou mais resseguradores se destina mormente à aquisição de conhecimento e sua correspondente solidificação dentro do Grupo.

O Grupo adota uma postura bastante prudente e conservadora na linha dos chamados riscos especiais, onde não atua como líder. Os riscos especiais abrangem os segmentos de seguros Rurais, Garantia, Riscos de Engenharia Grupo II, Responsabilidade Civil, Riscos Operacionais e Nomeados, Transportes, Valores, Obras de Arte, Cascos (*Aviation e Marine*) ou, de modo geral, todo e qualquer risco ou atividade excluídos dos contratos de resseguro corporativos, de modo a resguardar a seguradora não somente no aspecto financeiro, mas também quanto ao risco de imagem.

O quadro a seguir apresenta, por contrato de resseguro, as carteiras cobertas, os resseguradores e seus respectivos *ratings*:

Contrato de Resseguro	Carteira	Resseguradores	Participação	*Rating*[1]	Condição
Patrimonial por risco	MR Residencial, MR Empresarial, Risco de Engenharia e Habitacional/DFI	Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55,0%	A+	Local
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	20,0%	A	Local
		IRB Brasil Resseguros S/A	15,0%	A-	Local
		Liberty Syndicate Lloyd's 4472	10,0%	A	Eventual
Catástrofe de riscos patrimoniais	MR Residencial, MR Empresarial, Risco de Engenharia, Habitacional/DFI e Automóvel	Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55,0%	A+	Local
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	20,0%	A	Local
		IRB Brasil Resseguros S/A	15,0%	A-	Local
		Liberty Syndicate Lloyd's 4472	10,0%	A	Eventual
Catástrofe umbrella (vida e não-vida)	MR Residencial, MR Empresarial, Risco de Engenharia, Habitacional/DFI, Automóvel, Habitacional/MIP e Vida Individual	Munich Re do Brasil Resseguradora S/A	55,0%	A+	Local
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	25,0%	A	Local
		IRB Brasil Resseguros S/A	20,0%	A-	Local
Catástrofe de vida (riscos de pessoas)	Habitacional/MIP e Vida Individual	Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	60,0%	A	Local
		Hannover Rückversicherung AG	25,0%	A+	Admitido
		IRB Brasil Resseguros S/A	15,0%	A-	Local
Facultativo Empresarial CEF (2)	MR Empresarial (Patrimônio do CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)	IRB Brasil Resseguros S/A	50,0%	A-	Local
		Swiss Re do Brasil Resseguros S/A	20,0%	A+	Local
		Chubb Resseguradora do Brasil S/A	19,5%	A	Local
		Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros S/A	10,0%	A	Local

[1] Ratings pela A.M.Best (rating da casa matriz para resseguradores estrangeiros ou resseguradores locais de origem estrangeira).

[2] Cobertura total de resseguro de 99,5% (cessão em quota-parte).

4.1.5. Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

Um dos métodos de grande relevância no gerenciamento de riscos de uma seguradora é a Gestão de Ativos e Passivos - *Asset Liability Management (ALM)*. Utilizando dentre diversas metodologias reconhecidas mundialmente, o casamento dos fluxos de caixa de ativos e passivos, engloba o gerenciamento ativo dos investimentos financeiros, com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo é otimizar a relação entre volatilidade e taxa de desconto, alinhando os desinvestimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração a mitigação dos riscos, duração, rentabilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. Trimestralmente são realizados estudos gerenciais de ALM para as carteiras da Seguradora, Capitalização, além dos estudos específicos em atendimento à legislação, bem como acompanhamento mensal dos indicadores de ALM.

4.1.6. Teste de sensibilidade

As análises de sensibilidade do Grupo considerando-se às mudanças nas principais premissas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, líquidos dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros a seguir, demonstrando os impactos de cada premissa no resultado e no patrimônio líquido:

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
Sensibilidade	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Taxa +1% (a)	-0,64%	-0,64%	-1,04%	-1,04%
Taxa -1% (a)	0,66%	0,66%	1,06%	1,06%
Mortalidade/Sinistralidade +5% (b)	4,29%	4,30%	5,15%	5,17%
Mortalidade/Sinistralidade -5% (b)	-4,29%	-4,30%	-5,15%	-5,17%
Inflação +1% (c)	-0,32%	-0,32%	0,00%	0,00%
Inflação -1% (c)	0,34%	0,34%	0,00%	0,00%

Notas:

a) A sensibilidade à taxa de juros foi calculada sobre os ativos financeiros, pelo modelo de cálculo de *duration* e convexidade, considerando a curva de juros prefixada 100 *basis points* para cima e para baixo;

b) Para o teste de sensibilidade da mortalidade/sobrevivência, consideramos o cenário de (des)agravamento "A" em +- 5% no volume de sinistros ocorridos, dessa forma o montante de sinistros encontrados nos cenários de stress considera a seguinte fórmula: Sinistros A = Sinistros Ocorridos * (1+A). Por fim, buscando uma estimativa simplificada do impacto no resultado, o impacto percentual informado considera a seguinte relação:

IMPACTO % = Resultado antes dos impostos e participações + (Sinistros Ocorridos – SinistrosA) Resultado antes dos impostos e participações

c) O cálculo do risco de inflação considera exclusivamente o impacto direto sobre o apreçamento dos ativos e passivos e a imunização deste risco por meio da estratégia de investimentos. Na ausência de descasamentos e/ou ativos pós-fixados, o risco é equivalente a zero. Porém, é importante destacar que a inflação interfere nas curvas de juros e, por consequência, impactará no valor de mercado. Neste contexto, o cálculo de sensibilidade das curvas de juros considera a abertura ou fechamento da curva de juros, também, em razão do risco indireto da flutuação da inflação;

4.2. Risco de crédito

Representa a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, das suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

As áreas-chave em que o Grupo está exposto ao risco de crédito são:

i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referente a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a empréstimos e recebíveis; e vi) montantes referentes a títulos de dívidas.

O Grupo está exposto a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outras. Atualmente a Companhia utiliza a avaliação da *Fitch Ratings*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros (exceto derivativos, que se encontra descrita na Nota 5.4).

	31/12/2022			31/12/2021		
	Controladora			Controladora		
Composição dos ativos	BB	Sem *Rating*	Total	BB	Sem *Rating*	Total
Ao valor justo por meio do resultado	54.696	214.546	269.242	79.863	249.060	328.923
Fundos de investimentos	–	214.787	214.787	–	248.381	248.381
Letras financeiras do tesouro	15.516	–	15.516	29.782	–	29.782
Operações compromissadas	39.180	–	39.180	50.081	–	50.081
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	128.867	–	128.867	–	–	–
Letras do tesouro nacional	88.943	–	88.943	–	–	–
Notas do tesouro nacional	39.924	–	39.924	–	–	–
Títulos e créditos a receber	–	169	169	–	3.674	3.674
Exposição máxima ao risco de crédito	183.563	214.735	398.278	79.863	252.734	332.597

	31/12/2022						
	Consolidado						
Composição dos ativos	AA	A+	A	A-	BB	Sem *Rating*	Total
Ao valor justo por meio do resultado	–	–	–	–	175.191	320.733	495.924
Fundos de investimentos	–	–	–	–	–	320.733	320.733
Letras financeiras do tesouro	–	–	–	–	16.609	–	16.609
Operações compromissadas	–	–	–	–	158.582	–	158.582
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	–	–	–	4.001.331	–	4.001.331
Letras do tesouro nacional	–	–	–	–	1.722.205	–	1.722.205
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	2.279.126	–	2.279.126
Mensurados ao custo amortizado	–	–	–	–	1.195.067	–	1.195.067
Créditos a receber do FCVS	–	–	–	–	1.195.067	–	1.195.067
Prêmios de seguros	–	–	–	–	–	933.629	933.629
Títulos e créditos a receber *(i)*	–	–	–	–	–	217.550	217.550
Ativos de resseguro	2.735	25.959	5.738	23.650	–	3.595	61.677
Exposição máxima ao risco de crédito	2.735	25.959	5.738	23.650	5.371.589	1.492.385	6.922.056

	31/12/2021								
	Consolidado								
Composição dos ativos	AA+	AA	A+	A	A-	BBB+	BB	Sem *Rating*	Total
Ao valor justo por meio do resultado	–	–	–	–	–	–	1.337.845	756.245	2.094.090
Ações	–	–	–	–	–	–	–	55.135	55.135
Fundos de investimentos	–	–	–	–	–	–	–	701.110	701.110
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	9.465	–	9.465
Letras financeiras do tesouro	–	–	–	–	–	–	333.902	–	333.902
Operações compromissadas	–	–	–	–	–	–	994.478	–	994.478
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	6.139.051	–	6.139.051
Letras do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	3.278.191	–	3.278.191
Notas do tesouro nacional	–	–	–	–	–	–	2.860.860	–	2.860.860
Prêmios de seguros	–	–	–	–	–	–	–	987.596	987.596
Títulos e créditos a receber *(i)*	1.214.276	–	–	–	–	–	–	318.310	1.532.586
Ativos de resseguro	1.193	1.953	36.562	1.830	22.219	5.288	–	3.072	72.117
Exposição máxima ao risco de crédito	1.215.469	1.953	36.562	1.830	22.219	5.288	7.476.896	2.088.413	10.848.630

(i) AA+ - Refere-se à contraparte destes créditos e o fundo público gerido pelo Governo Federal, desta forma, consideramos o rating do risco Brasil (tesouro nacional).

4.3. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo. Por meio da política de gerenciamento de liquidez são mantidos recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

A liquidez de médio e longo prazo é monitorada através do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) definido na Política de Investimentos. O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender as demandas recorrentes.

No caso do Grupo, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados "Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado" ou "disponível para venda", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

Consolidado	31/12/2022			
	Até 1 ano	Mais de 1 ano Até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado *(i)*	479.314	16.609	–	495.923
Ativo financeiro a valor justo por meio de outros resultados abrangentes *(i)*	1.774.805	2.225.819	708	4.001.332
Ativo financeiro ao custo amortizado	140.426	–	1.054.641	1.195.067
Prêmios a receber de segurados	780.964	152.665	–	933.629
Títulos e créditos a receber	357.976	1.054.642	–	1.412.618
Ativos de resseguro - provisões técnicas	16.224	32.757	791	49.772
Caixa e equivalente de caixa	16.878	–	–	16.878
Total dos ativos financeiros	3.426.161	2.427.850	1.056.140	6.910.151
Passivos de seguros	428.041	1.268.301	53.358	1.749.700
Passivos financeiros e outros passivos	1.234.448	97.212	–	1.331.660
Total dos passivos financeiros	1.661.875	1.365.514	53.358	3.080.747

(i) O fluxo dos ativos é composto por títulos públicos e estão classificados, em quase sua totalidade nas categorias valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado, e em eventual necessidade de liquidez, podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa.

4.4. Risco de mercado

a. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras do Grupo de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco. Entre os riscos inerentes à Companhia, destacam-se: risco de taxa de juros, risco de preço de ações, e risco de derivativos.

b. Controle do risco de mercado

A metodologia utilizada pelo Grupo para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros utilizados são os mesmos definidos pelo CPC 48, e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do *VaR*, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA.

O valor acima representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia e suas Controladas para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

c. Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os fundos e carteiras dos clientes;
- Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos fundos, conforme regras pré-estabelecidas;
- Acompanhar diariamente os limites de risco de cada fundo, verificando seu enquadramento;
- Produzir os relatórios de risco de mercado do Grupo, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (*VaR*) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
- Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pelo Grupo.

Cabe à área de controle de risco do Grupo:

- Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados, ações);
- Acompanhar diariamente os limites de cada fundo, se certificando do seu enquadramento;
- Informar aos gestores, os limites de alocação por ativo e os limites de *VaR*;
- Solicitar aos gestores, em caso de desenquadramento, o reenquadramento dos fundos;
- Atualizar os limites de risco semestralmente ou em caso de mudança da taxa SELIC; e
- Informar mensalmente o *VaR* dos ativos aos reguladores das entidades controladas.

4.5. Risco operacional

a. Gerenciamento do risco operacional

O processo de gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades de uma organização em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e, ainda, em função da globalização dos negócios.

Os principais pontos de partida para desenvolvimento de uma boa gestão de riscos envolvem:

- Conhecer, controlar e mitigar o impacto dos eventos negativos;
- Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos;
- Criar oportunidades, visando à obtenção de vantagem competitiva e aumento do valor agregado;
- Estabelecer, alinhar e divulgar o apetite de risco da companhia com as estratégias adotadas; e
- Prover melhorias competitivas de alocação de capital.

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades de modo integrado é apoiado na sua estrutura de controles internos e *Compliance*, que permite o aprimoramento contínuo da gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

O sistema de controles internos é baseado na metodologia e princípios do *COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, segundo cinco componentes que, inter-relacionados, constituem uma base integrada de riscos *ERM - Enterprise Risk Management*, visando dar suporte à companhia para gerenciar seus riscos de forma efetiva por meio da aplicação do processo de gestão de riscos em vários níveis e dentro de contextos específicos.

A gestão de riscos e controles é composta pelas Unidades de Auditoria, Controle e Conformidade, Contabilidade e Orçamento, Atuária e Controles dos Riscos Técnicos; independentes entre si, elas trabalham de forma coordenada com o objetivo de garantir com razoável certeza a proteção dos ativos e o alcance dos objetivos estratégicos.

Essa estrutura de gerenciamento de riscos permite que os riscos operacionais sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados e mitigados de maneira unificada.

b. Gestão do risco operacional

A identificação, avaliação, análise e tratamento dos riscos, no processo de gerenciamento dos riscos operacionais, conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta administração até as diversas unidades organizacionais.

Para assegurar a singularidade ao processo de gerenciamento de riscos corporativos, cabe à Gerência de Controle Interno, o mapeamento e monitoramento dos riscos operacionais, mediante o uso de ferramenta de gestão de riscos e de tratamento de ocorrências operacionais, instituindo-se dispositivos de controle permanente.

Como atribuição voltada à gestão dos riscos operacionais a Gerência de Controle Interno deve:

- Atuar efetivamente como segunda linha de defesa;
- Propor e/ou consolidar as políticas de controle interno, conformidade, de governança de riscos, de prevenção à fraude e à lavagem de dinheiro e outras que venham a ser aprovadas pela Diretoria Executiva;
- Instituir, cumprir e fazer cumprir os padrões de monitoramento permanente de riscos e controles;
- Prover os órgãos de governança corporativa de informações atualizadas sobre a evolução do ambiente de controle;
- Orientar e apoiar os *managers* na gestão dos riscos operacionais e na proteção dos ativos organizacionais; e
- Disseminar a cultura de controle interno, de acordo com as diretrizes estratégicas.

Os *managers* além de suas responsabilidades específicas à função, devem:

- Atuar efetivamente como primeira linha de defesa;
- Gerir e ter propriedade sobre os riscos, implementando ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles;
- Manter os controles internos eficazes e conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, identificando, avaliando, controlando e mitigando os riscos;
- Buscar continuamente a constituição de controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade, objetivando a vigilância sobre os controles, processos inadequados e eventos inesperados.

Os profissionais da companhia que atuam na área de riscos e controles possuem capacidade analítica, visão estratégica e apurado raciocínio lógico, com formação nas áreas de finanças, controladoria, auditoria, controles internos, tecnologia, jurídica, gestão de riscos e contabilidade.

A Diretoria Executiva define políticas que permitem o estabelecimento de normas, procedimentos, elaboração de cursos e cartilhas que são permanentemente atualizadas, de maneira consistente com o planejamento estratégico e com a estrutura organizacional definida em responsabilidades e atribuições, disseminando conhecimento para o gerenciamento do risco operacional.

A Alta Administração tem acompanhado a evolução da cultura de mitigação de riscos do Grupo, na medida em que promove a conscientização da necessidade de conhecer e diagnosticar as perdas operacionais, manter histórico e adotar medidas de redução de perdas, principalmente, junto aos profissionais de *front office*.

5. Ativos financeiros

5.1. Resumo da classificação

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados, em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão sendo apresentados na linha de outros valores.

	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		
Controladora	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos
Fundos de investimento	214.787	214.787	248.381	248.381	214.787	–	–
Letras financeiras do tesouro	15.516	15.519	29.782	29.770	–	–	15.516
Operações compromissadas	39.179	39.179	50.081	50.081	–	39.179	–
Ao valor justo por meio do resultado	269.242	269.245	328.923	328.911	214.547	39.179	15.516
Letras do tesouro nacional	88.943	88.827	–	–	–	35.313	53.630
Notas do tesouro nacional	39.924	39.821	–	–	–	39.924	–
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	128.867	128.648	–	–	–	75.237	53.630
Total	398.109	397.893	328.923	328.911	214.547	114.416	69.146

	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022			
Consolidado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Sem Vencimento	Até 01 ano	Entre 01 e 05 anos	Acima de 05 anos
Ações	–	–	55.135	54.758	–	–	–	–
Fundos de investimento	320.733	320.598	701.110	701.110	320.733	–	–	–
Letras financeiras do tesouro	16.609	16.612	333.902	334.186	–	–	16.609	–
Operações compromissadas	158.582	158.581	994.478	994.478	–	158.582	–	–
Outros valores	–	–	9.465	10.351	–	–	–	–
Ao valor justo por meio do resultado	495.924	495.791	2.094.090	2.094.883	320.733	158.582	16.609	–
Letras do tesouro nacional	1.722.205	1.733.143	3.278.191	3.460.701	–	591.550	1.130.655	–
Notas do tesouro nacional	2.279.126	2.391.299	2.860.860	3.045.845	–	1.183.254	1.095.164	708
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	4.001.331	4.124.442	6.139.051	6.506.546	–	1.774.804	2.225.819	708
Créditos a receber do FCVS (Nota 5.2)	1.195.067	1.195.067	–	–	–	140.426	–	1.054.641
Ao custo amortizado	1.195.067	1.195.067	–	–	–	140.426	–	1.054.641
Total	5.692.322	5.815.300	8.233.141	8.601.429	320.733	2.073.812	2.242.428	1.055.349

O saldo do balanço patrimonial é reconhecido pelo valor de mercado.

5.2. Créditos decorrentes do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos a receber do FCVS *(i)*	21.268	24.023
Títulos e créditos a receber - FCVS	119.158	126.706
Total curto prazo	140.426	150.729
Créditos a receber do FCVS *(i)*	216.408	144.722
Títulos e créditos a receber - FCVS	988.259	1.050.643
Redução ao valor recuperáveis *(ii)*	(150.026)	(131.819)
Total longo prazo	1.054.641	1.063.546
Total do FCVS	1.195.067	1.214.276

(i) É composto por créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS, que foi criado no ano de 1967. As seguradoras sempre atuaram como prestadoras de serviço, realizando a operação relativa ao seguro público, mediante recebimento mensal de taxa de administração, sem, contudo, assumir qualquer risco e incorporar a integralidade dos prêmios ao seu patrimônio. Entretanto, passaram a figurar no polo passivo de demandas judiciais com fundamento na apólice pública, em que os segurados buscavam indenização pelos danos físicos ao imóvel ou morte e invalidez permanente, suportando todos os ônus

continua ★

CNP Seguros holding | Brasil

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

do passivo judicial. Dessa forma, a Companhia realiza a defesa dos interesses do Fundo em juízo e, em razão dessas demandas judiciais, é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS, uma vez que a Lei nº 12.409/2011, com nova redação dada pela Lei nº 13.000/2014, bem como a Resolução CCFCVS nº 364/2014 atribuíram expressamente ao FCVS a responsabilidade pelos direitos e obrigações do SH/SFH e pela cobertura direta aos contratos de financiamento habitacional averbados na extinta apólice SH/SFH, além de atribuir à CAIXA, na qualidade de Administradora do Fundo, a competência para representar judicial e extrajudicialmente os interesses do FCVS. Os créditos a receber do FCVS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da execução dos processos judiciais.

(ii) Representa a provisão para redução ao valor recuperável dos valores a receber do FCVS. Considerando que parte dos valores que a Companhia busca o ressarcimento são glosados pelo fundo, por motivos como: (i) ausência de comprovação de vínculo; (ii) ausência de documentos relacionados ao processo, entre outros. A Companhia, após avaliar a natureza e motivo das glosas, avalia o ingresso de uma ação de cobrança, na esfera judicial, com objetivo de obter o ressarcimento daquilo que foi glosado e que, na sua avaliação, não tem substância ou argumento para tal. Diante deste cenário, a Companhia mensura uma provisão ao valor recuperável, por meio de metodologia específica, que é baseada em médias históricas da experiência da Companhia que considera: (i) percentual de glosa administrativa realizada diretamente pelo FCVS; e (ii) percentual de perda das ações judiciais de cobrança. Desta forma, a provisão corresponde à estimativa dos montantes que serão glosados administrativamente, ponderado pelas recuperações das ações judiciais de cobrança.

5.3. Movimentação dos ativos financeiros e dos créditos a receber do FCVS

a. Movimentação das aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	328.923	564.381	8.233.142	10.227.434
Aplicações	489.826	594.313	2.784.495	6.926.517
Resgates	(466.507)	(837.994)	(3.144.594)	(8.823.462)
Rendimentos	45.647	26.243	375.446	635.276
Ajustes TVM	220	(18.020)	251.427	(732.624)
Baixa de operações descontinuadas *(i)*	–	–	(4.002.661)	–
Saldo final	**398.109**	**328.923**	**4.497.255**	**8.233.141**

(ii) Refere-se à baixa de operações descontinuadas do acervo cindido relacionado à CNP Capitalização S.A., Companhia de Seguros Previdência do Sul e a Odonto empresas convênios dentários, conforme indicado na nota 1.1.

b. Movimentação dos créditos a receber do FCVS

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.214.276	1.168.957
Adições - Pagamentos realizados	133.629	88.645
Baixas - Por recebimentos	(134.630)	(31.905)
Recuperação ao valor recuperável	(18.208)	(11.421)
Saldo final	1.195.067	1.214.276

5.4. Hierarquia do valor justo e taxas contratadas

a. Abertura por hierarquia

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	31/12/2022			31/12/2021		
Controladora	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos de investimento	214.787	–	214.787	248.381	–	248.381
Letras financeiras do tesouro	15.516	–	15.516	29.782	–	29.782
Operações compromissadas	–	39.179	39.179	–	50.081	50.081
Ao valor justo por meio do resultado	**230.063**	**39.179**	**269.242**	**278.842**	**50.081**	**328.923**
Letras do tesouro nacional	88.943	–	88.943	–	–	–
Notas do tesouro nacional	39.924	–	39.924	–	–	–
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**128.867**	**–**	**128.867**	**–**	**–**	**–**

	31/12/2022			31/12/2021		
Consolidado	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos de investimento	320.733	–	320.733	701.110	–	701.110
Letras financeiras do tesouro	16.609	–	16.609	333.902	–	333.902
Operações compromissadas	–	158.582	158.582	–	994.478	994.478
Ao valor justo por meio do resultado	**337.342**	**158.582**	**495.924**	**1.099.612**	**994.478**	**2.094.090**
Letras do tesouro nacional	1.722.205	–	1.722.205	3.278.191	–	3.278.191
Notas do tesouro nacional	2.279.126	–	2.279.126	2.860.860	–	2.860.860
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**4.001.331**	**–**	**4.001.331**	**6.139.051**	**–**	**6.139.051**

5.5. Análise de sensibilidade

a. Carteira de ativos

A carteira de investimentos do Grupo possui ativos classificados como: títulos para negociação, disponível para venda e mantidos até o vencimento.

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos do Grupo é o de *Stress Test*, o qual é feito para essa classificação disponível para venda e valor justo por meio do resultado. Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do *VaR* das carteiras utilizando-se o choque de 1 ponto-base para taxa de juros. Este cenário contempla variações no índice B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

Fatores de Risco	Value-at-Risk	DV-1
Fundos	22.561	–
IPCA	5.685	(17.822)
Juros Pré	10.757	(44.161)
LFT	–	(96)
Total	**39.003**	**(62.080)**

b. Análise de sensibilidade para instrumentos com taxa de juros prefixada

O Grupo contabiliza parte de sua carteira de ativos com taxa de juros pré e pós-fixada pelo valor justo por meio do resultado, mas não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de *hedge* usando o modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório impactará o resultado do Grupo.

Consolidado	Resultado do Exercício		Patrimônio líquido, líquido de impostos	
	100pb aumento	100pb diminuição	100pb aumento	100pb diminuição
31 de dezembro de 2022				
Instrumentos com taxas de juros pré e pós-fixadas	–	–	(28.968)	28.733
31 de dezembro de 2021				
Instrumentos com taxas de juros pré e pós-fixadas	–	–	(227.876)	240.459

6. Prêmios a receber de segurados

6.1. Prêmios a receber e provisão para redução ao valor recuperável por ramo

	31/12/2022			31/12/2021		
Ramo	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Provisão para risco de crédito	Prêmios a receber líquido
Habitacional	379.159	(387)	378.773	386.015	(880)	385.135
Vida em grupo	770	(43)	727	10.719	(972)	9.747
Prestamista	–	–	–	2.546	(87)	2.459
Acidentes pessoais	–	–	–	18.129	(1.635)	16.494
Automóvel	394.490	(3.717)	390.772	315.887	(2.402)	313.485
Responsabilidade civil - veículos	68.240	(575)	67.665	73.149	(525)	72.624
Compreensivo residencial	43.199	(5.479)	37.719	84.508	(8.472)	76.036
Compreensivo empresarial	55.650	(2.623)	53.028	90.798	(1.288)	89.510
Demais ramos	5.997	(1.052)	4.945	25.430	(3.324)	22.106
Total	**947.505**	**(13.876)**	**933.629**	**1.007.181**	**(19.585)**	**987.596**

O Grupo opera com prêmio parcelado exclusivamente nos produtos de riscos diversos e automóvel, sendo que o prazo médio de parcelamento de 08 meses para os 2 períodos apresentados.

6.2. Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para redução ao valor recuperável

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	987.596	939.880
Prêmios emitidos	3.621.408	4.399.003
IOF	896	2.280
Adicional de fracionamento	3	54
Prêmios cancelados	(387.441)	(594.950)
Recebimentos	(3.230.680)	(3.772.207)
Prêmios de RVNE	(19.451)	6.823
Outras constituições e reversões	1.114	(650)
Baixa de operações descontinuadas *(i)*	(41.470)	–
Saldo final	**931.975**	**980.233**
Constituição/(reversão) de provisão para perda	1.654	7.363
Saldo total	**933.629**	**987.596**

(i) refere-se à baixa de operações descontinuadas do acervo cindido relacionado à CNP Capitalização S.A., Companhia de Seguros Previdência do Sul e a Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda, conforme indicado na nota 1.1.

6.3. Títulos e créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ressarcimentos - crédito interno	–	–	14.956	71.358
Adiantamentos para funcionários	–	22	3.031	3.824
Disponibilidades com bloqueio judicial	169	169	47.251	66.229
Outros títulos e créditos a receber	–	3.483	152.313	176.899
Total	**169**	**3.674**	**217.550**	**318.310**

7. Depósitos judiciais e fiscais

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Natureza cível	67.861	63.645
Natureza trabalhista	19.190	19.079
Natureza fiscal - contingências	855	2.754
Natureza fiscal - obrigações legais *(i)*	1.360.910	1.663.792
Totais	**1.448.816**	**1.749.270**

(i) refere-se à baixa de operações descontinuadas do acervo cindido relacionado à CNP Capitalização S.A..

8. Ativos de resseguro

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Sinistros a recuperar pendentes de pagamento	46.804	51.491
Sinistros pagos a recuperar	574	553
Prêmios de resseguro	10.680	16.321
IBNER	69	–
IBNR	596	1.809
Outros	(453)	1.941
Total	**58.270**	**72.115**

9. Ativos fiscais e passivo diferido

9.1. Composição

A composição e a movimentação dos ativos fiscais e passivo diferido, podem ser resumidas como segue:

a. Saldo dos ativos fiscais e passivos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo fiscal corrente	10.688	12.287	22.820	41.396
Ativo fiscal diferido	119.299	107.330	1.042.197	1.279.972
Passivo fiscal diferido	(81)	–	(475)	(1.326)
	129.906	**119.617**	**1.064.542**	**1.320.042**

b. Composição dos ativos e passivos fiscais

31/12/2022

Controladora	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
A compensar	–	1.431	10.216	74.468	472	–	86.587
Adições temporárias	–	4.024	–	11.179	–	–	15.203
Tributos diferidos	–	(19)	–	(52)	–	(10)	(81)
Base negativa/prejuízo fiscal	–	7.483	–	20.714	–	–	28.197
Total	**–**	**12.919**	**10.216**	**106.309**	**472**	**(10)**	**129.906**

31/12/2021

Controladora	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Antecipações	430	–	1.188	–	–	–	1.618
A compensar	–	817	10.199	57.807	470	–	69.293
Adições temporárias	–	5.311	–	14.753	–	–	20.064
Base negativa/prejuízo fiscal	–	7.594	–	21.048	–	–	28.642
Total	**430**	**13.722**	**11.387**	**93.608**	**470**	**–**	**119.617**

31/12/2022

Consolidado	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Antecipações	90	–	153	–	–	–	243
A compensar	4.470	4.779	16.241	85.449	5.003	6.636	122.578
Adições temporárias	–	323.771	–	543.763	–	–	867.534
Tributos diferidos	–	18.512	(3.137)	30.832	–	(217)	45.990
Base negativa/prejuízo fiscal	–	7.483	–	20.714	–	–	28.197
Total	**4.560**	**354.545**	**13.257**	**680.758**	**5.003**	**6.419**	**1.064.542**

31/12/2021

Consolidado	Contribuição Social		Imposto de Renda		Outros Tributos		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Antecipações	508	–	1.298	–	–	–	1.806
A compensar	6.722	5.939	27.866	122.467	6.285	9.141	178.420
Adições temporárias	–	354.384	–	597.098	–	–	951.482
Tributos diferidos	(1.283)	53.978	–	90.479	–	(4)	143.170
Base negativa/prejuízo fiscal	–	13.401	–	30.728	–	–	44.129
Outros créditos	–	388	–	647	–	–	1.035
Total	**5.947**	**428.090**	**29.164**	**841.419**	**6.285**	**9.137**	**1.320.042**

c. Expectativa de efetiva realização

Controladora

	Diferenças Temporárias		Tributo diferido		Base negativa/Prejuízo fiscal		Total	
Ano de Realização	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2023	14.989	99%	(55)	68%	10.433	37%	25.367	59%
2024	3	0%	(26)	32%	7.895	28%	7.872	18%
2025	3	0%	–	0%	5.639	20%	5.642	13%
2026	–	0%	–	0%	3.384	12%	3.384	8%
2027	–	0%	–	0%	846	3%	846	2%
A partir 2028	208	1%	–	0%	–	0%	208	0%
Total	**15.203**	**100%**	**(81)**	**100%**	**28.197**	**100%**	**43.319**	**100%**

Consolidado

	Diferenças Temporárias		Tributo diferido		Base negativa/Prejuízo fiscal		Total	
Ano de Realização	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2023	141.729	16%	628	1%	10.433	37%	152.790	16%
2024	44.903	5%	3.462	8%	7.895	28%	56.260	6%
2025	472.416	54%	41.819	91%	5.639	20%	519.874	55%
2026	26.417	3%	–	0%	3.384	12%	29.801	3%
2027	27.347	3%	–	0%	846	3%	28.193	3%
A partir 2028	154.722	18%	81	0%	–	0%	154.803	16%
Total	**867.534**	**100%**	**45.990**	**100%**	**28.197**	**100%**	**941.721**	**100%**

d. Movimentação do Ativo e Passivo fiscal diferido

	Controladora 31/12/2022		Consolidado 31/12/2022	
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Saldo inicial de Créditos/Débitos Tributários	**12.905**	**35.801**	**420.480**	**718.304**
Constituições (realizações) sobre diferenças temporárias				
Contingências tributárias	–	–	9.835	16.391
Contingências cíveis	–	–	(2.397)	(3.994)
Contingências trabalhistas	–	–	235	392
Provisão para risco de crédito	–	–	(17.489)	(29.134)
Provisão para participações nos lucros	–	–	120	200
Operações de arrendamento - CPC 06	208	579	802	1.569
Outras provisões	(1.495)	(4.153)	(5.245)	(10.509)
Prejuízo fiscal e base negativa	(111)	(333)	(111)	(334)
Baixa de operações descontinuadas *(i)*	–	–	(43.597)	(76.107)
Tributos diferidos	(19)	(52)	(12.868)	(24.604)
Saldo atual dos créditos/débitos tributários	**11.488**	**31.841**	**349.855**	**592.341**
Efeito no resultado das constituições e realizações	1.398	3.909	13.562	24.168

(i) refere-se à baixa de operações descontinuadas do acervo cindido relacionado à CNP Capitalização S.A., Companhia de Seguros Previdência do Sul e a Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda., conforme indicado na nota 1.1.

9.2. Créditos fiscais não reconhecidos

Apresentamos a seguir os valores de créditos fiscais não reconhecidos no balanço patrimonial de controladas, que não possuem expectativa de resultado futuro que absorva os referidos créditos:

	30/12/2022		31/12/2021		
	Caixa Saúde	Total	Odonto Empresas	Caixa Saúde	Total
Adições temporárias	3.514	**3.514**	3.654	3.208	**6.862**
Prejuízo fiscal	56.705	**56.705**	22.312	57.986	**80.298**
Total	**60.219**	**60.219**	**25.966**	**61.194**	**87.160**

Com a cisão, conforme nota 1.1, não temos mais controle de créditos não reconhecidos para Odonto Empresas.

10. Despesa de comercialização diferida

10.1. Abertura por ramo/operação

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ramos	Despesas de comercialização diferidas	Despesas de comercialização diferidas
Vida em grupo	–	485
Assistência de bens em geral	575	1.141
Responsabilidade civil de veículos	996	1.603
Garantia segurada	1.443	3.921
Riscos de engenharia	393	991
Acidentes pessoais coletivos	–	1.495
Automóvel	4.638	5.155
Prestamista	–	780
Compreensivo residencial	27.096	62.570
Compreensivo empresarial	14.116	12.976
Operação de consórcio	–	241.482
Demais ramos	559	26.898
Total	**49.816**	**359.497**

O prazo médio de diferimento em 31 de dezembro de 2022 era de 27 meses e 31 de dezembro de 2021 era de 36 meses.

11. Dividendos a receber

Os dividendos a receber registrados estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	–	195.704
CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios	–	28.315
Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda.	6.799	–
Total	**6.799**	**224.019**

12. Investimentos em controladas e coligadas

Os investimentos são formados preponderantemente pelas participações societárias de controladas e coligadas, conforme a seguir:

12.1. Participações societárias

a. Composição

Demonstramos a seguir a composição das participações societárias da Controladora:

31/12/2022

Descrição	CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda.	Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.	Total
Ativo circulante	1.501	56.628	55.247	
Ativo não circulante	2.573.521	859	107.928	
Passivo circulante	16	18.190	22.263	
Passivo não circulante	–	–	741	
Total de passivos líquidos de provisões judiciais	16	18.190	22.335	
Total de provisões judiciais	–	–	668	
Patrimônio líquido societário individual	**2.575.006**	**39.298**	**140.171**	
Total de receita	766.451	23.742	5.326	
Lucro líquido	854.277	28.626	6.918	
Total dos resultados abrangentes	958.204	28.626	8.724	
Participação no capital social	**100,000000%**	**100,000000%**	**100,000000%**	
Quantidade de ações s/ valor nominal	**2.515.000.000**	**15.600.000**	**1.142.000.000**	
Equivalência patrimonial societária individual	854.277	28.626	6.918	**889.821**
Equivalência patrimonial das coligadas	–	–	–	34.303
Total da equivalência patrimonial *(i)*	**854.277**	**28.626**	**6.918**	**924.124**
Total dos investimentos em controladas	**2.575.006**	**39.298**	**140.171**	**2.754.475**
Investimento em empresas não consolidadas	–	–	–	156.050
Outros	–	–	–	(212)
Total das participações societárias	**2.575.006**	**39.298**	**140.171**	**2.910.313**

(ii) Equivalência patrimonial das operações continuadas.

31/12/2021

Descrição	CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda.	CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios	Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.	CNP Participações em Seguros Ltda.	Total
Ativo circulante	212.681	45.077	361.828	153.532	4.548	
Ativo não circulante	2.651.806	653	153.264	2.001	19.855	
Passivo circulante	219.837	6.515	225.496	22.990	42	
Passivo não circulante	–	–	6.213	1.095	1.322	
Total de passivos líquidos de provisões judiciais	219.837	6.515	231.709	22.990	1.364	
Total de provisões judiciais	–	–	–	1.095	–	
Patrimônio líquido societário individual	**2.644.651**	**39.215**	**286.941**	**131.447**	**23.038**	
Ajuste de prática contábil do PL	–	–	159.378	–	–	
Patrimônio líquido individual do consolidado	**2.644.651**	**39.215**	**446.319**	**131.447**	**23.038**	
Total de receita	766.451	23.742	506.677	5.326	766.451	
Lucro líquido	824.017	14.496	119.222	10.126	4.635	
Total dos resultados abrangentes	502.729	14.496	110.293	(17.661)	4.635	
Participação no capital social	**100,000000%**	**100,000000%**	**100,000000%**	**100,000000%**	**100,000000%**	
Quantidade de ações s/ valor nominal	**2.515.000.000**	**15.600.000**	**7.711.637**	**1.142.000.000**	**1.467.500.100**	
Equivalência patrimonial societária individual	824.017	14.496	119.222	9.727	5.090	**972.552**
Equivalência patrimonial-Ajuste de prática contábil	–	–	(6.095)	–	–	(6.095)
Equivalência patrimonial das coligadas	–	–	–	–	–	36.734
Outros	–	–	–	–	–	(748)
Total da equivalência patrimonial	–	–	–	–	–	**1.002.443**
Total dos investimentos em controladas	**2.644.651**	**39.215**	**446.319**	**131.447**	**23.038**	**3.284.670**
Investimento em empresas não consolidadas	–	–	–	–	–	149.707
Outros	–	–	–	–	–	(210)
Total das participações societárias	**2.644.651**	**39.215**	**446.319**	**131.447**	**23.038**	**3.434.167**

b. Movimentação

Demonstramos a seguir a movimentação ocorrida nas participações societárias da Controladora:

31/12/2022

Descrição	CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda.	CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios	Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.	CNP Participações em Seguros Ltda.	Investimento em empresas não consolidadas e outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.644.651**	**39.215**	**446.319**	**131.447**	**23.038**	**149.498**	**3.434.168**
Aumento de capital	22.000	–	–	–	–	–	22.000
Baixa de participação *(i)*	(277.117)	–	(452.286)	–	(4.879)	–	(734.282)
Equivalência patrimonial *(ii)*	854.277	28.626	–	6.918	–	–	889.821
Dividendos destacados ou recebidos	(772.731)	(28.543)	–	–	–	–	(801.275)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	103.926	–	5.967	1.806	–	–	111.700
Ajuste de participação societária	–	–	–	–	–	6.552	6.552
Baixa do intangível - Odonto	–	–	–	–	(18.159)	–	(18.159)
Outros	–	–	–	–	–	(212)	(212)
Saldo final dos investimentos em 31 de dezembro de 2022	**2.575.006**	**39.298**	**–**	**140.171**	**–**	**156.050**	**2.910.313**

31/12/2021

Descrição	CNP Participações Securitárias Brasil Ltda.	Youse Tecnologia e Assistência em Seguros Ltda.	CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios	Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.	CNP Participações em Seguros Ltda.	Investimento em empresas não consolidadas e outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.979.114**	**32.532**	**433.437**	**128.252**	**18.403**	**148.190**	**3.739.928**
Equivalência patrimonial	824.017	14.497	119.222	9.727	4.635	–	972.098
Dividendos destacados ou recebidos	(837.191)	(7.814)	(91.315)	–	–	–	(936.320)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(321.289)	–	(8.930)	(6.532)	–	–	(336.751)
Ajuste de participação societária	–	–	(6.095)	–	–	853	(6.095)
Outras	–	–	–	–	–	454	454
Saldo final dos investimentos em 31 de dezembro de 2021	**2.644.651**	**39.215**	**446.319**	**131.447**	**23.038**	**149.497**	**3.434.167**

(i) O Valor é composto pela baixa do investimento e equivalências reconhecidas no exercício de 2022.
(ii) Equivalência patrimonial das operações continuadas.

continua

CNP Seguros holding | Brasil

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

★continuação

13. Imobilizado

Controladora	Custo 31/12/2022	Depreciação/ amortização acumulada 31/12/2022	Total 31/12/2022	Custo 31/12/2021	Depreciação/ amortização acumulada 31/12/2021	Total 31/12/2021
Equipamentos	256	(250)	6	247	(247)	–
Veículos	385	(128)	257	385	(51)	334
Ativo de direito de uso	1.403	(725)	678	1.187	(260)	927
Outros	3.890	(2.450)	1.440	3.822	(1.892)	1.930
Total	**5.934**	**(3.553)**	**2.381**	**5.641**	**(2.450)**	**3.191**

Consolidado	Custo 31/12/2022	Depreciação/ amortização acumulada 31/12/2022	Total 31/12/2022	Custo 31/12/2021	Depreciação/ amortização acumulada 31/12/2021	Total 31/12/2021
Terrenos	50.457	–	50.457	50.457	–	50.457
Edificações	186.845	(65.088)	121.757	187.031	(55.218)	131.813
Equipamentos	17.530	(14.885)	2.645	18.311	(14.835)	3.476
Móveis, máquinas e utensílios	25.751	(18.452)	7.299	27.517	(17.604)	9.913
Veículos	4.787	(3.724)	1.063	6.009	(3.627)	2.382
Sistemas e aplicativos	768	(765)	3	786	(782)	4
Ativo de direito de uso	21.264	(16.556)	4.708	25.214	(8.305)	16.909
Outros	12.584	(5.001)	7.583	13.795	(4.912)	8.883
Total	**319.986**	**(124.471)**	**195.515**	**329.120**	**(105.283)**	**223.837**

a. Movimentação do imobilizado

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Aquisições	Amortização/ depreciação do período	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Equipamentos	–	9	(3)	–	6
Veículos	334	–	(77)	–	257
Ativo de direito de uso	927	216	(379)	(86)	678
Outros	1.930	68	(558)	–	1.440
Total	**3.191**	**293**	**(1.019)**	**(86)**	**2.381**

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Aquisições	Amortização/ depreciação do período	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Terrenos	50.457	–	–	–	–	50.457
Edificações	131.813	–	(10.024)	–	–	121.757
Equipamentos	3.476	1.055	(1.806)	(11)	(36)	2.645
Móveis, máquinas e utensílios	9.913	646	(3.012)	(82)	(33)	7.299
Veículos	2.382	43	(1.171)	(34)	–	1.063
Sistemas e aplicativos	4	–	(1)	–	–	3
Ativo de direito de uso	16.909	20.986	(24.777)	–	–	4.708
Outros	8.883	1.792	(2.634)	–	22	7.583
Total	**223.837**	**24.522**	**(43.425)**	**(127)**	**(43)**	**195.515**

b. Ativo de direito de uso

Referem-se substancialmente aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 2.6), descontado a valor presente:

Controladora

Direito de uso	Saldo em 01/01/2022	Novos contratos	Despesa de depreciação do período	Baixa de operações descontinuadas	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Imóveis	928	216	(466)	–	1.403	(725)	678
Total	**928**	**216**	**(466)**	–	**1.403**	**(725)**	**678**

Consolidado

Direito de uso	Saldo em 01/01/2022	Novos contratos	Despesa de depreciação do período	Baixa de operações descontinuadas	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Imóveis	**10.830**	19.244	(19.774)	(8.410)	8.481	(6.591)	**1.890**
Máquinas e Equipamentos	**6.079**	1.742	(5.003)	–	12.783	(9.965)	**2.818**
Total	**16.909**	**20.986**	**(24.777)**	**(8.410)**	**21.264**	**(16.556)**	**4.708**

Controladora: A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando em 31 de dezembro de 2022 uma taxa de 30,58 % a.a. (31 de dezembro de 2021 - 31,49% a.a.);

Consolidado: A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos, representando em 31 de dezembro de 2022 uma taxa de 16,25 % a.a. (31 de dezembro de 2021 - 17,08% a.a.).

14. Passivos de seguros

14.1. Composição Consolidado	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de prêmios não ganhos	647.625	781.554
Provisão de sinistros a liquidar administrativo	187.898	283.656
Provisão de sinistros a liquidar judicial	1.002.277	848.441
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	385.365	441.411
Outras provisões	107.179	95.553
Total	**2.330.344**	**2.450.615**

14.2. Movimentação dos passivos de seguros

Consolidado

	PPNG 31/12/2022	PSL 31/12/2022	Outros 31/12/2022	Total dos passivos de seguros 31/12/2022	PPNG 31/12/2021	PSL 31/12/2021	Outros 31/12/2021	Total dos passivos de seguros 31/12/2021
Saldo inicial	779.405	1.520.376	150.834	2.450.615	901.543	1.534.406	3.964.787	6.400.736
Constituições	646.781	33.926	44.243	**724.950**	706.887	83.803	17.024	**807.714**
Diferimento/reversões	(772.785)	(44.003)	(44.243)	**(861.031)**	(827.003)	(41.320)	(34.364)	**(902.687)**
Aviso de sinistros/despesas de sinistro	–	875.887	24.935	**900.822**	–	1.507.948	33.923	**1.541.871**
Pagamento de sinistros/ benefícios/despesas de sinistro	–	(1.094.324)	(24.763)	**(1.119.087)**	–	(1.558.896)	(26.303)	**(1.585.199)**
Ajuste de estimativa de sinistros/ despesas de sinistro	–	294.023	9.005	**303.028**	–	26.593	(36.773)	**(10.180)**
Ajuste de estimativa de salvados e ressarcidos	–	63.247	6.308	**69.555**	–	142.332	–	**142.332**
Outros	–	–	(899)	**(899)**	127	(118.899)	(793.462)	**(912.234)**
Baixa de operação descontinuada	(5.777)	(73.592)	(58.240)	**(137.609)**	–	–	(3.031.738)	**(3.031.738)**
Saldo final	**647.624**	**1.575.540**	**107.180**	**2.330.344**	**781.554**	**1.575.967**	**93.094**	**2.450.615**

14.3. Garantia dos passivos de seguros

Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Passivos de seguros	2.330.344	2.450.615
Total dos passivos de seguros	**2.330.344**	**2.450.615**
Total das exclusões	**580.644**	**592.608**
Provisões técnicas - Resseguro	49.772	60.484
Direito creditórios	482.763	465.424
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	23.977	47.052
Depósitos Judiciais	24.132	19.648
Total a ser coberto	**1.749.700**	**1.858.007**
Total dos ativos garantidores:	**4.011.565**	**7.398.536**
Títulos da dívida pública	3.763.094	5.888.026
Quotas de outros fundos financeiros	248.471	1.510.510
Suficiência de cobertura	**2.261.865**	**5.540.529**

15. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas.

15.1. Sinistros brutos de resseguro *(i)*

Conciliação	31/12/2022
Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros	275.571
PSL Retrocessão	167
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	(6.588)
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	**269.150**

Data de Aviso	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	51.333	450.457	541.548	628.541	695.915	803.397	883.287	836.830	1.371.313	1.230.861	
1 ano depois	120.232	533.092	638.253	757.109	795.546	914.195	1.067.764	977.084	1.631.421	–	
2 anos depois	135.032	544.008	650.035	777.684	819.890	939.765	1.087.224	1.116.956	–	–	
3 anos depois	143.357	550.960	657.540	792.674	833.878	951.144	1.206.479	–	–	–	
4 anos depois	146.276	553.975	663.542	799.904	839.113	1.043.357	–	–	–	–	
5 anos depois	148.838	555.655	667.397	808.164	943.760	–	–	–	–	–	
6 anos depois	149.871	558.582	671.487	908.857	–	–	–	–	–	–	
7 anos depois	151.747	560.667	731.004	–	–	–	–	–	–	–	
8 anos depois	153.333	611.850	–	–	–	–	–	–	–	–	
9 anos depois	191.415	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Estimativa corrente	191.415	611.850	731.004	908.857	943.760	1.043.357	1.206.479	1.116.956	1.631.421	1.230.861	9.615.960
Pagamentos acumulados até a data-base	154.054	563.449	674.168	812.907	845.688	958.649	1.096.220	1.004.782	1.532.293	963.350	8.605.560
Passivo reconhecido no balanço	37.361	48.402	56.836	95.950	98.071	84.708	110.260	112.174	99.127	267.511	1.010.400
Passivo em relação a anos anteriores a 2012	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	230.665
PSL de Retrocessão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	40.989
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	76.812
Total do passivo incluso no balanço	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**1.270.957**

15.2. Sinistros líquidos de resseguro *(i)*

Conciliação	31/12/2022
Total do Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros	261.705
PSL de resseguro referente a contratos na modalidade não-proporcional	405
PSL Retrocessão	167
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	(6.588)
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	**255.689**

Data de Aviso	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
No ano do aviso	48.295	449.711	540.443	627.774	694.903	800.356	878.657	827.317	1.364.166	1.225.884	
1 ano depois	117.163	532.347	637.211	755.404	792.664	901.474	997.242	959.367	1.621.312	–	
2 anos depois	131.875	543.255	648.923	775.559	816.164	924.685	991.824	1.092.547	–	–	
3 anos depois	140.059	550.190	656.443	789.167	828.020	934.361	1.108.165	–	–	–	
4 anos depois	142.909	552.217	661.306	796.030	830.257	1.024.158	–	–	–	–	
5 anos depois	145.730	553.484	665.157	804.155	925.250	–	–	–	–	–	
6 anos depois	146.694	556.411	669.247	898.069	–	–	–	–	–	–	
7 anos depois	148.570	558.495	726.088	–	–	–	–	–	–	–	
8 anos depois	150.156	609.463	–	–	–	–	–	–	–	–	
9 anos depois	187.837	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Estimativa corrente	187.837	609.463	726.088	898.069	925.250	1.024.158	1.108.165	1.092.547	1.621.312	1.225.884	9.418.773
Pagamentos acumulados até a data-base	150.878	561.278	671.929	808.373	836.814	941.541	999.564	984.991	1.524.069	963.350	8.442.787
Passivo reconhecido no balanço	36.960	48.186	54.158	89.697	88.435	82.617	108.600	107.556	97.123	262.535	975.867
Passivo em relação a anos anteriores a 2012	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	219.852
PSL de Retrocessão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	6.379
Estimativa de Salvados e Ressarcidos da PSL	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(11.097)
Ajuste Atuarial de PSL (IBNER)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	34.610
Total do passivo incluso no balanço	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	**1.225.732**

Notas:

(i) Os valores informados nos itens (15.1) e (15.2) não incluem despesas relacionadas com a regulação de sinistros administrativos ou judiciais, inclusive sucumbência;

(ii) Não foram considerados no desenvolvimento de sinistro os montantes relativos à Provisão de sinistro a liquidar das controladas Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. (operação descontinuada) e Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A, dado que o período de desenvolvimento é próximo à 1 ano e portanto dispensado a apresentação do triângulo de desenvolvimento pelo CPC 11.

16. Débitos operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios a restituir	413.993	412.378
Operações com seguradoras	3.356	11.545
Operações com resseguradoras	48.527	69.453
Corretores de seguros e resseguros	6.778	55.453
Custos de comercialização a pagar	100.920	55.469
Comissão e juros sobre prêmios	–	56.110
Outros débitos	–	913
Total	**573.574**	**605.868**

17. Dividendos a pagar

	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
CNP Assurances	116.160	116.160
Caixa Seguridade Participações S.A.	110.438	110.438
CNP Assurances Brasil Holding Ltda.	2.289	2.289
Icatu Capitalização S. A.	–	12.511
Total	**228.887**	**241.398**

18. Passivo fiscal corrente

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
IRRF	125	229	4.338	20.184
ISS	14	7	551	1.687
IOF	–	–	40.914	43.008
INSS e FGTS	69	(56)	7.744	9.093
PIS, COFINS e CSLL retidos	93	510	1.178	1.891
IRPJ e CSLL	–	–	327.407	449.086
PIS e COFINS	1.097	370	10.310	24.300
Outros impostos e contribuições	6.665	10.308	6.666	11.529
Total	**8.063**	**11.368**	**399.108**	**560.778**

19. Passivo de arrendamento

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis

Controladora

	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	1.029	(80)	949
Apropriação de juros transcorridos	–	87	87
Constituições/reavaliações de contratos	265	(49)	216
Pagamentos	(537)	–	(537)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**756**	**(41)**	**714**
Circulante	475	(32)	443
Não circulante	281	(10)	272

Consolidado

	Passivo de arrendamento	Juros a transcorrer de contratos de arrendamento	Baixa de operações descontinuadas	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	19.851	(1.477)	–	18.374
Apropriação de juros transcorridos	–	9.260	(8.499)	811
Constituições/reavaliações de contratos	4.314	(422)	(415)	3.477
Pagamentos	(7.798)	–	–	(7.798)
Outras baixas	–	–	(536)	(536)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**16.368**	**(7.361)**	**(9.400)**	**14.329**
Circulante	**5.724**	**(448)**	–	**5.275**
Não circulante	**6.255**	**(274)**	–	**5.981**

Controladora: A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento é de 6,21 % a.a. em 31 de dezembro de 2022 (6,35% a.a. em 31 de dezembro de 2021);

Consolidada: A taxa média ponderada utilizada para o desconto a valor presente dos pagamentos mínimos de arredamento é de 7,12 % a.a. em 31 de dezembro de 2022 (6,00% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

20. Provisões para processos judiciais

20.1. Composição

Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Ações judiciais cíveis	468.054	641.118
Ações judiciais trabalhistas	23.330	24.184
Ações judiciais fiscais	–	1.392
Obrigações legais - fiscal	2.476.682	2.692.588
Outras Obrigações	425	2.453
Totais	**2.968.491**	**3.361.735**

Cíveis

As provisões judiciais cíveis referem-se, basicamente, a pedidos de indenização material e moral por negativa de pagamento de sinistros em função, principalmente, de: (i) doenças pré-existentes; (ii) discordância em relação ao valor indenizado; (iii) danos físicos ao imóvel por vício de construção e; (iv) falta de pagamento/devolução de prêmio.

Adicionalmente, a Companhia é parte envolvida em 7.250 (2021 - 7.370) ações judiciais relacionadas ao Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH. O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e, desde 1988, passou a ter o equilíbrio da apólice garantida pelo FCVS. Em razão dessas demandas judiciais, a Companhia é obrigada a assumir todas as despesas processuais e, posteriormente, busca o ressarcimento dos montantes pagos junto ao FCVS. Desta forma, considerando os processos em que a Companhia é requerida judicialmente, sem uma perspectiva efetiva de ser totalmente ressarcida pelo FCVS, a Administração entendeu ser adequado efetuar uma provisão para contingenciar parte dos valores que estão em discussão. A provisão é composta pela expectativa de desembolso futuro, líquida dos valores que a Companhia espera ser reembolsada administrativamente pelo fundo, e por fim, desse saldo desembolsado e não ressarcido, aplica-se um percentual estimado de perda das ações judiciais de cobrança. O montante provisionado corresponde a melhor estimativa do saldo líquido que será efetivamente desembolsado, mas que devem ter seu reembolso definitivamente glosado tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial. O saldo da provisão constituída em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 280.985 (31 de dezembro 2021 - R$ 422.534). A redução observada no saldo total ocorreu em função da decisão da Suprema Corte do STF do Brasil proferida no final de 2022 que definiu que uma quantidade expressiva de causas judiciais desta carteira deveria ser transferida da esfera de tramitação jurídica estadual para a Federal. Com esta alteração aplicada na metodologia de provisionamento, muitos processos ativos tiveram sua probabilidade de perda reduzida e o saldo de provisão revertido.

Trabalhistas

As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

Fiscais

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas independentemente da avaliação quanto a probabilidade de perda e referem-se basicamente a discussões de:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é Provável. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - axa seguros). As empresas que estão discutindo a causa são as controladas Caixa Seguradora e Caixa Capitalização. Período de 02/1999 a 12/2014. Valor total provisionado R$ 1.180.423 (R$ 1.114.858 em 31 de dezembro de 2021);

(ii) Aumento da alíquota da CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 9% para 15% através da Lei 11.727/2008. Período discutido a partir de 01/2009. A probabilidade de perda é Provável. No entanto, temos uma decisão que negou provimento ao Agravo em Recurso Extraordinário da Capitalização em razão do julgamento desfavorável da ADI nº 4101 e, com isso, não tendo mais como recorrer, optamos por desistir do processo. Em 2022, o processo foi arquivado definitivamente e os depósitos judiciais foram revertidos para a União, motivo pelo qual foi realizada a baixa do valor contábil de depósito e do respectivo passivo sem impacto no resultado da Companhia no período. Valor baixado na controlada Caixa Capitalização foi de R$ 182.438 em 2022. A empresa que ainda está discutindo a causa é a controlada Caixa Seguradora. Valor total provisionado R$ 1.359.733 (R$ 1.542.748 em 31 de dezembro de 2021);

(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é provável e o processo encontra-se aguardando julgamento de Embargos de Declaração da Caixa Capitalização. Período de 09/2015 a 12/2018- Valor provisionado R$ 34.812 (R$ 34.812 em 31 de dezembro de 2021).

Além dos saldos acima, ainda temos discussões que foram integralmente provisionadas e recolhidas. Caso a decisão seja favorável, as Controladas obterão direito de recuperação dos respectivos valores recolhidos:

(i) Alargamento de base de PIS e COFINS: Discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/1998, quanto à exigência de PIS/COFINS sobre prêmio de seguro, e receitas excedentes. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento repercussão do STF (re 400.479/rj - Axa seguros). As empresas que estão discutindo a causa são as controladas Caixa Seguradora e Caixa Capitalização. Período de 02/1999 a 07/2007 - R$ 234.429 (R$ 234.429 em 31 de dezembro de 2021);

(ii) PIS e COFINS - Lei 12.973/14: não incidência de PIS/COFINS sobre receita do ativo garantidor a partir de 2015. A probabilidade de perda é possível. O processo encontra-se parado aguardando o julgamento de recurso da Caixa Seguradora. R$ 153.311 (R$ 148.517 em 31 de dezembro de 2021);

(iii) Majoração da Alíquota de CSLL: Discute judicialmente a elevação da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 15% para 20% através da Lei 13.169/2015. A probabilidade de perda é provável. Os autos encontram-se aguardando julgamento e aplicação da decisão do STF no processo da Caixa Seguradora. Período de 09/2015 a 12/2018- R$ 385.514 (R$ 385.514 em 31 de dezembro de 2021);

(iv) Discussão COFINS da empresa PREVISUL que não se encontra provisionada pois além da probabilidade de perda ser remota temos uma decisão judicial favorável que reconhece a impossibilidade de revogação da isenção da COFINS prevista na Lei Complementar nº 70/91, art. 11, parágrafo único, pela Lei nº 9.718/98. Apesar da União ter apresentado agravo interno na Ação Rescisória, em 2021 foi publicado o acórdão que negou provimento ao agravo interno da União, confirmando a decisão monocrática da Relatora, que havia extinguido a Ação Rescisória nº 4596, com base na aplicação da Súmula nº 343 do STF. Os valores atualizados, incluindo multa e juros, relativos à isenção da COFINS, relativos ao período de maio de 1999 até 31 de dezembro de 2021, totalizam R$ 170.630 (R$ 158.359 em 31 de dezembro de 2020). Parte substancial dos valores foram objeto de autos de infração por parte das autoridades fiscais;

(v) Mandado de Segurança -Exclusão do valor da SELIC que incide sobre os indébitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A probabilidade de perda é possível. Ação distribuída - antecipação de tutela indeferida, protocolado Agravo. "STF decidiu o tema 962 declarando a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito." O processo encontra-se parado aguardando a modulação do STF. Todas as empresas do grupo estão discutindo a causa. O valor total discutido é R$ 35.337(R$ 35.337 em 31 de dezembro de 2021).

20.2. Segregação em função da probabilidade de perda

Nos saldos demonstrados a seguir está incluído o valor de R$ 50.503 referente a ação de natureza fiscal com classificação de probabilidade de perda considerada possível, onde a Controladora é parte solidária:

31/12/2022

Consolidado	Remota	Possível	Provável	Total
Natureza cível	216.889	100.503	468.054	785.446
Natureza trabalhista	6.261	77.858	23.330	107.449
Natureza fiscal - Contingências	–	26.250	–	26.250
Natureza fiscal - Obrigações legais	–	–	2.476.682	2.476.682
Outras obrigações	–	–	425	425
Totais	**223.150**	**204.611**	**2.968.491**	**3.396.252**

31/12/2021

Consolidado	Remota	Possível	Provável	Total
Natureza cível	202.749	117.883	641.118	961.750
Natureza trabalhista	1.258	30.829	24.184	56.271
Natureza fiscal - Contingências	–	1.115.027	1.577.561	2.692.588
Natureza fiscal - Obrigações legais	249.331	100.742	1.392	351.465
Outras obrigações	2.958	387	2.453	5.798
Totais	**456.296**	**1.364.868**	**2.246.708**	**4.067.872**

20.3. Movimentação das ações judiciais

	Saldo 31/12/2021	Adições	Reversões	Baixas	Atualizações e juros	Baixa de operações descontinuadas (i)	Saldo 31/12/2022
Natureza cível	641.118	51.995	(215.126)	(9.175)	15.263	(16.021)	**468.054**
Natureza trabalhista	24.184	1.423	(1.421)	(1.030)	2.811	(2.637)	**23.330**
Natureza fiscal - Contingências	1.392	–	–	–	–	(1.392)	–
Natureza fiscal - Obrigações legais	2.692.588	–	(477)	–	65.565	(280.994)	**2.476.682**
Outras obrigações	2.453	258	(1.466)	(482)	16	(354)	**425**
Total	**3.361.735**	**53.676**	**(218.490)**	**(10.687)**	**83.655**	**(301.398)**	**2.968.491**

(i) refere-se à baixa de operações descontinuadas do acervo cindido relacionado à CNP Capitalização S.A., Companhia de Seguros Previdência do Sul e a Odonto empresas convênios dentários, conforme indicado na nota 1.1.

21. Passivos financeiros e outros passivos

a. Passivos financeiros

Em 2022, os passivos financeiros remanescentes são referentes ao CPC 48/ IFRS9, que até 2021 eram classificados como outros passivos e em 2021 os passivos financeiros era oriundos das operações de Capitalização que em 2022, foram descontinuadas, conforme nota 1.1.

Consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para resgates	–	2.978.115
Provisão para sorteio	–	37.481
Outras provisões	–	16.142
Comissões de corretagem a pagar	–	9.523
Custos de comercialização a pagar	–	114
Mensalidades a devolver	–	1.199
Fornecedores	10.268	–
Honorários e remunerações	68.466	–
Obrigações a pagar empresas ligadas	31.470	–
Contas a pagar despesas operacionais	24.584	–
Contas a pagar despesas administrativas	123.689	–
Outros passivos financeiros	6.571	–
	265.048	**3.042.574**

b. Outros passivos

A composição em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, está demonstrada a seguir:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Fornecedores	634	220	(1.286)	11.520
Honorários e remunerações a pagar	385	298	–	58.363
CNP Assurances	18.502	27.322	–	27.322
Depósitos de terceiros	–	–	110.488	193.337
Provisão de férias e 13º a pagar *(i)*	1.082	1.014	(224)	20.356
Recursos não procurados de grupos encerrados *(i)*	–	–	–	130.396
Contas a pagar despesas operacionais	–	–	–	30.548
Contas a pagar despesas administrativas	16.368	18.177	(5.652)	155.213
Passivo de arrendamento	715	949	7.359	18.374
Outras obrigações a pagar	175	221	(17.271)	21.304
Total *(ii)*	**37.861**	**48.201**	**93.456**	**666.733**

(i) Redução em função das baixas pelas operações descontinuadas, conforme nota 1.1

(ii) Valores consolidados de 2022, transferidos para passivos financeiros, conforme nota 21.a

continua★

CNP Seguros holding | Brasil

CNP SEGUROS HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ: 14.045.781/0001-45

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 2.204.000 (31 de dezembro de 2021 - R$ 2.675.000), e está representado em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 por 4.726.868 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

22.2. Gestão do capital

A Gestão de capital é realizada de forma corporativa e busca assegurar que o Grupo mantenha uma sólida base de capital para fazer frente aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para isso, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas.

22.3. Reservas de lucros

a. Reserva legal - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 225.702 (31 de dezembro de 2021 - R$ 173.427).

b. Reserva de retenção de lucros - é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo proposto, a reserva legal e os juros sobre o capital próprio. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R$ 1.060.433 (31 de dezembro de 2021 - R$ 1.176.490).

c. Reserva de Capital - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e poderá ser utilizada conforme os fins previstos na referida lei. O saldo em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 era de R$ 16.210.

24.3. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do período	1.045.503	963.734
(–) Reserva Legal	(52.275)	(48.187)
Base de cálculo de dividendos	**993.228**	**915.547**
Dividendo mínimo - 25%	248.307	228.887
Antecipação de dividendos intermediários	341.399	–
Dividendos propostos	–	228.887
Dividendos propostos e ou pagos	**341.399**	**228.887**

A proposta da Administração para distribuição dos dividendos sobre o lucro do exercício é de R$ 599.110, que equivale a 75% do lucro líquido ajustado, sendo que, deverá ser abatido o valor de R$ 341.399, já registrado e distribuído em outubro de 2022, a título de dividendos intercalares.

25. Resultado operacional segregado por operação

Demonstramos a seguir a abertura do resultado operacional do Grupo, segregado por tipo de operação:

				31/12/2022
	Seguros	Saúde	Outros	Total
Prêmios retidos	3.032.440	603	–	3.033.043
Variação das provisões técnicas	(126.004)	1.439	(995.480)	(1.120.044)
Despesas de comercialização	(107.701)	(33)	–	(107.734)
Benefícios e sinistros	(1.034.676)	(4.365)	1.098.570	59.528
Despesas de outras operações	(7)	–	–	(7)
Resultado de operações com resseguro	81.751	–	(103.090)	(21.339)
Outras receitas e despesas operacionais	(226.388)	(931)	48.516	(178.803)
Margem técnica	**1.619.415**	**(3.287)**	**48.516**	**1.664.644**
Resultado administrativo	(302.363)	(3.620)	(206.703)	(512.686)
Resultado financeiro	112.896	16.825	40.029	169.750
Resultado patrimonial	–	–	107.512	107.512
Resultado operacional	**1.249.473**	**9.918**	**169.829**	**1.429.220**

				31/12/2021
	Seguros	Saúde	Outros	Total
Prêmios retidos	3.299.705	885	–	3.300.590
Variação das provisões técnicas	(1.334.243)	(7.836)	–	(1.342.079)
Despesas de comercialização	(134.549)	(24)	–	(134.573)
Benefícios e sinistros	72.220	(5.624)	–	66.596
Despesas de outras operações	(2.683)	–	–	(2.683)
Outras receitas e despesas operacionais	(262.571)	15.370	31.284	(215.917)
Margem técnica	**1.637.879**	**2.771**	**31.284**	**1.671.934**
Resultado administrativo	(374.786)	(4.421)	(124.115)	(503.322)
Resultado financeiro	133.115	11.075	24.798	168.988
Resultado patrimonial	(758)	–	76.945	76.187
Resultado operacional	**1.395.450**	**9.425**	**8.912**	**1.413.787**

26. Detalhamento das principais contas da demonstração do resultado

Demonstramos abaixo a abertura dos principais grupos de contas do resultado:

26.1. Receitas da operação

		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Operações de seguros	3.035.469	3.333.042
Operações de Saúde	2.985	885
Outras operações	37.920	15.121
Total	**3.076.374**	**3.349.048**

26.2. Custos/Despesas da operação

		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021
Operações de seguros	(1.404.011)	(1.678.233)
Operações de Saúde	(6.272)	1.885
Outras operações	(1.447)	(767)
Total	**(1.411.730)**	**(1.677.115)**

26.3. Despesas administrativas

		Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal próprio	(5.009)	(2.159)	(171.785)	(137.937)
Serviços de terceiros	(25.089)	(77.553)	(105.796)	(113.449)
Localização	(2.844)	(2.238)	(34.860)	(32.132)
Publicidade e propaganda	(12)	(3)	(33.463)	(35.509)
Outras despesas administrativas	(1.132)	(566)	(47.317)	(57.683)
Total	**(34.086)**	**(82.519)**	**(393.221)**	**(376.710)**

26.4. Despesas com tributos

		Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IPTU e ISS	(567)	(350)	(1.853)	(1.580)
PIS / COFINS	(2.707)	(2.822)	(113.221)	(165.599)
Outras despesas com tributos	608	(767)	(4.391)	40.567
Total	**(2.666)**	**(3.939)**	**(119.465)**	**(126.612)**

26.5. Resultado financeiro

		Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita com Título público de renda fixa	8.151	11.086	266.941	258.441
Despesa com Título público de renda fixa	(5.435)	–	(8.925)	167
Receita Título privado de renda fixa	–	–	–	8.181
Despesa Título privado de renda fixa	(1.710)	(2.342)	(1.859)	(4.296)
Receita Título de renda variável	–	–	–	(19)
Receita com Fundos de investimento	44.757	25.811	146.383	96.527
Despesa Fundos de investimento	(116)	(8.312)	(27.094)	(39.297)
Atualização de contingência	–	–	(83.655)	(83.486)
Depósitos e fundos retidos	–	–	757	165
Receita das operações de seguros	–	–	18	84
Despesa das operações de seguros	–	–	(44.788)	(73.910)
Resultado IFRS 9	(493)	–	(2.696)	–
Outras receitas financeiras	11.397	6.171	26.696	10.105
Outras despesas financeiras	(2.507)	(4.013)	(104.724)	(3.674)
Total	**54.044**	**28.401**	**167.054**	**168.988**

26.6. Resultado patrimonial

		Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado de equivalência patrimonial - operação continuada	924.124	884.975	(36.094)	(82.578)
Resultado de equivalência patrimonial - descontinuada	105.795	112.482	105.794	112.482
Receita de aluguel com imóveis de renda	–	–	32.739	41.581
Perda com ativos não correntes	–	(103)	–	(103)
Outros resultados patrimoniais	10.442	5.089	9.815	9.805
Total	**1.040.361**	**1.002.443**	**112.255**	**76.187**

26.7. Outros resultados operacionais

		Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado com baixa de ativos	–	(3)	(22)	(9.377)
Movimentação do SFH *(i)*	–	–	126.421	(42.923)
Outros resultados operacionais	(3.266)	–	(2.470)	2.334
Total	**(3.266)**	**(3)**	**123.929**	**(49.966)**

(i) Referem-se substancialmente à reversão da provisão para perda de créditos a recuperar junto ao SH/SFH, e à reversão da provisão para contingencias de parte dos valores que estão em discussão, também relativo ao SH/SFH.

27. Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos a seguir o cálculo de taxa efetiva:

				Controladora
		31/12/2022		31/12/2021
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	1.054.387	1.054.387	944.382	944.382
(–) Resultado de equivalência patrimonial	(1.029.066)	(1.029.066)	(1.003.191)	(1.003.191)
Base de cálculo	**25.321**	**25.321**	**(58.809)**	**(58.809)**
Taxa nominal do tributo	9,00%	25,00%	9,00%	25,00%
Tributos calculado a taxa nominal	**(2.279)**	**(6.330)**	**5.293**	**14.701**
Ajustes do lucro real	(13.678)	(13.335)	11.631	11.813
Ajustes temporários diferidos	14.297	14.297	(9.877)	(9.877)
Total ajustes do lucro real	**619**	**962**	**1.755**	**1.937**
Tributos sobre os ajustes	**(56)**	**(241)**	**(158)**	**(484)**
Incentivos fiscais	–	22	–	–
Despesa contabilizada	**(2.335)**	**(6.549)**	**5.135**	**14.217**
Taxa efetiva	**9,22%**	**25,86%**	**8,73%**	**24,18%**

				Consolidado
		31/12/2022		31/12/2021
	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda
Resultado antes dos tributos e após participações	1.553.149	1.553.149	1.363.821	1.363.821
(–) Resultado de equivalência patrimonial	(64.599)	(64.599)	(78.938)	(78.938)
(–) Outras variações	(3.203)	(3.203)	(876)	(876)
Base de cálculo	**1.485.347**	**1.485.347**	**1.284.007**	**1.284.007**
Taxa nominal do tributo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Tributos calculado a taxa nominal	**(232.983)**	**(371.546)**	**(305.814)**	**(412.455)**
Ajustes do lucro real	(87.499)	(86.822)	(33.999)	(32.472)
Benefícios incentivados	(24.605)	(24.605)	(10.108)	(10.108)
Ajustes temporários diferidos	90.322	95.334	13.848	20.539
Ajuste de exercício anterior	–	–	16.516	(8.825)
Efeito do diferencial da alíquota	(46.929)	–	(198.011)	–
Total ajustes do lucro real	**(68.711)**	**(16.092)**	**(211.756)**	**(30.867)**
Tributos sobre os ajustes	**12.623**	**7.522**	**84.461**	**98.965**
Incentivos fiscais	–	2.747	–	2.948
Despesa contabilizada	**(220.360)**	**(361.277)**	**(221.353)**	**(310.543)**

28. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas ao Grupo: sua controladora CNP Assurances S.A., suas acionistas Caixa Seguridade Participações S.A., INSS - Instituto Nacional do Seguro Social e CNP Assurances Brasil Holding Ltda., suas Controladas e Coligada, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares.

O Grupo atua de forma integrada com suas controladas e compartilha com elas certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das empresas.

As movimentações decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidas a seguir:

				Controladora				Consolidado
		31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. *(viii)*	–	–	195.704	–	–	–	–	(81.600)
CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios S.A. (i) (vii)	–	–	28.398	–	–	–	–	–
CNP Assurances Latam Holding Ltda. (i)	–	–	–	(2.289)	5.688	–	(2.289)	–
CNP Assurances	–	–	–	(143.482)	–	–	–	(143.482)
Caixa Seguridade Participações S.A.	–	–	–	(110.439)	–	–	–	(110.438)
Caixa Econômica Federal *(ii) (vii)*	16	18.502	104	–	136.944	(512.492)	136.944	(513.108)
Icatu Seguros S. A.	–	–	–	–	–	(6.815)	–	(12.511)
Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. *(iii)*	–	–	–	–	–	(7.846)	–	(1.808)
				31/12/2022		31/12/2022		31/12/2021
	Receita	Despesa		Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
CNP Assurances	–	(5.365)	–	(6.115)	–	(5.366)	–	(6.114)
Caixa Econômica Federal *(ii)*	–	–	–	–	1.611	(136.014)	–	(185.477)
Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. *(iii)*	–	–	–	–	–	(100.717)	–	(142.230)
Remuneração e benefícios de curto prazo do pessoal chave da Administração	–	(2.593)	–	(1.959)	–	(15.593)	–	(12.823)

(i) Compreendem as receitas e despesas relativas ao apoio administrativo prestado às ligadas, além da remuneração à Caixa Econômica Federal, decorrente do uso do balcão na comercialização dos produtos;

(i) Despesas referentes ao comissionamento e incentivos às vendas;

(ii) Refere-se a contratos ativos de seguros contratados, sendo os valores apresentado os prêmios e sinistros dessas apólices;

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

29. Plano de previdência patrocinado

Suas controladas são co-patrocinadoras de planos de previdência complementar para seus funcionários e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL Previnvest). O Previnvest é um plano de previdência aberto que concede complemento de aposentadoria sob a forma de renda temporária ou vitalícia, além de outros benefícios opcionais, sendo constituído sob o regime financeiro de capitalização na modalidade de contribuição variável.

Nos termos do regulamento do fundo, os patrocinadores contribuem com percentuais variáveis, dependendo da idade de ingresso no plano, aplicados sobre o salário de contribuição do empregado.

Os patrocinadores contribuem, ainda, com até 5 vezes o valor das contribuições espontâneas dos empregados, segundo critérios estabelecidos no Regulamento.

No exercício findo de 2022, o Grupo efetuou contribuições no montante de R$ 15.342 (31 de dezembro de 2021 - R$ 17.206).

30. Evento subsequente

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227, os quais discutiam a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária, quando o Supremo tome posição a respeito da constitucionalidade de tributo em sentido contrário ao de uma sentença transitada em julgado no passado.

Foi definido, por unanimidade, que decisão colegiada do Supremo que faça controle de constitucionalidade ou inconstitucionalidade em Repercussão Geral ou ADI de tributos recolhidos de forma continuada cessa os efeitos da coisa julgada de sentença já transitada em julgado e que tenha tido, no passado, posicionamento, agora, contrário ao do Supremo.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF, por ora, não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Conselho de Administração

Thomas Behar - Presidente
Véronique Denise Andreé Weill

Sonia Fanny Marie Odile de Demandolx Furtado
Hervé Remi Marcel Thoumyre

Stephane Dedeyan
Marco Antônio da Silva Barros

Danielle Santos Calazans
Asma Zidani Ep Baccar

Diretoria Executiva

Rubens Bordinhão de Camargo Junior
Diretor Presidente

Paulo Otavio Silva Câmara
Diretor de Riscos e Controles Internos

Marco Antonio Barbosa Pires
Diretor Financeiro

Contador

Roseli de Fatima Bernardi Theobald
Contadora - CRC DF 014844/O-0

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria - Coaud é um órgão estatutário, instalado na CNP Seguros Holding Brasil S.A., líder do Conglomerado, e com atuação sobre todas as subsidiárias do Grupo, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração da Holding. É composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral, para mandato de cinco anos.

Principais Atividades

O Comitê realizou reuniões com a participação da Diretora-Presidente, dos representantes da auditoria independente e das áreas de auditoria interna, conformidade e integridade, riscos e controles internos, governança corporativa, ouvidoria, jurídico, contabilidade, financeiro, investimentos e atuária. Além disso, acompanhou os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Comitê de Transações entre Partes Relacionadas. Essas reuniões tiveram a agenda definida pelo Coaud e o propósito de levantar informações e acompanhar os principais temas relacionados à gestão de riscos, aos controles internos e à conformidade na Companhia.

No decorrer do exercício de 2022, o Comitê acompanhou os procedimentos de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas e do relatório da administração, debatendo os principais aspectos e detalhes do material com a KPMG Auditores Independentes e com os executivos responsáveis.

O Comitê de Auditoria revisou, previamente à divulgação, as demonstrações financeiras, as notas explicativas, o relatório da administração e os relatórios dos auditores independentes, relativos a 31 de dezembro de 2022, das seguintes empresas do Grupo: CNP Seguros Holding Brasil S.A., Caixa Seguradora S.A. e Youse Seguradora S.A.

Conclusões:

Tendo por base os documentos e informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê:

- Não identificou e nem foi informado sobre a existência ou evidências de erros ou fraudes de que trata o Art. 144 da Resolução CNSP nº 432/21;
- Considerou as análises e as informações fornecidas pela KPMG indicativas da efetividade de seus trabalhos na condição de auditores independentes e da inexistência de situações que pudessem afetar sua objetividade e independência;
- Considerou os relatórios e as informações fornecidos pela Auditoria Interna e pela Diretoria de Riscos indicativos da efetividade dos seus trabalhos;
- Avaliou como satisfatória a evolução do sistema de controles internos;
- Não identificou falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio; e
- As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes a 31 de dezembro de 2022 foram elaborados em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados-Susep e pelo Banco Central do Brasil-BCB, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira das empresas do Grupo.

Brasília, 23 de fevereiro de 2023.
Jefferson Moreira - Presidente do Comitê de Auditoria
João Decio Ames
Rogério Vergara

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
CNP Seguros Holding Brasil S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CNP Seguros Holding Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CNP Seguros Holding Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 24 de fevereiro de 2023

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6-F-DF

Érika Carvalho Ramos
Contadora - CRC 1SP224130/O-0

CORREIO BRAZILIENSE

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, segunda-feira, 27 de março de 2023

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

AV ARAUCÁRIAS Res. Mont Serrat 2qts sendo 1 suite c/ 55m2 lazer Ótimo preço Tr. 99967-0725

ASA NORTE

3 QUARTOS

1.2 ASA NORTE

SEGUNDO ANDAR 97M2
411 SQN Nascente 3qtos sociais armários DCE vazado 2wc. Ac. Financ. **MAPI Whats (61) 98522-4444 CJ 27154**

SQN 312 Bl. E 3 qtos transf. em 2. DCE, área útil 96m² ár. total 119m² sem reforma. R$850mil Tr: 99983-4579 C26983

SUDOESTE

2 QUARTOS

AMPLA SUÍTE CLOSET !!
QRSW 2 Lindo e Reformado, porcelanato, armários planejados, 2 wcs, 2ª andar. whats **MAPI 98522-4444 CJ 27154**

TAGUATINGA

4 OU MAIS QUARTOS

1.3 LAGO NORTE

1.3 CASAS

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

QL 02 Sobrado 4qts 3 suites, ótima casa. Tr. 99828-5200 Jurandir

LAGO SUL

4 OU MAIS QUARTOS

QI23 REFORMA MODERNA!
TÉRREA 4 stes closet arms salão amplo, alto padrão, lazer compl. Vendo/ troco por SQS. **MAPI 98522-4444 cj27154**

TAGUATINGA

4 OU MAIS QUARTOS

VALPARAÍSO

2 QUARTOS

GREEN PARK 5 Sobrado 2qt(1ste), Ágio R$70mil 98261-5020 Fernandes Imóv Novo

1.4 ASA NORTE

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

VENDO OU TROCO por apto no Park Sul, Sudoeste - Lojas na comercial 310 Norte - 02 lojas e 3 sub-solo. Volto e recebo diferença. Tr.Aldenor 98486-4871 ou 99981-1205

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

3 QUARTOS

AV FLAMBOYANT Em frente ao Parque. 03 qtos c/ armários planej., (1 suíte), cortinas novas, DCE. R$ 2.900,00. Part. 61 98100-3700

ASA SUL

3 QUARTOS

315 SQS Alg ótimo 3qts DCE garag nasc. Vista livre 99983-1953 C/3149

2.3 ASA SUL

2.3 CASAS

ASA SUL

4 OU MAIS QUARTOS

COND QUINTAS Interlagos, R$3.000. ste, pisc à lazer dce. 99215-7053

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

SAAN/SIA/SIG/SOF

SIA TR 04 Alugo loja com subsolo 227m² 3345-0195 escritoriodeapoio@terra.com.br

SALAS

TAGUATINGA

PRÉDIO COMERCIAL ANDARES CORPORATIVOS
QNB 03 Taguatinga Norte. Área de 1.625m². Prédio novo com elevador. Ótima localização, próximo ao Metrô e INSS. Ligue e venha nos fazer uma visita (61)99981-7390

3

VEÍCULOS

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

BMW

BMW 120 IA 16V 2010 QUEM VER COMPRA !
120/10 R$70.000 IA 2.0 16v 156CV 5P 1.6 gas 43mkm autom hidraul. só DF. placa 7, impostos 2022 pg. Revisão há 4 meses 9.9918-0308

HYUNDAI

HB20/22 Sense 13.800Km IPVA/23 pg R$ 68.900 3033-7455

3.6 PEÇAS E SEVIÇOS

ALUGUEL

LOCA VIP
AUTOMOVEIS COM AR cond, dh e km livre. Não exigimos cartão. A partir de R$ 80,00. Tr: 98282-5660 whats

4

CASA & SERVIÇOS

4.3 SAÚDE

OUTRAS ESPECIALIDADES

CUIDADORA ATENDIMENTO Home Care, serviços enfermagem. Coren ativo 61-999131369

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

ESPECIALIZADO

CONTABILIDADE DE CONDOMÍNIOS e Serviços. Constituição; Alteração; Distrato e Imposto de Renda 99971-5672

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 AGRICULTURA E PECUÁRIA

ANIMAIS

VACAS LEITEIRAS 20 em lactação e 9 prenhes 61-999666281

5.4 DINHEIRO E FINANÇAS

5.4 OPORTUNIDADES

CRÉDITO

DINHEIRO E FINANÇAS

DINHEIRO NA HORA
DINHEIRO NA HORA Para funcionário público, cargos de comissão, comissionados,aposentados e pensionistas do INSS, no cheque, consignado em folha ou débito em conta sem consulta spc/ serasa. 4101-6727 98449-3461

5.5 PONTOS COMERCIAIS

CIDADES SATÉLITES E ENTORNO

VENDO PONTO PARA SALÃO, ESTÉTICA e afins. 205 Sul. R$ 75.000,00. Plantão neste fim de semana para visitas. 61 98176-1879

PLANO PILOTO

OPORTUNIDADE ÚNICA! VENDO PONTO COMERCIAL NO SHOPPING CONJUNTO Nacional de Brasília. 2º piso. 99160-8730

5.7 TURISMO E LAZER

SERVIÇOS

HOSPEDAGEM

HOTEL FAZENDAR Alugo para o Carnaval - Pirenópolis 61-991516029

TEMPORADA

HOTEL HOT SPRINGS
CALDAS NOVAS (GO) Apto 7 piscina, sauna, frigobar, ar, banheira 4 pessoas. Whats 61 99987-9698

5.7 ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

CINE VIP Erótico Conic. 12 às 22 hs. (61) 99120-3647 Seg. à sábado

MASSAGEM ERÓTICA

PURO PRAZER dose dupla e brinquedinhos (61) 3326-7752/99866-8761

ANDERSON c/ mass p/ realizar suas fantasias secretas ele (a) casal 6198223-4443 A.N

MASSAGEM RELAX

CAROL TOP DE LUXO

REALMENTE LINDA s/ decepção 61996306790

PRECISA-SE DE MASSAGISTAS c/ ou sem experiência. Ótimos ganhos 61 983237100

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- 6.1 Oferta de Emprego
- 6.2 Procura por Emprego
- 6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

SERVIÇOS GERAIS (LIMPEZA)

COM OU SEM exper. Salário da categoria +VA +VT +PS. Enviar CV p/ : viamagistral-curriculum @uol.com.br

CASEIRO COM EXPERIÊNCIA de jardineiro 61-99316400

JARDINEIRO VAGA - Interessados enviar CV 99854-5054.WhatsApp

ESPAÇO LAUANNY

MASSAGISTA CONTRATA p/Asa Norte c/ou s/ experiên 61 99617-9551

FÁBRICA DE SALGADOS CONTRATA

SALGADEIRO COM EXPERIÊNCIA p/ área de produção Tr: 61 98528-5876 Zap / 98644-3409

6.1 NÍVEL BÁSICO

MANICURE COM EXPERIÊNCIA e referência. Asa Sul Tr: 98244-1672

NÍVEL MÉDIO

MANIPULAÇÃO AUX. LABORATÓRIO

SALÁRIO BASE com/ sem exper. R$1.600 + Va + Vt + PS. Enviar p/: viamagistralcurriculum lab@uol.com.br

CONTRATA-SE

ARTE FINALISTA c/ experiência em camisetaria. Trabalhar no Guará II. Tr:(61) 99635-3199

ASSISTENTE E-COMMERCE 2 vagas c/ experiência Cv: fufamilia01@gmail.com

ATENDENTE LANCHONETE p/ Taguatinga. anapaulajb.s@gmail.com

ATENDENTE, VENDEDOR e Op. de telemkt. Oferecemos treinamento. Entregar CV na Wizard 203 Asa Norte Bl. "A" 2º andar até 01/04.

ESCOLA CONTRATA

AUXILIAR ADMINISTRATIVO - c/ domínio em informática . Local: Paranoá DF. R$ 1.400, CV: selecaotecnica. brasilia@gmail.com

CONTRATA-SE

AUXILIAR ADMINISTRATIVO c/exper em Estoque const.civil, bom informática. Excel CV para: premoldadosvagas @gmail.com

CASEIRO/ JARDINEIRO c/ experiência comprovada 61-99316400

COZINHEIRO (A) EXPERIÊNCIA risoto e massas. Cv: alesommdf@gmail.com

CONTRATA-SE

HOSTESS, COZINHEIRO, garçom e cumim com exper. p/ Restaurante na Asa Sul. Enviar CV p/: contatociotto @gmail.com

REPRESENTANTE COMERCIAL Sal. R$ 1.302,00 + VA + VT 44h CV: anaapi. org@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

MASSAGISTA C/ OU S/ EXPERIÊNCIA focada. 61-983007098

TÉCNICO EM SEGURANÇA Eletrônica c/ exper. em CFTV . Salário e benefícios. Enviar CV: magpron@gmail.com

CONTRATO DE IMEDIATO

TELEFONISTA E MASSAGISTA para clínica de massagem masculina (61) 98193-0975 zap

NÍVEL SUPERIOR

ESCOLA CONTRATA

AUXILIAR ADMINISTRATIVO - c/ domínio em informática . Local: Paranoá DF. R$ 1.400, CV: selecaotecnica. brasilia@gmail.com

ESCOLA CONTRATA

DIRETOR (A) PEDAGÓGICO (A) habilitado . Salário a combinar. Local : Paranoá DF Enviar CV: escolacened@gmail.com

ESTAGIÁRIO DE DIREITO a partir do 5º sem. Bolsa R$ 1.302, + VT 30h CV: anaapi. org@gmail.com

ESTAGIÁRIO EM MARKETING Digital. Bolsa R$ 1.302,00 + VT 30h. CV: anaapi. org@gmail.com

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

DIARISTA , cozin, passad, faxin, fç cmida cong. 61-993418208

DIARISTA OFEREÇO meus serviços. Tenho referências. 99503-4633

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

SERVIÇOS

AULA PARTICULAR

INFORMÁTICA E CELULAR Para a 3ª idade. Agende sua aula, conhecimento é tudo! 99601-1535/983798447

CUIDADO COM OS GOLPES E AS FALSAS VAGAS DE EMPREGO

Listamos abaixo alguns cuidados que você pode tomar para se proteger dos golpes que podem ocorrer na sua busca por uma vaga de emprego.

- ✗ Não pagar para obter um diploma para determinada vaga;
- ✗ Não transfira dinheiro e nem forneça dados bancários;
- ✗ Atente-se para as vagas que não exigem experiência e oferecem um bom salário;
- ✗ Não compre cartões, nem coloque créditos para terceiros;
- ✗ Desconfie se você precisa pagar por um curso necessário para sua contratação ou para participar do processo seletivo;
- ✗ Não forneça informações pessoais ou profissionais, seja por telefone ou Whatsapp;
- ✗ Pesquise a agência ou empresa que oferece o emprego;
- ✗ Fique em alerta com histórias longas e improváveis.

DISQUE-DENÚNCIA 181

Se alguma vaga foi publicada em nossas edições nos sinalize através do e-mail classificados@correioweb.com.br. Não hesite em procurar uma delegacia de polícia.